



Rede Energia

RESULTADOS
2025

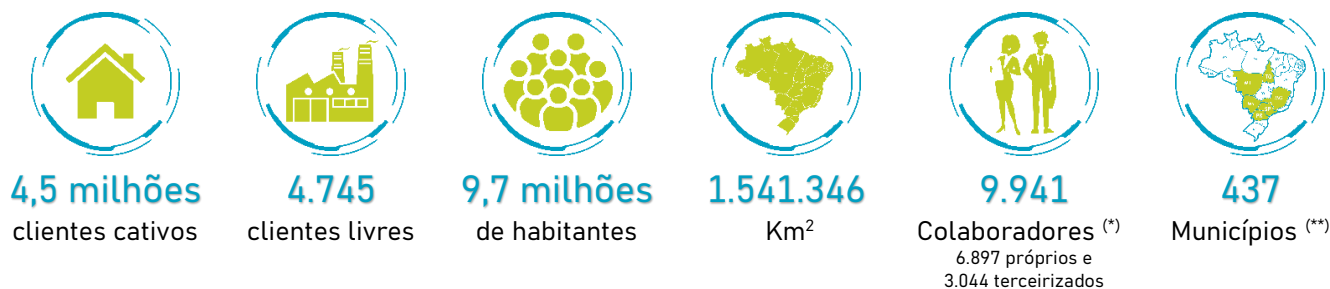


REDE ENERGIA PARTICIPAÇÕES S/A RESULTADOS 4º. TRIMESTRE DE 2025

Cataguases, 12 de março de 2026 – A Administração da Rede Energia Participações S/A (“Rede Energia”, “REDE” ou “Companhia”) apresenta resultados do quarto trimestre (4T25) e do exercício de 2025. As informações financeiras a seguir foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“IFRS”) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (“IASB”), que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”), os pronunciamentos contábeis, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e, quando aplicáveis, as regulamentações do órgão regulador, a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, exceto quando indicado de outra forma.

1. PERFIL DO NEGÓCIO E DESTAQUES ECONÔMICO-FINANCEIROS

A Rede Energia Participações S/A tem como base dos seus negócios a distribuição de energia elétrica, sendo responsável por quatro distribuidoras cujas áreas de atuação estão localizadas nos estados de Mato Grosso (Energisa Mato Grosso – Distribuidora de Energia S/A (“Energisa Mato Grosso” ou “EMT”), Mato Grosso do Sul (Energisa Mato Grosso do Sul – Distribuidora de Energia S/A (“Energisa Mato Grosso do Sul” ou “EMS”), Tocantins (Energisa Tocantins – Distribuidora de Energia S/A (“Energisa Tocantins” ou “ETO”), São Paulo, Minas Gerais e Paraná (Energisa Sul-Sudeste – Distribuidora de Energia S/A (“Energisa Sul-Sudeste” ou “ESS”).



(*) Não considera os colaboradores das empresas prestadoras de serviço ligadas à construção.

(**) Após decisão do STF em 06/10/2023 o estado de Mato Grosso passa a ter 142 municípios. O distrito de Sorriso, Boa Esperança, agora é denominado município de Boa Esperança do Norte.

Maiores informações e detalhes estão disponíveis no release de cada distribuidora.

2. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

2.1 Destaques

Resume-se a seguir o desempenho econômico-financeiro consolidado da Companhia.

Descrição	Trimestre			Exercício		
	4T25	4T24	Var. %	2025	2024	Var. %
Indicadores Financeiros – R\$ milhões						
Receita operacional líquida	4.944,1	5.000,8	- 1,1	19.392,0	17.885,0	+ 8,4
Receita operacional líquida ajustada ⁽¹⁾	3.927,4	4.000,7	- 1,8	15.397,2	14.543,4	+ 5,9
Margem bruta ajustada ⁽²⁾	1.742,6	1.529,6	+ 13,9	6.834,1	6.444,3	+ 6,0
EBITDA ajustado recorrente ⁽³⁾	1.372,8	1.094,1	+ 25,5	4.601,8	4.194,7	+ 9,7
Resultado financeiro	(518,2)	(286,3)	+ 81,0	(1.692,2)	(1.164,1)	+ 45,4
Lucro líquido ajustado recorrente ⁽⁴⁾	540,7	373,4	+ 44,8	1.582,7	1.572,8	+ 0,6
Indicadores Operacionais Consolidados						
Número de consumidores cativos (mil)	4.496.790	4.403.945	+ 2,1	4.496.790	4.403.945	+ 2,1
Vendas de energia a consumidores cativos (GWh) ⁽⁵⁾	4.696,4	4.824,9	- 2,7	17.497,9	18.265,6	- 4,2
Vendas de energia a consumidores cativos + livres (TUSD) - (GWh) ⁽⁵⁾	6.883,9	6.741,4	+ 2,1	25.901,6	25.687,5	+ 0,8
Indicador Relativo						
EBITDA ajustado recorrente /Receita líquida ajustada (%)	35,0	27,3	+ 7,6 p.p.	29,9	28,8	+ 1,0 p.p.
Indicadores financeiros – R\$ milhões						
	31/12/2025			31/12/2024		Var. %
Ativo total	32.899,7			30.059,2		+ 9,4
Caixa / equivalentes de caixa / aplicações financeiras	2.899,1			3.583,6		- 19,1
Patrimônio líquido	6.640,4			6.485,0		+ 2,4
Endividamento líquido	15.275,6			11.939,8		+ 27,9

(1) Receita líquida ajustada: expurgando os efeitos do VNR e da receita de construção da infraestrutura. | (2) Margem bruta ajustada: expurgando os efeitos do VNR e da receita de construção da infraestrutura. | (3) EBITDA ajustado recorrente: EBITDA expurgando o efeito do VNR. | (4) Lucro líquido ajustado recorrente: Lucro líquido expurgando o efeito do VNR e os demais efeitos não recorrentes. | (5) Os dados são passíveis de recontabilizações de energia realizadas pela CCEE.

3. REDE ENERGIA CONSOLIDADA

3.1 Receita operacional consolidada

A seguir, as receitas operacionais líquidas de suas controladas e controladoras antes das eliminações intercompany:

Receita líquida por linha de negócio Valores em R\$ milhões	Trimestre			Exercício		
	4T25	4T24	Var. %	2025	2024	Var. %
➤ Distribuição de energia elétrica ⁽¹⁾	4.940,9	4.998,8	- 1,2	19.380,1	17.876,8	+ 8,4
➤ Outros	19,4	16,8	+ 15,8	72,4	65,2	+ 10,9
(=) Total	4.960,3	5.015,5	- 1,1	19.452,5	17.942,0	+ 8,4
Eliminações intercompany e combinação de negócios	(16,3)	(14,8)	+ 9,9	(60,5)	(57,1)	+ 6,0
(=) Receita líquida consolidada	4.944,1	5.000,8	- 1,1	19.392,0	17.885,0	+ 8,4
(-) Receita de construção	(954,1)	(861,1)	+ 10,8	(3.539,3)	(2.888,5)	+ 22,5
(-) VNR	(62,5)	(139,0)	- 55,0	(455,6)	(453,1)	+ 0,6
(=) Receita líquida consolidada sem receita de construção e VNR	3.927,4	4.000,7	- 1,8	15.397,2	14.543,4	+ 5,9

(1) Considera EMT, EMS, ETO e ESS.

3.2 Receita operacional – Distribuição de Energia Elétrica

A seguir, as receitas operacionais líquidas por classe de consumo das distribuidoras:

Receita líquida por classe de consumo (*) Valores em R\$ milhões	Trimestre			Exercício		
	4T25	4T24	Var. %	2025	2024	Var. %
(+) Receita de energia elétrica (mercado cativo)	4.533,9	4.623,8	- 1,9	16.387,3	17.430,3	- 6,0
(+) Suprimento de energia elétrica	24,0	42,7	- 43,8	315,3	135,0	+ 133,5
(+) Fornecimento não faturado líquido	(52,4)	39,9	-	(6,0)	(84,4)	- 92,9
(+) Disponibilidade do sistema elétrico	889,7	656,6	+ 35,5	3.098,0	2.437,5	+ 27,1
(+) Receita de construção de infraestrutura	954,1	861,1	+ 10,8	3.539,3	2.888,5	+ 22,5
(+) Ativos e passivos financeiros setoriais – constituição e amortização	95,0	(29,6)	-	1.292,2	409,6	+ 215,5
(+) Subvenções vinculadas aos serviços concedidos	674,6	462,4	+ 45,9	2.180,4	1.562,4	+ 39,6
(+) Ativo financeiro indenizável da concessão (VNR)	62,5	139,0	- 55,0	455,6	453,1	+ 0,6
(+) Outras receitas	38,5	27,9	+ 37,9	156,5	141,8	+ 10,4
(=) Receita bruta	7.220,0	6.823,8	+ 5,8	27.418,5	25.373,7	+ 8,1
(-) Impostos sobre vendas	(1.457,3)	(1.385,7)	+ 5,2	(5.305,7)	(5.181,5)	+ 2,4
(-) Encargos setoriais	(821,8)	(439,3)	+ 87,1	(2.732,7)	(2.315,5)	+ 18,0
(=) Receita líquida combinada	4.940,9	4.998,8	- 1,2	19.380,1	17.876,8	+ 8,4
(-) Receita de construção de infraestrutura	(954,1)	(861,1)	+ 10,8	(3.539,3)	(2.888,5)	+ 22,5
(-) Ativo financeiro indenizável da concessão (VNR)	(62,5)	(139,0)	- 55,0	(455,6)	(453,1)	+ 0,6
(=) Receita operacional líquida ajustada	3.924,3	3.998,7	- 1,9	15.385,3	14.535,2	+ 5,8
(-) Energia elétrica comprada para revenda	(1.648,3)	(2.061,7)	- 20,0	(6.451,9)	(6.440,4)	+ 0,2
(-) Encargos de uso do sistema de transmissão e distribuição	(533,4)	(407,4)	+ 30,9	(2.099,3)	(1.650,5)	+ 27,2
(=) Margem bruta ajustada	1.742,6	1.529,6	+ 13,9	6.834,1	6.444,3	+ 6,0

(*) Valores consideram a soma das distribuidoras EMT, EMS, ETO e ESS)

No comparativo entre os trimestres, as variações da receita líquida e margem bruta são explicadas principalmente pelos seguintes fatores:

- No 4T25 e em 2025, a receita líquida ajustada consolidada das distribuidoras da Rede Energia foi impactada pela queda do consumo e pelo efeito tarifa em parte das concessões (até -8,1% no trimestre e -7,9% no ano), amplamente compensados pelo crescimento expressivo dos ativos e passivos setoriais, com destaque para CVA Energia (+R\$ 532,6 milhões) e CVA CDE (+R\$ 452,3 milhões). Adicionalmente, as subvenções vinculadas aos serviços concedidos apresentaram avanço relevante, sobretudo GD (+R\$ 383,9 milhões) e fonte incentivada (+R\$ 172,2 milhões), além da expansão consistente do mercado livre, com crescimentos de até +19% no período.
- **EMT:** a receita líquida ajustada foi pressionada pelo efeito tarifa (-5,0% no trimestre) e pela queda do consumo (-2,6% no ano), compensados pelo forte crescimento dos ativos e passivos setoriais, com CVA CDE (+R\$ 147,6 milhões) e CVA Energia (+R\$ 302,0 milhões no ano). As subvenções vinculadas aos serviços concedidos cresceram, com destaque para GD (+R\$ 59,1 milhões no 4T25 e +R\$ 190,6 milhões em 2025) e fonte incentivada.
- **EMS:** a receita líquida ajustada refletiu a queda do consumo (-8,1% no trimestre e -7,9% no ano) e o efeito tarifa (-2,0% no 4T25 e -2,9% em 2025), parcialmente mitigados pelo aumento dos ativos e passivos setoriais, com CVA CDE (+R\$ 87,9 milhões no 4T25 e +R\$ 144,3 milhões no ano) e CVA Energia (+R\$ 149,2 milhões em 2025). As subvenções tarifárias avançaram, especialmente GD (+R\$ 25,3 milhões no 4T25 e +R\$ 96,5 milhões no ano).
- **ETO:** a receita líquida ajustada cresceu principalmente pelo efeito tarifa (+8,8% no trimestre e +9,3% no ano), com impacto médio tarifário de 12,7% em 2025, além do avanço do mercado livre (+19,2% no 4T25 e +19,3% no ano). O crescimento foi reforçado pelas subvenções vinculadas aos serviços concedidos, com destaque para GD (+R\$ 17,6 milhões no trimestre e +R\$ 59,2 milhões no ano) e baixa renda (+R\$ 24,1 milhões em 2025).
- **ESS:** a receita líquida ajustada foi impactada pela redução do consumo (-7,2% no trimestre e -6,5% no ano), compensada pelo forte efeito tarifa (+14,9% no 4T25) e pelo aumento dos ativos e passivos setoriais, com CVA CDE (+R\$ 27,7 milhões no trimestre e +R\$ 62,1 milhões no ano), CVA Energia (+R\$ 31,4 milhões) e neutralidade (+R\$ 91,1 milhões). As subvenções tarifárias também cresceram, com destaque para GD (+R\$ 37,8 milhões no ano).

3.3 Custos e despesas operacionais

A seguir, a composição dos custos e despesas operacionais consolidados da Companhia:

Composição dos custos e despesas operacionais Valores em R\$ milhões	Trimestre			Exercício		
	4T25	4T24	Var. %	2025	2024	Var. %
1 Custos e despesas não controláveis	2.177,2	2.464,8	- 11,7	8.535,5	8.075,9	+ 5,7
1.1 Energia elétrica comprada para revenda	1.648,3	2.061,7	- 20,0	6.451,9	6.440,4	+ 0,2
1.2 Encargos de uso do sistema de transmissão e distribuição	528,8	403,2	+ 31,2	2.083,7	1.635,5	+ 27,4
2 Custos e Despesas controláveis	566,9	684,0	- 17,1	2.292,6	2.384,0	- 3,8
2.1 PMSO	501,5	528,3	- 5,1	1.950,9	1.938,4	+ 0,6
2.2 Provisões/Reversões	65,4	155,7	- 58,0	341,7	445,6	- 23,3
2.2.1 Contingências	14,1	86,9	- 83,8	83,4	191,1	- 56,3
2.2.2 Perdas esperadas de crédito de liquidação duvidosa	51,3	68,8	- 25,4	258,3	254,6	+ 1,4
3 Demais receitas/despesas	403,1	319,5	+ 26,2	1.295,5	1.098,5	+ 17,9
3.1 Amortização e depreciação	261,9	228,1	+ 14,8	997,5	876,1	+ 13,9
3.2 Outras receitas/despesas	141,2	91,4	+ 54,5	297,9	222,4	+ 34,0
Total custos e despesas operacionais (1+2+3)	3.147,2	3.468,4	- 9,3	12.123,6	11.558,4	+ 4,9
Custo de construção da infraestrutura	954,1	861,1	+ 10,8	3.539,3	2.888,5	+ 22,5
Total custos e despesas operacionais (1+2+3, c/ custo de construção de infraestrutura)	4.101,3	4.329,5	- 5,3	15.662,9	14.446,9	+ 8,4

Abaixo apresentamos o PMSO por segmento:

PMSO por linha de negócio Valores em R\$ milhões	Trimestre			Exercício		
	4T25	4T24	Var. %	2025	2024	Var. %
➤ Distribuição de energia elétrica	497,9	526,3	- 5,4	1.951,2	1.935,1	+ 0,8
➤ Holdings e outros	14,5	13,2	+ 10,0	45,2	45,3	- 0,3
(=) Total	512,5	539,5	- 5,0	1.996,4	1.980,5	+ 0,8
Eliminações intercompany	(10,9)	(11,2)	- 2,1	(45,5)	(42,1)	+ 8,1
(=) Rede consolidada	501,5	528,3	- 5,1	1.950,9	1.938,4	+ 0,6

PMSO Consolidado Valores em R\$ milhões	Trimestre			Exercício		
	4T25	4T24	Var. %	2025	2024	Var. %
Pessoal e Benefício pós-emprego	204,7	240,3	- 14,8	854,9	844,2	+ 1,3
Material	41,1	38,3	+ 7,3	155,3	151,6	+ 2,4
Serviços de terceiros	224,8	216,3	+ 3,9	849,1	817,1	+ 3,9
Outras	31,0	33,5	- 7,5	91,6	125,5	- 27,0
✓ Penalidades contratuais e regulatórias	0,1	0,1	- 12,6	0,4	1,6	- 73,0
✓ Outros	30,8	33,3	- 7,5	91,2	123,9	- 26,4
Total PMSO Consolidado	501,5	528,3	- 5,1	1.950,9	1.938,4	+ 0,6

As principais variações nas despesas de PMSO estão detalhadas a seguir:

Pessoal, administradores e benefício pós-emprego

No trimestre as despesas de pessoal após capitalização totalizaram R\$ 204,7 milhões (-14,8%) e R\$ 854,9 milhões nos 12M25 (+1,3%), refletindo os acordos coletivos e o aumento médio de 0,5% no headcount (46 FTEs). Frente ao orçamento, o desempenho foi favorável, beneficiado principalmente pelo menor custo médio por empregado, que compensou os maiores desembolsos relacionados a desligamentos e horas extras. Os benefícios cresceram 3,4%, pressionados pela assistência médica (+23,8%), parcialmente compensados pelo ticket alimentação (-10,9%).

Material

As despesas com materiais somaram R\$ 41,1 milhões no trimestre atual (+7,3%) e R\$ 155,3 milhões nos 12M25 (+2,4%), impactadas por manutenção de redes e equipamentos (+16,4%) e combustíveis (+8,1%). O desempenho permaneceu 5,5% melhor que o orçamento, beneficiado pela maior capitalização em ODI/ODS (+R\$ 7,7 milhões vs. orçado) e pelo efeito positivo dos créditos tributários, mitigando a pressão operacional.

Serviços de terceiros

As despesas com serviços de terceiros totalizaram R\$ 224,8 milhões no 4T25 e R\$ 849,1 milhões nos 12M25, com crescimento de 3,9% em ambos os comparativos, permanecendo 5,7% abaixo do orçamento. O resultado refletiu principalmente os serviços intercompany (+4,4%), com pressão em alguns contratos relevantes, parcialmente compensada por reduções significativas em outros contratos e pelo controle dos custos de manutenção.

Outras despesas

No trimestre as despesas classificadas como outras registraram redução de 7,5%, impulsionada pela queda em Telecom (-10,1%), que compensou o aumento em tributos (+9,1%), enquanto o reembolso da Conta de Consumo de Combustíveis (CCC) e a capitalização em ODI/ODS (+R\$ 3,5 milhões) influenciaram a comparação com o planejado.

3.4 Mercado de energia

No terceiro trimestre de 2025, o mercado total de energia das distribuidoras ESS, EMT, EMS e ETO – que considera

o consumo cativo, a energia associada aos consumidores livres (TUSD) e o fornecimento não faturado – totalizou aproximadamente 6.910 GWh, crescimento de 2,1% comparado ao mesmo período do ano anterior.

- **EMT:** No trimestre, o mercado totalizou 3.173 GWh, alta de 6,2% a/a, com crescimento em todos os meses, impulsionado pelo calendário de leitura e pelo bom desempenho industrial (alimentos e minerais). Destacaram-se as classes residencial (+6,5%), rural (+12,8%) e industrial (+6,5%), além do avanço dos consumidores livres. No acumulado de 2025, o mercado cresceu 3,4%, com altas concentradas nas classes residencial, industrial e rural.
- **EMS:** As vendas somaram 1.600 GWh no trimestre, queda de 3,4% a/a, impactadas por clima mais frio (CDD -12,4%), afetando principalmente os segmentos residencial e comercial. Houve recuo no comercial (-7,2%), residencial (-2,5%) e rural (-7,3%), enquanto a indústria cresceu 1,4%, puxada por alimentos e minerais; no cativo, sem MMGD, a queda seria de 7,7%. No acumulado de 2025, o mercado recuou 4,3% (-2,4% sem um grande cliente industrial atípico).
- **ETO:** No trimestre, o mercado atingiu 862 GWh, com crescimento de 5,0% a/a, impulsionado pelos consumidores livres; no cativo, sem o efeito da MMGD, o mercado ficaria próximo da estabilidade (-0,5%). As classes residencial (+4,0%), industrial (+5,6%) e comercial (+3,2%) avançaram, com destaque para minerais, fertilizantes e varejo alimentar. No acumulado de 2025, o mercado cresceu 3,9%, com liderança das classes residencial e industrial.
- **ESS:** As vendas totalizaram 871 GWh no trimestre, alta de 2,7% a/a, com crescimento dos consumidores livres; no cativo, sem MMGD, o avanço seria de 1,0%. O consumo cresceu principalmente na indústria (+9,5%), responsável por 41% do incremento, e no residencial (+1,8%), além do comercial (+4,9%). No acumulado de 2025, o mercado avançou 3,4%, com crescimento em todos os meses do ano.

Mercado cativo faturado por classe de consumo + TUSD (consolidado)

Descrição Valores em GWh	Trimestre			Exercício		
	4T25	4T24	Var. %	2025	2024	Var. %
Residencial	2.705,2	2.637,1	+ 2,6	9.846,9	9.653,5	+ 2,0
Comercial	651,2	740,4	- 12,0	2.544,5	2.943,1	- 13,5
Industrial	141,3	196,4	- 28,1	599,0	830,9	- 27,9
Rural	620,8	613,4	+ 1,2	2.286,9	2.416,5	- 5,4
Outros	577,8	637,7	- 9,4	2.220,6	2.421,6	- 8,3
1 Mercado Cativo	4.696,4	4.824,9	- 2,7	17.497,9	18.265,6	- 4,2
Residencial	-	-	-	-	-	-
Comercial	439,7	361,1	+ 21,8	1.681,4	1.343,2	+ 25,2
Industrial	1.464,2	1.352,3	+ 8,3	5.816,0	5.440,4	+ 6,9
Rural	161,6	123,2	+ 31,2	489,3	340,9	+ 43,6
Outros	122,0	79,9	+ 52,6	416,9	297,5	+ 40,1
2 Mercado (TUSD)	2.187,5	1.916,5	+ 14,1	6.548,4	7.623,5	- 14,1
Residencial	2.705,2	2.637,1	+ 2,6	8.064,6	9.672,9	- 16,6
Comercial	1.091,0	1.101,5	- 1,0	3.384,2	4.262,5	- 20,6
Industrial	1.605,5	1.548,7	+ 3,7	4.903,3	6.301,0	- 22,2
Rural	782,4	736,5	+ 6,2	2.444,7	2.737,0	- 10,7
Outros	699,8	717,6	- 2,5	2.168,2	2.704,4	- 19,8
3 Mercado (1+2)	6.883,9	6.741,4	+ 2,1	25.901,6	25.687,5	+ 0,8
3.1 Compensada GD II/III	611,4	317,4	+ 92,6	1.848,2	824,3	+ 124,2
3.2 Mercado - Compensada GD II/III (3-3.1)	6.272,5	6.424,0	- 2,4	24.053,3	24.863,2	- 3,3
4 Fornecimento Não Faturado	26,3	49,7	- 47,0	(60,3)	(10,3)	+ 485,3
5 Mercado + Fornecimento Não Faturado (3+4)	6.910,2	6.791,1		25.841,3	25.677,2	
5.1 Mercado - Compensada GD II/III + fornecimento não faturado (3.2+4)	6.485,0	6.629,1	- 2,2	24.409,9	25.073,2	- 2,6

Informações adicionais estão disponíveis no Boletim de Mercado ([clique aqui](#)) ou no site de Relações com Investidores: <https://ri.energisa.com.br/>

3.5 Perdas de energia elétrica (“perdas”)

A seguir são apresentados os indicadores de perdas de energia elétrica das distribuidoras da Rede Energia:

Perdas de energia (% últimos 12 meses)

Distribuidoras % Energia injetada (12 meses)	Perdas técnicas (%)			Perdas não-técnicas (%)			Perdas totais (%)			ANEEL
	dez/24	set/25	dez/25	dez/24	set/25	dez/25	dez/24	set/25	dez/25	
EMT (*)	1.305,0	1.323,5	1.347,3	745,85	724,6	757,5	2.050,9	2.048,1	2.104,8	+ 2,8 ●
EMS (*)	671,3	611,0	611,6	263,82	324,8	373,3	935,1	935,8	984,9	+ 5,2 ●
ETO	384,1	341,3	333,0	14,45	47,4	63,2	398,5	388,7	396,2	+ 1,9 ●
ESS	354,9	353,4	353,8	-8,48	-5,1	33,5	346,4	348,3	387,3	+ 11,2 ●
Rede Energia Consolidada	2.715,2	2.629,2	2.645,7	1.015,7	1.091,7	1.227,5	3.730,9	3.720,9	3.873,2	+ 4,1 ●

Notas:

(1) Para cálculo dos percentuais apresentados acima, foram considerados os valores de energia não faturada. O Mercado Livre A1 foi considerado no cálculo da Perda Total Realizada e Regulatória.

(2) O resultado dos trimestres anteriores está passível de ajustes após resultado divulgado pela Câmara de Comercialização de Energia CCEE.

(*) As distribuidoras EMT e EMS tiveram seus reajustes tarifários em 2025 e seus limites regulatórios passaram a ser apurados com base na nova metodologia que considera o mercado medido no resultado de set/25. Os resultados de set/24 e jun/25, no entanto, não foram ajustados e mantêm a metodologia antiga, baseada no mercado faturado.

Entre as quatro distribuidoras do Grupo Rede, observou-se redução gradual das perdas totais, refletindo ações de eficiência e combate a fraudes.

- **EMT:** encerrou o trimestre com 13,73%, acima do limite regulatório de 12,41%, porém com redução de 0,11 p.p. em relação ao 4T24;
- **EMS:** o limite regulatório de perdas foi ajustado para 13,14%, em função da revisão metodológica da ANEEL, que passou a considerar o mercado medido;
- **ETO:** manteve tendência de melhoria, registrando 9,64%, 3,57 p.p. abaixo do limite regulatório.
- **ESS:** fechou o trimestre com 6,66%, também inferior ao limite regulatório de 7,01%.

O conjunto das distribuidoras demonstra avanço na eficiência operacional e controle das perdas de energia.

3.6 Gestão da inadimplência

3.6.1 Taxa de inadimplência

A seguir são apresentadas as taxas de inadimplência:

PPECLD (% do fornecimento faturado)	Em 12 meses (%)		
	dez/25	dez/24	Variação em p.p.
EMT	1,93%	1,88%	+ 0,05
EMS	1,46%	1,14%	+ 0,31
ETO	0,38%	0,55%	- 0,16
ESS	0,20%	0,31%	- 0,10
Rede Energia Consolidado	1,33%	1,28%	+ 0,04

3.6.2 Taxa de arrecadação

A seguir são apresentadas as taxas de arrecadação por distribuidora:

Taxa de Arrecadação	12 meses (%)		
	dez/25	dez/24	Variação em p.p.
EMT	96,48	96,19	+ 0,30
EMS	97,68	97,61	+ 0,07
ETO	98,09	98,03	+ 0,06
ESS	99,05	99,02	+ 0,03
Rede Energia Consolidada	97,70	97,52	+ 0,18

3.7 Indicadores de qualidade dos serviços – DEC e FEC

Todas as distribuidoras listadas se mantiveram dentro dos limites regulatórios estabelecidos pela Aneel, demonstrando eficiência operacional e foco na qualidade do serviço prestado.

A tabela a seguir apresenta os resultados do período:

Distribuidoras Janela móvel 12 meses	DEC (horas)			FEC (vezes)			Limite DEC	Limite FEC
	dez/25	dez/24	Var. (%)	dez/25	dez/24	Var. (%)		
EMT	14,45	15,12	- 4,4	6,43	6,48	- 0,8	17,19 ●	11,63 ●
EMS	9,12	9,07	+ 0,6	4,32	4,26	+ 1,4	9,92 ●	6,43 ●
ETO	14,54	15,50	- 6,2	5,32	6,35	- 16,2	16,85 ●	10,29 ●
ESS	5,34	5,15	+ 3,7	3,20	2,88	+ 11,1	6,74 ●	5,41 ●

Os dados apresentados são obtidos a partir das bases de dados da ANEEL e são passíveis de alterações solicitadas pelo regulador

Principais destaques:

- **EMT** se destacou com o melhor DEC da série histórica, com redução de 4,4%, resultado de uma alocação de capital eficiente e medidas de operação e manutenção eficazes.
- **ETO** se destacou com o melhor DEC da série histórica, com redução de 6,2%, resultado de uma alocação de capital eficiente e medidas de operação e manutenção eficazes.

Em 03 de novembro de 2022, visando a melhoria da Continuidade do Fornecimento de Energia Elétrica no segmento de distribuição, a ANEEL, através do ofício 44/2022, estabeleceu o alcance do percentual mínimo de 80% dos conjuntos dentro dos limites regulatórios do DEC e do FEC no horizonte de 2023 a 2026.

Para o atingimento da meta de 80% referida acima até o ano de 2026, estabeleceu-se metas anuais para cada concessionária, considerando um aumento gradativo do percentual mínimo de conjuntos dentro dos limites regulatórios. Todas as distribuidoras do Grupo Energisa já cumprem a meta para o FEC em 2025 e as distribuidoras EMT, EMS e ESS estão em rota para cumprir o indicador DEC para o período e as demais distribuidoras já cumprem a meta de DEC.

3.8 Revisões e reajustes tarifários

Os efeitos para os consumidores decorrentes dos últimos processos de reajuste e revisão tarifária de cada distribuidora foram os seguintes :

Distribuidoras	Efeito para o Consumidor (%)			Início da Vigência	Atualização Monetária – eventos de reajustes	Processo Revisional
	Baixa Tensão	Alta e Média Tensão	Médio			
EMT	+0,34	+5,42	+1,79	08/04/2025	IGP-M	Reajuste Anual
EMS	+0,69	+3,09	+1,33	08/04/2025	IGP-M	Reajuste Anual
ETO	+12,55	+13,25	+12,68	04/07/2025	IPCA	Revisão
ESS	+19,15	+18,80	+19,05	12/07/2025	IPCA	Reajuste Anual

3.9 Resultado financeiro

A seguir, a composição do resultado financeiro consolidado da Companhia:

R\$ milhões	Trimestre			Exercício		
	4T25	4T24	Var. %	2025	2024	Var. %
Receitas financeiras	225,9	234,9	- 3,8	927,8	791,1	+ 17,3
Receita de aplicações financeiras	103,7	74,5	+ 39,1	401,0	302,6	+ 32,5
Outras receitas financeiras	122,2	160,4	- 23,8	526,8	488,5	+ 7,8
Despesas financeiras	(744,1)	(521,2)	+ 42,8	(2.620,0)	(1.955,2)	+ 34,0
Encargos de dívidas – Juros	(437,1)	(311,8)	+ 40,2	(1.559,6)	(1.124,8)	+ 38,7
Encargos de dívidas – Variação monetária/cambial	(146,9)	(498,7)	- 70,5	56,4	(967,1)	-
Instrumentos financeiros derivativos (Swap)	(66,0)	388,2	-	(769,6)	551,4	-
Marcação a mercado da dívida	(86,8)	267,7	-	(232,6)	422,3	-
Outras despesas financeiras	(7,4)	(366,6)	- 98,0	(114,6)	(837,0)	- 86,3
Resultado financeiro	(518,2)	(286,3)	+ 81,0	(1.692,2)	(1.164,1)	+ 45,4

3.10 Estrutura de capital

3.10.1 Operações financeiras

As contratações de financiamento da Rede Energia totalizaram R\$ 767,5 milhões no 4T25, com custo médio de 100,13% do CDI.

Abaixo as captações por companhia e tipo de emissão no acumulado de 2025:

Companhia	Tipo de emissão	Montante total (R\$ milhões)	Custo Médio (a.a.)	Vencimento (anos)
EMT e ETO	Debêntures Institucionais	1.120,00	105,89%	5
EMS, EMT, ESS e ETO	Debêntures Incentivadas	3.840,00	98,70%	7, 10 e 15
EMT, ESS e ETO	FINEM	398,50	105,08%	em até 16
Total		5.358,50	100,68%	-

3.10.2 Caixa e endividamento

A posição consolidada de caixa, equivalentes de caixa, aplicações financeiras e créditos setoriais reflete a gestão financeira da Companhia e a composição dos seus recursos no período. Esses saldos incluem os créditos setoriais, com destaque para CDE, CCC e CVA, cuja evolução está associada aos mecanismos regulatórios vigentes.

Na mesma data, a dívida líquida ajustada pelos créditos setoriais e o indicador de alavancagem (dívida líquida/EBITDA ajustado) refletem a estrutura de capital da Companhia, considerando o endividamento, a geração

de caixa operacional e os créditos setoriais reconhecidos.

A seguir, as dívidas de curto e longo prazo da Companhia nos últimos três períodos:

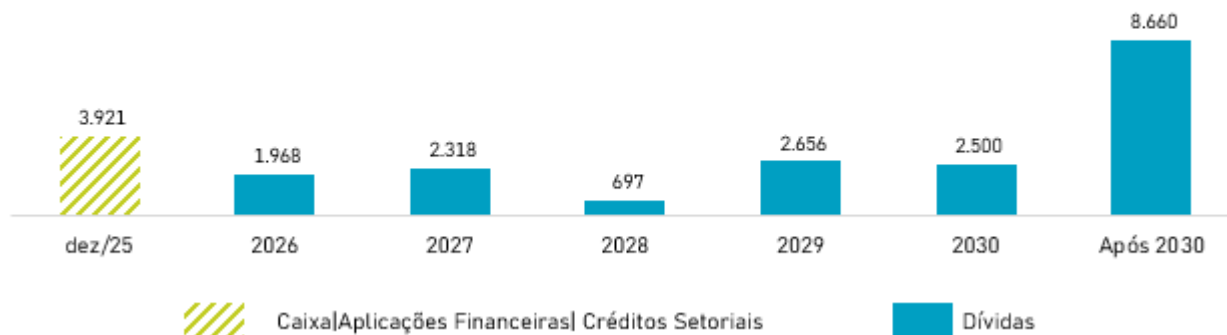
Dívida Líquida	Controladora			Consolidado		
	31/12/2025	30/09/2025	30/06/2025	31/12/2025	30/09/2025	30/06/2025
Valores em R\$ milhões						
Circulante	1,9	0,7	4,1	2.130,7	2.321,5	2.808,9
Empréstimos e financiamentos	-	-	-	1.030,7	1.125,7	1.516,2
Debêntures	1,4	0,6	3,1	866,2	856,0	831,6
Encargos de dívidas	0,5	0,2	1,0	71,4	71,3	197,7
Parcelamento de impostos e benefícios pós-emprego	-	-	-	7,3	10,7	10,7
Instrumentos financeiros derivativos líquidos:	-	-	-	155,0	257,8	252,6
(-) Ativo: instrumentos financeiros derivativos	-	-	-	(79,3)	(17,2)	(24,6)
(+) Passivo: instrumentos financeiros derivativos	-	-	-	234,3	275,0	277,2
Não circulante	446,8	432,3	418,2	17.066,2	16.171,3	14.959,6
Empréstimos, financiamentos e arrendamentos	334,6	323,2	312,1	5.030,6	4.822,1	5.163,5
Debêntures	112,1	109,1	106,1	12.122,1	11.406,1	9.958,7
Parcelamento de impostos e benefícios pós-emprego	-	-	-	47,7	69,1	66,4
Instrumentos financeiros derivativos líquidos:	-	-	-	(134,3)	(126,1)	(228,9)
(-) Ativo: instrumentos financeiros derivativos	-	-	-	(326,1)	(337,0)	(391,0)
(+) Passivo: instrumentos financeiros derivativos	-	-	-	191,8	210,9	162,1
Total das dívidas	448,6	433,0	422,3	19.196,8	18.492,8	17.768,5
(-) Disponibilidades financeiras:	140,2	38,1	44,8	2.899,1	3.263,2	3.955,1
Caixa e equivalentes de caixa	0,2	0,1	0,1	353,0	257,1	290,1
Aplicações no mercado aberto e recursos vinculados	140,0	38,0	44,6	2.546,1	3.006,0	3.665,0
Total das dívidas líquidas	308,4	394,9	377,5	16.297,8	15.229,6	13.813,4
(-) Créditos CDE	-	-	-	752,9	698,8	685,5
(-) Créditos CCC	-	-	-	66,6	67,3	69,9
(-) Créditos CVA ⁽¹⁾	-	-	-	202,6	231,5	(194,2)
Total das dívidas líquidas deduzidas de créditos setoriais	308,4	394,9	377,5	15.275,6	14.232,0	13.252,1
Dívida líquida / EBITDA ajustado covenants 12 meses (2)				3,1	3,0	2,9

(1) Esses créditos se referem aos ativos e passivos financeiros setoriais. | (2) EBITDA ajustado = EBITDA + Receitas de acréscimos moratórios.

3.10.3 Cronograma de amortização das dívidas

O cronograma de amortização dos empréstimos, financiamentos, encargos de dívidas e debêntures consolidados, na data-base de referência, vis-à-vis o caixa, está representado pelo gráfico abaixo:

Cronograma de amortização da dívida bancária e de emissão (R\$ milhões)



3.11 Investimentos

Os investimentos realizados, por distribuidora, foram os seguintes:

Investimentos por empresa Valores em R\$ milhões	Ativo Elétrico		Ativo Não Elétrico		Ativos Próprios Total		Obrigações Especiais		Investimento Trimestre		Investimento Exercício	
	4T25	Var. %	4T25	Var. %	4T25	Var. %	4T25	Var. %	4T25	Var. %	12M25	Var. %
EMT	456,5	+ 21,4	30,6	+ 44,7	487,1	+ 22,7	19,2	- 75,9	506,3	+ 6,2	1.871,0	+ 31,4
EMS	188,3	+ 27,2	12,3	+ 28,8	200,6	+ 27,3	12,9	- 81,5	213,5	- 6,1	763,8	+ 2,6
ETO	126,9	- 32,5	6,0	- 13,6	133,0	- 31,8	33,6	+ 171,2	166,6	- 19,7	665,7	- 9,2
ESS	165,2	+ 193,5	10,2	+ 24,0	175,4	+ 172,0	18,2	- 48,1	193,6	+ 94,4	547,9	+ 25,6
Consolidado	937,0	+ 21,9	59,1	+ 28,8	996,1	+ 22,3	84,0	- 57,4	1.080,0	+ 6,8	3.848,4	+ 15,3

(*) As "Obrigações Especiais" são recursos aportados pela União, Estados, Municípios e Consumidores para a concessão e não compõe a Base de Remuneração Regulatória da distribuidora.

3.12 Mercado de Capitais

Negociadas na B3, as ações ordinárias REDE3, encerraram o trimestre cotadas a R\$ 6,3/ação.

	2025	2024	Variação
Indicadores de mercado			
Enterprise value (EV - R\$ milhões) ⁽¹⁾	28.465	25.234	12,80%
Valor de mercado no final do exercício (R\$ milhões)	13.190	13.295	-0,79%
Volume médio diário negociado UDM - ON (R\$ mil)	12,4	21	-42,04%
Cotação das ações			
REDE3 (ON) no fechamento no final do exercício (R\$/ação)	6,25	6,30	-0,79%
Indicadores relativos			
Dividendos pagos por ON - UDM	0,61	0,58	4,66%
Lucro líquido por ON - UDM	0,80	0,95	-16,44%
Retorno total ao acionista detentor de ON (TSR) - UDM	8,90%	180,23%	-171,33 p.p.
Valor de mercado / patrimônio líquido (vezes)	1,99	2,03	-2,06%

(1) EV = Valor de mercado (R\$/ação x quantidade de ações) + dívida líquida consolidada.
UDM = Últimos 12 meses.

3.13 EBITDA

A seguir, os valores do EBITDA do período por linha de negócio antes da combinação de negócios:

EBITDA por linha de negócio Valores em R\$ milhões	Trimestre			Exercício		
	4T25	4T24	Var. %	2025	2024	Var. %
➤ Distribuição de energia elétrica	1.099,5	906,5	+ 21,3	4.701,9	4.334,0	+ 8,5
➤ Holdings e outros	5,2	(7,1)	-	24,6	(21,1)	-
Eliminações intercompany e combinação de negócios	(0,0)	0,0	-	0,2	1,2	- 86,0
(=) EBITDA	1.104,7	899,4	+ 22,8	4.726,7	4.314,1	+ 9,6
(+) Receitas de acréscimos moratórios	65,9	59,7	+ 10,5	264,6	262,4	+ 0,8
(=) EBITDA ajustado covenants ⁽¹⁾	1.170,6	959,1	+ 22,0	4.991,3	4.576,5	+ 9,1
Margem EBITDA (%)	22,3	18,0	+ 4,4p.p.	24,4	24,1	+ 0,3p.p.

⁽¹⁾ EBITDA com adição de receitas de acréscimos moratórios.

EBITDA ajustado recorrente Valores em R\$ milhões	trimestre			Exercício		
	4T25	4T24	Var. %	2025	2024	Var. %
(=) EBITDA	1.104,7	899,4	+ 22,8	4.726,7	4.314,1	+ 9,6
(-) VNR - Distribuição	(62,5)	(139,0)	- 55,0	(455,6)	(453,1)	+ 0,6
(=) EBITDA ajustado	1.042,1	760,4	+ 37,0	4.271,1	3.861,0	+ 10,6
(+/-) Efeitos não recorrentes	330,7	333,7	- 0,9	330,7	333,7	- 0,9
Provisão efeitos GD	-	333,7	-	-	333,7	-
Baixa Créditos Tributários	330,7	-	-	330,7	-	-
(=) EBITDA ajustado recorrente	1.372,8	1.094,1	+ 25,5	4.601,8	4.194,7	+ 9,7

- **EMS: Baixa de Créditos Tributários** Foram reconhecidos efeitos negativos de R\$ 100,0 milhões referente à devolução de PIS/COFINS. O impacto decorre da revisão das projeções de compensação, resultando na baixa contábil de ativos tributários. Ressaltamos que se trata de ajuste de estimativa, sem efeito caixa.
- **EMT: Baixa de Créditos Tributários** Foram reconhecidos efeitos negativos de R\$ 230,0 milhões referente à devolução de PIS/COFINS. O impacto decorre da revisão das projeções de compensação, resultando na baixa contábil de ativos tributários. Ressaltamos que se trata de ajuste de estimativa, sem efeito caixa.

3.14 Lucro líquido do período

A seguir, os valores do lucro líquido do período por linha de negócio antes da combinação de negócios:

Lucro líquido por linha de negócio Valores em R\$ milhões	Trimestre			Exercício		
	4T25	4T24	Var. %	2025	2024	Var. %
Distribuição de energia elétrica ⁽¹⁾	372,2	597,8	- 37,7	1.850,0	2.215,7	- 16,5
Holdings e outros	(21,3)	(13,6)	+ 56,9	(82,9)	(119,3)	- 30,5
Combinação de negócios	(22,3)	(22,3)	+ 0,0	(89,2)	(88,5)	+ 0,8
(=) Lucro líquido consolidado ajustado recorrente	328,5	561,9	- 41,5	1.677,9	2.008,0	- 16,4
Margem lucro líquido (%)	6,6	11,2	- 4,6 p.p.	8,7	11,2	- 2,6 p.p.

⁽¹⁾ Considera EMT, EMS, ETO e ESS

Lucro líquido consolidado ajustado recorrente Valores em R\$ milhões	trimestre			Exercício		
	4T25	4T24	Var. %	2025	2024	Var. %
(=) Lucro líquido consolidado ajustado	328,5	561,9	- 41,5	1.677,9	2.008,0	- 16,4
(-) VNR - Distribuição	(49,2)	(109,2)	- 54,9	(356,6)	(355,8)	+ 0,2
(=) Lucro líquido consolidado ajustado	279,3	452,8	- 38,3	1.321,3	1.652,2	- 20,0
(+/-) Efeitos não recorrentes	261,4	(79,4)	-	261,4	(79,4)	-
Provisão efeitos GD	-	248,3	-	-	248,3	-
Indébitos Tributários	-	(327,7)	-	-	(327,7)	-
Baixa Créditos Tributários	261,4	-	-	261,4	-	-
(=) Lucro líquido consolidado ajustado recorrente	540,7	373,4	+ 44,8	1.582,7	1.572,8	+ 0,6

4. ASPECTOS SOCIOAMBIENTAIS E ASG

4.1 Diversidade e inclusão

Como compromisso com a equidade, quantidade de executivos na Companhia entre os anos de 2024 e 2025, segregada por gênero:

Nº membros	2024				2025			
	Mulheres	Homens	Total geral	% Mulheres	Mulheres	Homens	Total geral	% Mulheres
Diretoria Estatutária	-	3,0	3,0	-	1,0	2,0	3,0	33,33%
Conselho de Administração	-	4,0	4,0	-	-	4,0	4,0	0,00%
Total	-	7,0	7,0	-	1,0	6,0	+ 7,0	14,29%

Devido à inexistência de empregados diretos na REDE Energia, os indicadores de diversidade e remuneração (média salarial por gênero e proporção de mulheres) não se aplicam à Companhia.

5. EVENTOS SUBSEQUENTES

5.1 Bandeira tarifária

A ANEEL definiu para as controladas distribuidoras de energia elétrica, a aplicação da Bandeira Verde a ser aplicada para os meses de janeiro, fevereiro e março de 2026, resultado de análises do cenário hidrológico do país.

5.2 Emissão de Debêntures

- (1) Em 20 de fevereiro de 2026, a controlada EMT, efetuou a 27ª emissão de debêntures, em série única, no montante de R\$ 370,0 milhões, com vencimento em 15 de dezembro de 2045 e remuneração de IPCA mais 7,47% ao ano. Os recursos foram destinados ao financiamento futuro dos projetos de investimentos em infraestrutura de distribuição de energia elétrica de titularidade da Emissora.
- (2) Em 10 de março de 2026, a controlada EMT, efetuou a 28ª emissão de debêntures incentivadas no montante de R\$ 1.000,0 milhões em duas séries, sendo (i) 1ª série com vencimento em 15 de fevereiro de 2036, e remuneração de IPCA + 6,67% a.a.; (ii) a 2ª série com vencimento em 15 de fevereiro de 2041 e remuneração de IPCA + 6,55% a.a..
- (3) Em 20 de fevereiro de 2026, a controlada indireta ETO, efetuou a 14ª emissão de debêntures, em série única, o montante de R\$ 460,0 milhões, com vencimento em 15 de dezembro de 2045 e remuneração de IPCA mais 7,50% ao ano. Os recursos foram destinados ao financiamento futuro dos projetos de investimentos em infraestrutura de distribuição de energia elétrica de titularidade da Emissora.
- (4) Em 10 de março de 2026, a controlada ETO, efetuou a 15ª emissão de debêntures incentivadas no montante de R\$ 330,0 milhões em duas séries, sendo (i) a 1ª série com vencimento em 15 de fevereiro de 2036 e remuneração de IPCA + 6,67% a.a.; (ii) a 2ª série com vencimento em 15 de fevereiro de 2041 e remuneração de IPCA + 6,55% a.a..

5.3 Empréstimos – Liberação de recursos (Controlada)

Em 03 de março de 2026 a controlada direta Energisa Mato Grosso do Sul Distribuidora de Energia S/A teve a liberação de R\$144,0 milhões referente à segunda parcela do contrato N° 23.2.0329-1 de financiamento junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES firmado em 06 de fevereiro de 2024.

5.4 Pagamento de dividendos

O Conselho de Administração da Companhia em reunião realizada em 12 de março de 2026, aprovou a distribuição de dividendos à conta do lucro do exercício de 2025, no montante de R\$ 256,8 milhões, equivalentes a R\$ 0,10 por ação ordinária do capital social. Os pagamentos serão efetuados no dia 11 de abril de 2026, com base na posição acionária da Companhia em 17 de março de 2026, respeitadas as negociações deste dia, inclusive.

5.5 Pagamento de dividendos – controladas

Em 12 de março de 2026, a Administração das controladas aprovou a distribuição de dividendos com base no lucro do exercício findo em 31 de dezembro de 2025, conforme demonstrado a seguir:

Controladas	Valor de dividendos	Valor dos dividendos por ação (R\$)	Tipo de Ação	Data de Pagamento
QMRA	220.497,92	0,050441423	ON	a partir de 13/03/2026
Energisa Mato Grosso	166.873.761,46	0,762182715	ON e PN	10/04/2026
Energisa Sul-Sudeste	16.864.293,95	173,658187969	ON	a partir de 13/03/2026
Multi Energisa	19.608.650,92	19608,650920000	ON	a partir de 13/03/2026

A Administração.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

1. Balanço Patrimonial Ativo

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024
(Em milhares de reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2025	2024	2025	2024
Ativo					
Circulante					
Caixa e equivalente de caixa	6.1	210	63	352.971	225.695
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	6.2	139.998	11.837	2.476.080	3.291.237
Clientes, consumidores, concessionárias e outros	7	-	-	2.598.179	2.578.188
Títulos de créditos a receber		-	-	3.816	3.910
Dividendos a receber		21.691	30	-	-
Estoques		-	-	72.112	64.880
Tributos a recuperar	8	10.171	8.963	1.023.500	1.054.233
Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos	33	-	-	79.284	228.477
Ativos financeiros setoriais	10	-	-	698.272	152.611
Outros créditos	11	3.377	3.077	1.128.469	856.428
Total do circulante		175.447	23.970	8.432.683	8.455.659
Não circulante					
Realizável a longo prazo					
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	6.2	-	-	70.011	66.618
Clientes, consumidores e concessionárias	7	-	-	220.285	255.435
Títulos de créditos a receber		-	-	6.276	7.468
Créditos com partes relacionadas	12	602	531	-	-
Tributos a recuperar	8	6.878	4.585	1.206.870	1.385.853
Depósitos judiciais	25	923	872	356.910	298.286
Créditos tributários	13	-	-	642.291	611.796
Ativos financeiros setoriais	10	-	-	295.129	95.981
Ativo financeiro indenizável da concessão	14	-	-	12.849.413	10.592.044
Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos	33	-	-	326.069	589.610
Outros créditos	11	8.249	7.361	225.031	225.309
		16.652	13.349	16.198.285	14.128.400
Investimentos	15	7.068.239	5.537.751	7.518	8.747
Ativo Contratual - Infraestrutura em construção	16	-	-	2.080.734	1.353.566
Imobilizado	17	-	-	152.790	141.477
Intangível	18	-	-	6.027.724	5.971.392
Total do não circulante		7.084.891	5.551.100	24.467.051	21.603.582
Total do ativo		7.260.338	5.575.070	32.899.734	30.059.241

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras.

2. Balanço patrimonial passivo

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024

(Em milhares de reais)

		Controladora		Consolidado	
	Nota	2025	2024	2025	2024
Passivo					
Circulante					
Fornecedores	19	197	188	1.542.574	1.313.962
Encargos de dívidas	20	468	471	71.437	166.535
Empréstimos e financiamentos	20	-	-	1.030.739	1.729.644
Debêntures	21	1.399	1.410	866.180	830.866
Dividendos a pagar		3.912	4.033	5.467	5.764
Folha de pagamento		15	16	10.310	12.549
Impostos e contribuições sociais	22	1.268	705	331.821	393.448
Encargos setoriais	23	-	-	246.001	189.370
Incorporação de redes	24	-	-	31.822	31.164
Obrigações estimadas		-	-	78.155	73.642
Passivos financeiros setoriais	10	-	-	338.413	411.094
Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos	33	-	-	234.314	261.261
Contribuição de iluminação pública		-	-	102.485	97.077
Benefícios pós-emprego	34	-	-	7.279	10.743
Efeitos da Redução do ICMS na base de calculo do Pis e Cofins	26	-	-	234.465	290.236
Arrendamentos Operacionais		-	-	8.533	9.794
Outros passivos	26	3.484	346	249.526	286.138
Total do circulante		10.743	7.169	5.389.521	6.113.287
Não circulante					
Fornecedores	19	369	-	83.368	85.619
Empréstimos e financiamentos	20	334.612	291.433	5.030.583	5.792.685
Debêntures	21	112.140	100.133	12.122.141	7.392.404
Impostos e contribuições sociais	22	-	-	182.189	98.749
Impostos e contribuições sociais diferidos	13	348.322	339.719	1.848.919	2.010.776
Débitos com partes relacionadas	12	9.689	293.091	16.774	299.337
Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos	33	-	-	191.807	214.059
Provisões para riscos trabalhista, cível , fiscal, regulatória e ambiental	25	-	-	107.011	122.918
Provisão para perdas em participações societárias	15	255.097	239.646	-	-
Passivos financeiros setoriais	10	-	-	452.424	292.888
Efeitos da Redução do ICMS na base de calculo do Pis e Cofins	26	-	-	291.983	677.054
Encargos setoriais	23	-	-	88.112	91.723
Benefícios pós-emprego	34	-	-	47.699	60.955
Arrendamentos operacionais		-	-	21.498	14.239
Outros passivos	26	152	152	385.336	307.518
Total do não circulante		1.060.381	1.264.174	20.869.844	17.460.924
Patrimônio líquido e recursos destinados a futuro aumento de capital					
Capital social	27.1	5.567.568	3.223.218	5.567.568	3.223.218
Reservas de capital	27.2	(381.487)	10.868	(381.487)	10.868
Reservas de lucros	27.3 a				
	27.5	965.693	1.049.115	965.693	1.049.115
Outros resultados abrangentes	27.6	37.440	20.526	37.440	20.526
		6.189.214	4.303.727	6.189.214	4.303.727
Participação dos Acionistas não controladores	27.7	-	-	451.155	2.181.303
Total do patrimônio líquido		6.189.214	4.303.727	6.640.369	6.485.030
Total do passivo e patrimonio líquido		7.260.338	5.575.070	32.899.734	30.059.241

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras

3. Demonstração do resultado

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024

(Em milhares de reais, exceto o lucro por ação)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2025	2024	2025	2024
Operações continuadas					
Receita operacional líquida	28	-	-	19.392.049	17.884.954
Custo do serviço de energia elétrica	29	-	-	(8.535.539)	(8.075.916)
Custos de operação e dos serviços prestados a terceiros	29	(4)	-	(5.822.829)	(5.080.821)
Lucro bruto		(4)	-	5.033.681	4.728.217
Despesas gerais e administrativas	29	(1.155)	(41.477)	(1.006.560)	(1.067.763)
Outras Receitas	30	-	-	26.930	14.940
Outras despesas	30	-	(787)	(324.865)	(237.353)
Equivalência patrimonial	15	1.289.148	1.602.650	-	-
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras e impostos		1.287.989	1.560.386	3.729.186	3.438.041
Receita financeira	32	9.853	4.123	927.814	791.085
Despesas financeira	32	(106.753)	(87.563)	(2.620.036)	(1.955.206)
Receitas (despesas) financeiras líquidas		(96.900)	(83.440)	(1.692.222)	(1.164.121)
Resultado antes dos tributos sobre o lucro		1.191.089	1.476.946	2.036.964	2.273.920
Imposto de renda e contribuição social corrente	13	-	-	(562.256)	(45.008)
Imposto de renda e contribuição social diferido	13	12.242	(817)	203.191	(220.907)
Resultado de operações continuadas		1.203.331	1.476.129	1.677.899	2.008.005
Lucro líquido do exercício		1.203.331	1.476.129	1.677.899	2.008.005
Lucro líquido atribuível a:					
Acionistas controladores		-	-	1.203.331	1.476.129
Acionistas não controladores		-	-	474.568	531.876
Lucro líquido básico e diluído por ação ordinária - operações continuadas	32	0,56	0,70	0,56	0,70
Ação ordinária		0,56	0,70	0,56	0,70

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras

4. Demonstração do resultado abrangente

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024

(Em milhares de reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2025	2024	2025	2024
Lucro líquido do exercício		1.203.331	1.476.129	1.677.899	2.008.005
Itens que não serão reclassificados para a demonstração do resultado					
Outros resultados abrangentes	27.6	16.914	34.031	17.422	41.192
Total de outros resultados abrangentes do exercício, líquido de tributos		1.220.245	1.510.160	1.695.321	2.049.197
Atribuível a:					
Acionistas controladores		1.220.245	1.510.160	1.220.245	1.510.160
Acionistas não controladores		-	-	475.076	539.037

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras

5. Demonstração das mutações do patrimônio líquido

PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

(Em milhares de reais)

	Notas	Capital social	Reservas de capital	Reservas de lucros		Reserva especial de dividendos	Dividendos adicionais propostos	Lucros (prejuízos) acumulados	Adiantament o para futuro aumento de capital	Outros resultados abrangentes	Total atribuído aos acionistas controladores	Participação dos acionistas não controladores	Total consolidado
				Legal	Retenção de Lucros								
Saldos em 31 janeiro de 2024		3.223.218	10.742	153.181	121.789	57.316	469.355	-	-	(13.505)	4.022.096	1.946.340	5.968.436
Pagamento de dividendos adicionais propostos		-	-	-	-	-	(469.355)	-	-	-	(469.355)	(149.412)	(618.767)
Programa de remuneração variável (ILP)	27.2	-	104	-	-	-	-	-	-	-	104	(62)	42
Dividendos prescritos	27.5	-	-	-	-	-	-	3.456	-	-	3.456	241	3.697
Reclassificação ORA - ganhos e perdas atuariais	27.5	-	-	-	-	-	-	(430)	-	430	-	-	-
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	1.476.129	-	-	1.476.129	531.876	2.008.005
Proposta de destinação do lucro líquido do exercício:											-	-	-
Reserva legal	27.5	-	-	73.806	-	-	-	(73.806)	-	-	-	-	-
Dividendos	27.5	-	-	-	-	-	-	(762.326)	-	-	(762.326)	(155.271)	(917.597)
Dividendos adicionais propostos	27.5	-	-	-	-	-	517.029	(517.029)	-	-	-	-	-
Reserva de retenção de lucros	27.5	-	-	-	125.994	-	-	(125.994)	-	-	-	-	-
Transações com investimentos	27.2	-	22	-	-	-	-	-	-	-	22	-	22
Outros resultados abrangentes, líquidos de tributos	27.6	-	-	-	-	-	-	-	-	33.601	33.601	7.591	41.192
Saldos em 31 dezembro de 2024		3.223.218	10.868	226.987	247.783	57.316	517.029	-	-	20.526	4.303.727	2.181.303	6.485.030
Aumento de Capital		2.344.350	-	-	-	-	-	-	-	-	2.344.350	-	2.344.350
Pagamento de dividendos adicionais propostos		-	-	-	-	-	(517.029)	-	-	-	(517.029)	(290.423)	(807.452)
Programa de remuneração variável (ILP)	27.2	-	3.531	-	-	-	-	-	-	-	3.531	623	4.154
Dividendos prescritos	27.5	-	-	-	-	-	-	2.270	-	-	2.270	23	2.293
Reclassificação ORA - ganhos e perdas atuariais	27.5	-	-	-	-	-	-	1.203.331	-	-	1.203.331	474.568	1.677.899
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Proposta de destinação do lucro líquido do exercício:											-	-	-
Reserva legal	27.5	-	-	60.167	-	-	-	(60.167)	-	-	-	-	-
Dividendos	27.5	-	-	-	-	-	-	(771.994)	-	-	(771.994)	(288.261)	(1.060.255)
Dividendos adicionais propostos	27.5	-	-	-	-	-	256.820	(256.820)	-	-	-	-	-
Reserva de retenção de lucros	27.5	-	-	-	116.620	-	-	(116.620)	-	-	-	-	-
Transações com investimentos	27.2	-	(395.886)	-	-	-	-	-	-	-	(395.886)	(1.627.186)	(2.023.072)
Outros resultados abrangentes, líquidos de tributos	27.6	-	-	-	-	-	-	-	-	16.914	16.914	508	17.422
Saldos em 31 dezembro de 2025		5.567.568	(381.487)	287.154	364.403	57.316	256.820	-	-	37.440	6.189.214	451.155	6.640.369

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras

6. Demonstração do valor adicionado

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024

(Em milhares de reais)

		Controladora		Consolidado	
	Nota	2025	2024	2025	2024
Geração do valor adicionado:					
Receitas					
Receitas de vendas de energia e serviços	28	-	-	23.897.576	22.499.619
Outras receitas	29	-	-	26.930	14.940
Receitas relativas à construção de ativos próprios	28 e 29	-	-	3.582.842	2.919.796
Provisão para perdas esperadas de créditos de liquidação duvidosa	28	-	-	(258.269)	(254.578)
(-) Insumos adquiridos de terceiros					
Custo da energia elétrica vendida		-	-	(9.385.407)	(8.809.819)
Materiais e serviços de terceiros		(371)	(408)	(1.027.773)	(990.591)
Outros custos operacionais		(430)	(41.491)	(4.002.482)	(3.409.307)
		(801)	(41.899)	(14.415.662)	(13.209.717)
Valor adicionado bruto		(801)	(41.899)	12.833.417	11.970.060
Depreciação e amortização	28	-	-	(997.541)	(876.069)
Valor adicionado líquido		(801)	(41.899)	11.835.876	11.093.991
Valor adicionado recebido em transferência					
Equivalência patrimonial	14	1.289.148	1.602.650	-	-
Receitas financeiras	30	10.333	4.397	973.065	829.743
Valor adicionado total a distribuir		1.298.680	1.565.148	12.808.941	11.923.734
Distribuição do valor adicionado:					
Pessoal					
Remuneração direta		321	253	392.977	392.424
Benefícios		(28)	60	247.682	241.922
FGTS		-	-	54.771	51.172
Impostos, taxas e contribuições					
Federais		(11.697)	1.143	4.301.255	3.765.590
Tributos		(11.697)	1.143	1.568.540	1.450.136
Obrigações Intra-setoriais		-	-	2.732.715	2.315.454
Estaduais		-	-	3.462.021	3.468.256
Municipais		-	-	7.084	6.745
Remuneração de capitais de terceiros					
Juros	30	106.753	87.563	2.663.606	1.986.529
Aluguéis		-	-	1.646	3.091
Remuneração de capitais próprios					
Dividendos	26.6	1.026.544	1.275.899	1.314.782	1.430.929
Lucros retidos		176.787	200.230	176.787	200.230
Participação dos acionistas não controladores nos lucros		-	-	186.330	376.846
		1.298.680	1.565.148	12.808.941	11.923.734

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras.

7. Demonstração dos fluxos de caixa

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024

(Em milhares de reais)

		Controladora		Consolidado	
	Nota	2025	2024	2025	2024
Atividades operacionais					
Lucro líquido do exercício das operações continuadas	32	1.203.331	1.476.129	1.677.899	2.008.005
Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido	13	(12.242)	817	359.065	265.915
Despesas ou Receitas com juros, variações monetárias e cambiais - líquidas		77.260	78.654	1.275.433	1.860.883
Ajuste a valor justo do ativo financeiro indenizável da concessão	14	-	-	(455.599)	(453.078)
Equivalência patrimonial	15	(1.289.148)	(1.602.650)	-	-
Provisão para perdas esperadas de créditos de liquidação duvidosa	29	-	-	258.269	254.578
Depreciação e amortização	29	-	-	997.541	876.069
Perda na desativação de bens do imobilizado e do intangível	29	-	-	199.531	121.879
Provisão para riscos trabalhistas, cíveis, fiscais e regulatórios	29	-	40.200	83.406	191.063
Marcação a mercado da dívida	31	-	-	232.615	(422.298)
Marcação a mercado de derivativos	31	-	-	(252.567)	471.279
Instrumentos financeiros derivativos	31	-	-	769.614	(551.428)
Pagamento baseado em ações		-	-	4.153	42
Redução (aumento) dos ativos					
Consumidores e concessionárias		-	-	(212.173)	1.342.100
Títulos de créditos a receber		-	(299)	(49.827)	857
Estoques		-	-	(7.232)	(5.781)
Tributos a recuperar		4.599	-	(127.670)	(186.592)
Cauções e depósitos vinculados		-	-	(34.330)	14.269
Outros créditos		(22.780)	34.077	(441.922)	(463.611)
Aumento (redução) dos passivos					
Fornecedores		17	33	217.762	(26.839)
Folha de pagamento		-	-	(2.239)	1.399
Impostos e contribuições sociais		1.282	97	487.758	(367.510)
Imposto de renda e contribuição social pagos		-	-	(529.098)	(401.365)
Obrigações estimadas		-	-	4.513	10.302
Ativos e passivos setoriais	10	-	-	(1.121.055)	(517.688)
Processos fiscais, cíveis, trabalhistas e regulatórios pagos		-	(40.200)	(97.131)	(219.806)
Outras contas a pagar		(118)	(536)	354.804	211.413
Caixa líquido (consumido) gerado nas atividades operacionais		(25.796)	(13.678)	3.591.520	4.014.057
Atividades de investimentos					
Aplicações financeiras e recursos vinculados		(83.248)	10.173	1.212.776	(705.194)
Aplicações no imobilizado, intangível e ativo Contratual - Infra-estrutura em construção	16, 17 e 18	-	-	(3.577.234)	(2.912.673)
Recebimento de dividendos		1.406.617	1.239.680	-	-
Alienação de bens do imobilizado e intangível	17 e 18	-	-	27.827	15.302
Aumento de capital e compra de ações de subsidiárias e outros investimentos		(4.000)	-	-	-
Caixa líquido gerado (consumido) nas atividades de investimentos		1.319.369	1.249.853	(2.336.631)	(3.602.565)
Atividades de financiamento					
Novos empréstimos, financiamentos e debêntures	20 e 21	-	-	5.208.193	7.631.946
Pagamentos de empréstimos e financiamentos - principal	20 e 21	-	-	(2.328.732)	(4.856.152)
Pagamentos de empréstimos, financiamentos e debêntures - juros	20 e 21	(4.455)	(4.455)	(1.462.351)	(1.194.948)
Partes Relacionadas		(2.097)	(2.625)	(323.482)	(391.389)
Pagamento de incorporação de redes	24	-	-	(157.270)	(201.658)
Pagamentos de dividendos		(1.286.874)	(1.229.911)	(1.865.711)	(1.534.780)
(Pagamento) por liquidação de instrumentos financeiros derivativos		-	-	(174.824)	3.832
Pagamento por Arrendamento Financeiro Mercantil		-	-	(23.436)	(18.780)
Caixa Líquido (consumido) gerado nas atividades de financiamento		(1.293.426)	(1.236.991)	(1.127.613)	(561.929)
Variação líquida do caixa e equivalentes de caixa		147	(816)	127.276	(150.437)
Caixa e equivalentes de caixa iniciais	6.1	63	879	225.695	376.132
Caixa e equivalentes de caixa finais	6.1	210	63	352.971	225.695
Variação líquida do caixa e equivalentes de caixa		147	(816)	127.276	(150.437)

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras.

8 Balanço social

Rede Energia Participações S/A - Consolidado (Em milhares de reais)						
	2025			2024		
Receita líquida (RL)	19.392.049			17.884.954		
Resultado operacional (RO)	2.036.964			2.273.920		
Folha de pagamento bruta (FPB)	824.760			789.375		
2 - Indicadores Sociais Internos	Valor (mil)	% sobre FPB	% sobre RL	Valor (mil)	% sobre FPB	% sobre RL
Alimentação	124.497	15,09%	0,64%	139.726	17,70%	0,78%
Encargos sociais compulsórios	109.059	13,22%	0,56%	113.511	14,38%	0,63%
Previdência privada	24.865	3,01%	0,13%	24.971	3,16%	0,14%
Saúde	97.167	11,78%	0,50%	28.800	3,65%	0,16%
Segurança e saúde no trabalho	46.503	5,64%	0,24%	46.033	5,83%	0,26%
Educação	-	0,00%	0,00%	613	0,08%	0,00%
Cultura	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
Capacitação e desenvolvimento profissional	7.331	0,89%	0,04%	4.294	0,54%	0,02%
Creches ou auxílio-creche	1.130	0,14%	0,01%	1.130	0,14%	0,01%
Participação nos lucros ou resultados	104.258	12,64%	0,54%	110.058	13,94%	0,62%
Outros	24.998	3,03%	0,13%	24.938	3,16%	0,14%
Total - Indicadores sociais internos	539.808	65,44%	2,79%	494.074	62,58%	2,76%
3 - Indicadores Sociais Externos	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL
Educação	136.230	6,69%	0,70%	3.888	0,17%	0,02%
Cultura	3.985	0,20%	0,02%	6.512	0,29%	0,04%
Saúde e saneamento	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
Esporte	2.342	0,11%	0,01%	830	0,04%	0,00%
Combate à fome e segurança alimentar	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
Outros	3.152	0,15%	0,02%	2.580	0,11%	0,01%
Total das contribuições para a sociedade	145.709	7,15%	0,75%	13.810	0,61%	0,07%
Tributos (excluídos encargos sociais)	8.493.437	416,97%	43,80%	4.845.788	213,10%	27,09%
Total - Indicadores sociais externos	8.639.146	424,12%	44,55%	4.859.598	213,71%	27,16%
4 - Indicadores Ambientais	Valor	% sobre RO	% sobre RL	Valor	% sobre RO	% sobre RL
Investimentos relacionados com a produção/ operação da empresa	586.891	28,81%	3,03%	385.794	16,97%	2,16%
Investimentos em programas e/ou projetos externos	647	0,03%	0,00%	806	0,04%	0,00%
Total dos investimentos em meio ambiente	587.538	28,84%	3,03%	386.600	17,01%	2,16%
Quanto ao estabelecimento de "metas anuais" para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção/ operação e aumentar a eficácia na utilização de recursos naturais, a empresa	() não possui metas () cumpre de 51 a 75% () não possui metas () cumpre de 51 a 75%			() não possui metas () cumpre de 51 a 75%		
	() cumpre de 0 a 50% (X) cumpre de 76 a 100%			() cumpre de 0 a 50% (X) cumpre de 76 a 100%		
5 - Indicadores do Corpo Funcional	2025			2024		
Nº de empregados(as) ao final do período	7.587			7.986		
Nº de admissões durante o período	1.167			2.527		
Nº de empregados(as) terceirizados(as)	9.215			7.692		
Nº de estagiários(as)	78			73		
Nº de empregados(as) acima de 45 anos	995			754		
Nº de mulheres que trabalham na empresa	1.456			1.506		
% de cargos de chefia ocupados por mulheres	32,75%			33,46%		
Nº de negros(as) que trabalham na empresa	4.894			5.141		
% de cargos de chefia ocupados por negros(as)	48,76%			48,12%		
Nº de portadores(as) de deficiência ou necessidades especiais	363			320		
6 - Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial	2025			Metas 2026		
Relação entre a maior e a menor remuneração na empresa	33,22			33,22		
Número total de acidentes de trabalho	24			15		
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por:	(X) direção () direção e gerências () todos(as) empregados(as)	() todos(as) empregados(as) + Cipa () incentiva e segue a OIT (X) todos(as) empregados(as)	(X) direção e gerências () não se envolve () direção () direção e gerências () todos(as) empregados(as)	() direção e gerências () todos(as) empregados(as) + Cipa () incentiva e segue a OIT () todos(as) empregados(as)	() todos(as) empregados(as) + Cipa () incentiva e segue a OIT (X) todos(as) empregados(as)	
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos por:	(X) direção e gerências () não se envolve () direção () direção e gerências () não são considerados () não se envolve	() todos(as) empregados(as) (X) segue as normas da OIT () direção e gerências () direção e gerências () são sugeridos () apóia	(X) todos(as) empregados(as) (X) todos(as) empregados(as) (X) são exigidos (X) organiza e incentiva	(X) direção e gerências () não se envolve () direção () direção e gerências () não são considerados () não se envolve	() todos(as) empregados(as) + Cipa () incentiva e segue a OIT () todos(as) empregados(as)	
A previdência privada contempla:	() direção () direção e gerências () não são considerados () não se envolve	() direção e gerências () são sugeridos () apóia	(X) todos(as) empregados(as) (X) todos(as) empregados(as) (X) são exigidos (X) organiza e incentiva	() direção () direção e gerências () não são considerados () não se envolve	() todos(as) empregados(as) + Cipa () incentiva e segue a OIT () todos(as) empregados(as)	
A participação dos lucros ou resultados contempla:	() direção () direção e gerências () não são considerados () não se envolve	() direção e gerências () são sugeridos () apóia	(X) todos(as) empregados(as) (X) todos(as) empregados(as) (X) são exigidos (X) organiza e incentiva	() direção () direção e gerências () não são considerados () não se envolve	() todos(as) empregados(as) + Cipa () incentiva e segue a OIT () todos(as) empregados(as)	
Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela empresa:	() direção () direção e gerências () não são considerados () não se envolve	() direção e gerências () são sugeridos () apóia	(X) todos(as) empregados(as) (X) todos(as) empregados(as) (X) são exigidos (X) organiza e incentiva	() direção () direção e gerências () não são considerados () não se envolve	() todos(as) empregados(as) + Cipa () incentiva e segue a OIT () todos(as) empregados(as)	
Quanto à participação de empregados(as) em programas de trabalho voluntário, a empresa:	() direção () direção e gerências () não são considerados () não se envolve	() direção e gerências () são sugeridos () apóia	(X) todos(as) empregados(as) (X) todos(as) empregados(as) (X) são exigidos (X) organiza e incentiva	() direção () direção e gerências () não são considerados () não se envolve	() todos(as) empregados(as) + Cipa () incentiva e segue a OIT () todos(as) empregados(as)	
Número total de reclamações e críticas de consumidores(as):	na empresa 2.097.168 99%	no Procon 6.811 89%	na Justiça 12.562 28%	na empresa 2.097.168 99%	no Procon 6.281 90%	na Justiça 11.067 34%
% de reclamações e críticas atendidas ou solucionadas:	na empresa 99%	no Procon 89%	na Justiça 28%	na empresa 99%	no Procon 90%	na Justiça 34%
Valor adicionado total a distribuir (em mil R\$):	Em 2025: 12.808.941			Em 2024: 11.923.734		
Distribuição do Valor Adicionado (DVA):	61% governo 8% acionistas	5% colaboradores(as) 21% terceiros 5% retido		60% governo 10% acionistas	6% colaboradores(as) 17% terceiros 8% retido	
7 - Outras Informações	2025			2024		
7) Investimentos sociais						
7.1 - Programa Luz para Todos						
7.1.1 - Investimento da União	106			2.991		
7.1.2 - Investimento do Estado	-			-		
7.1.3 - Investimento do Município	-			-		
7.1.4 - Investimento da Concessionária	12			331		
Total - Programa Luz para Todos (7.1.1 a 7.1.4)	118			3.322		

Rede Energia Participações S/A
Notas explicativas às demonstrações financeiras para o
exercício findo em 31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais, exceto quando indicado ao contrário).

1. Contexto operacional

A Rede Energia Participações S/A (Rede Energia” ou “Companhia), com sede em Cataguases, estado de Minas Gerais, é uma sociedade anônima de capital aberto cujo objeto social principal é a participação no capital de outras empresas.

Atividades:

Distribuição de energia elétrica

A Rede Energia, através de suas controladas diretas, possui o direito de explorar concessões de distribuição de energia elétrica, sendo seus principais contratos:

Controladas	Localidade	Data da concessão	Data de vencimento
Energisa Mato Grosso – Distribuidora de Energia (EMT)	Cuiabá (MT)	11/12/1997	10/12/2027
Energisa Mato Grosso do Sul – Distribuidora de Energia S/A (EMS)	Campo Grande (MS)	04/12/1997	04/12/2027
Energisa Sul Sudeste – Distribuidora de Energia S/A (ESS)	Presidente Prudente (SP)	07/07/2015	07/07/2045
Energisa Tocantins – Distribuidora de Energia S/A (ETO)	Palmas (TO)	01/01/2020	31/12/2049

As distribuidoras controladas ESS, EMT e EMS são sociedades anônimas de capital aberto, enquanto a controlada ETO é uma empresa de capital fechado. Especificamente, a controlada EMT, por ser da categoria A da Comissão de Valores Mobiliários – CVM, possui suas ações negociadas na bolsa de valores – B3.

O objetivo principal destas distribuidoras é operar e manter as instalações de modo a assegurar a continuidade e a eficiência do serviço distribuição de energia elétrica através de redes e linhas de distribuição, em suas áreas de atuação. As informações referentes a reajustes, revisões tarifárias e outros assuntos regulatórios, ativos e passivos financeiros setoriais, ativo financeiro indenizável da concessão, ativo contratual – infraestrutura em construção e receita de construção da infraestrutura estão apresentadas nas notas explicativas nº 9,10, 14, 16 e 28, respectivamente.

Serviços

A sua controlada Multi Energisa Serviços S/A (Multi Energisa), tem como natureza a prestação de serviços de construção, operação, manutenção e serviços correlatos à geração e distribuição de energia elétrica, teleatendimento e atendimento pessoal de consumidores de energia elétrica.

Comercialização de energia elétrica

A controlada Companhia Técnica de Comercialização de Energia (CTCE) operou na comercialização de energia elétrica até 27 de novembro de 2012, quando teve sua autorização revogada através da Resolução Autorizativa nº 3.759, de 20 de novembro de 2012, expedida pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL.

Recuperação judicial de controladas:

Em 26 de novembro de 2012 a Rede Energia Participações S/A (REDE) ajuizou pedido de Recuperação Judicial (RJ). Na mesma data, também foram ajuizados, os pedidos de RJ da Companhia Técnica de Comercialização de Energia (CTCE), da QMRA Participações S/A (QMRA), da Empresa de Eletricidade Vale Paranapanema S/A (EEVP) – incorporada posteriormente pela Denerge em 22 de novembro de 2019, e da Denerge Desenvolvimento Energético S/A (Denerge). O plano de recuperação foi devidamente cumprido, possibilitando o encerramento e o seu respectivo arquivamento.

Os saldos remanescentes das dívidas habilitadas na Recuperação Judicial estão registrados nas controladas, nas rubricas empréstimos, debêntures, fornecedores e outras contas a pagar e estão líquidos do Ajuste a Valor Presente (AVP). Para o desconto a valor presente utilizou-se uma taxa de 15,19% a.a. Essa taxa é compatível com a natureza, o prazo e os riscos de transações similares em condições de mercado e econômico-financeira no cenário da transação. A Administração da Companhia entende que essa taxa de desconto representava adequadamente o custo de capital na data de aquisição das controladas.

Descrição	Rede Energia	CTCE	Total
Saldos em 2023	345.237	101.631	446.868
(+) Atualização	11.468	3.520	14.988
Ajuste a valor presente	41.198	13.376	54.574
(-) Pagamentos	(4.456)	(961)	(5.417)
Saldos em 2024	393.447	117.566	511.013
(+) Atualização	11.424	3.930	14.945
Ajuste a valor presente	48.204	15.601	64.214
(-) Pagamentos	(4.456)	(961)	(5.417)
Saldos em 2025	448.619	136.136	584.755

1.1. Incorporação da controlada Rede Power

Em 19 de dezembro de 2025, através da Assembleia Geral Extraordinária (AGE) dos acionistas da Companhia aprovaram a incorporação da controlada Rede Power Holding de Energia S.A. (Rede Power). A incorporação poderá gerar consideráveis benefícios às Partes, de ordem administrativa, econômica e financeira, incluindo: (i) racionalização e simplificação da estrutura societária, e, consequentemente, consolidação e redução de gastos e despesas operacionais combinadas; (ii) união dos recursos empresariais e patrimônios, permitindo a melhor gestão de operações e de ativos e emprego dos recursos operacionais e financeiros; (iii) consolidação das participações acionárias detidas pelas Partes em outras sociedades operacionais; e (iv) maior integração operacional das Partes, que permitirá um melhor aproveitamento de sinergias já existentes e a novas formas de complementação entre as atividades sociais.

Por fim, para a concretização da operação, o patrimônio líquido da controlada foi avaliado na data base de 31 de outubro de 2025, com base no valor contábil, pelo montante de R\$450.085, conforme Laudo de Avaliação Contábil para Fins de Incorporação, emitidos por peritos avaliadores. O acervo líquido contábil avaliado está apresentado como segue:

	2025
Caixa e Equivalente de Caixa	132
Aplicação Financeiras no Mercado Aberto	37.333
Devedores Diversos	173
Tributos a Recuperar	5.364
Participações societárias permanentes	430.775
Tributos e Contribuições	(51)
Outras contas a pagar	(3.205)
Fornecedores	(361)
Imposto de renda diferido	(14.761)
Contribuição social diferido	(5.314)
Acervo líquido	450.085

Os saldos de valores a receber e a pagar entre empresas foram eliminados no processo de incorporação.

2. Apresentação das demonstrações financeiras

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as *IFRS Accounting Standards* emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), os pronunciamentos contábeis, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e, quando aplicáveis, as regulamentações do órgão regulador, a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

Adicionalmente, a Administração considerou as orientações emanadas da Orientação OCPC 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na elaboração das suas demonstrações financeiras de forma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, estão divulgadas e correspondem ao que é utilizado na gestão da Companhia.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pelo Conselho de Administração em 12 de março de 2026.

2.2. Moeda funcional e base de mensuração

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia e de suas controladas.

As transações em moeda estrangeira foram convertidas para a moeda funcional pela taxa de câmbio da data em que as transações foram realizadas. Os saldos de ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são reavaliados para a moeda funcional da Companhia e de suas controladas pela taxa de câmbio na data base dos balanços. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da atualização desses ativos e passivos são reconhecidos como receitas e despesas financeiras no resultado.

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos quando requeridos nas normas, conforme detalhado na nota explicativa nº 33.

2.3. Julgamentos, estimativas e premissas

A elaboração das demonstrações financeiras requer que a Administração faça uso de julgamentos, estimativas e premissas que afetam os valores reportados de ativos e passivos, receitas e despesas. Os resultados de determinadas transações, quando de sua efetiva realização em exercícios subsequentes, podem diferir dessas estimativas. As revisões das estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que são revisadas e nos exercícios futuros afetados.

As principais estimativas e julgamentos relacionados às demonstrações financeiras referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de:

- I. Nota explicativa nº 7 - Clientes, consumidores e concessionárias - consolidado: fornecimento de energia elétrica não faturada e Provisão de perdas esperadas de crédito de liquidação duvidosa;
- II. Nota explicativa nº 10 - Ativos e passivos financeiros setoriais - consolidado: valores em constituição que serão contemplados no processo de reajusto/revisão tarifária;
- III. Nota explicativa nº13 - Créditos tributários, impostos diferidos e despesa de imposto de renda e contribuição social corrente: análise da recuperabilidade dos tributos diferidos;
- IV. Nota explicativa nº 14 - Ativo financeiro indenizável da concessão - consolidado: ativo de contrato;
- V. Nota explicativa nº 16 - Imobilizado - consolidado: previsão de vida útil dos ativos;
- VI. Nota explicativa nº 18 - Intangível - consolidado: previsão de vida útil dos ativos;

- VII. Nota explicativa nº 25 – Provisões para riscos trabalhista, cível, fiscal, regulatório e ambiental – consolidado: estimativa de perda em processos;
- VIII. Nota explicativa nº 29 – Custos e despesas operacionais – consolidado: provisão de valores referentes à operação de compras e venda de energia elétrica;
- IX. Nota explicativa nº 33 – Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos: definição dos níveis dos instrumentos financeiros e mensuração do valor justo; e
- X. Nota explicativa nº 34 – Benefícios-pós emprego – consolidado: principais premissas atuariais na mensuração dos benefícios pós empregos.

3. Políticas contábeis materiais e novos pronunciamentos contábeis

As políticas contábeis materiais têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

3.1. Políticas contábeis materiais

- a. **Caixa e equivalentes de caixa** – os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia e suas controladas consideram equivalentes de caixa como uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.
- b. **Clientes, consumidores e concessionárias** – inclui, principalmente, o fornecimento de energia elétrica faturada e não faturada, esta última apurada por estimativa, reconhecida pelo regime de competência, tendo por base o consumo médio diário individualizado, entre a data da última leitura e a data do encerramento das demonstrações financeiras, serviços prestados, acréscimos moratórios e outros reconhecidos pelo regime de competência, até o encerramento das demonstrações financeiras.

A provisão para perdas esperadas com créditos de liquidação duvidosa (PPECLD) é constituída utilizando uma abordagem simplificada de reconhecimento, em taxas de perdas históricas, probabilidade futura de inadimplência e na melhor expectativa da administração;

- c. **Ajuste a valor presente** – determinados títulos a receber são ajustados ao valor presente com base em taxas de juros específicas, que refletem a natureza desses ativos no que tange a prazo, risco, moeda, condição de recebimento, nas datas das respectivas transações;
- d. **Tributos a Recuperar** – Referem-se a créditos tributários de saldos negativos de Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro, ICMS sobre aquisição de bens para o ativo intangível/imobilizado e/ou recolhimentos de impostos e contribuições efetuadas a maior, que serão recuperados ou compensados com apurações de tributos em exercícios posteriores, de acordo com a forma prevista na legislação tributária vigente aplicável.
- e. **Ativos e passivos financeiros setoriais** – referem-se aos ativos e passivos decorrentes das diferenças temporárias entre os custos homologados da Parcela A e outros componentes financeiros, que são incluídos nas tarifas no início do período tarifário e aqueles que são efetivamente incorridos ao longo do período de vigência da tarifa. Essa diferença constitui um direito a receber das controladas sempre que os custos homologados e incluídos na tarifa são inferiores aos custos efetivamente incorridos, ou uma obrigação quando os custos homologados são superiores aos custos incorridos. Esses valores são efetivamente liquidados por ocasião dos próximos períodos tarifários ou, em caso de extinção da concessão com a existência de saldos apurados que não tenham sido recuperados, serão incluídos na base de indenização já prevista quando da extinção por qualquer motivo da concessão;
- f. **Demais ativos e passivos (circulante e não circulante)** – os demais ativos e passivos estão demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes rendimentos/ encargos incorridos até a data do balanço;

- g. Créditos tributários, impostos diferidos e despesa de imposto de renda e contribuição social corrente** - Os tributos correntes são mensurados ao valor esperado a ser pago às autoridades fiscais, utilizando as alíquotas aplicáveis, enquanto o imposto diferido é contabilizado no resultado do exercício, a menos que esteja relacionado a itens registrados em outros resultados abrangentes no patrimônio líquido. O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores de ativo e passivo para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação.

O imposto de renda foi calculado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescido do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240 mil por ano. A contribuição social foi calculada à alíquota de 9%.

Embora os ativos e os passivos fiscais correntes sejam reconhecidos e mensurados separadamente, a compensação no balanço patrimonial está sujeita aos critérios similares àqueles estabelecidos para os instrumentos financeiros. A Companhia e suas controladas, tem o direito legalmente executável de compensar o ativo fiscal corrente contra um passivo fiscal corrente quando eles se relacionarem com tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade tributária e a legislação tributária permitir que a entidade faça ou receba um único pagamento líquido.

O IRPJ e a CSLL diferidos são calculados sobre as diferenças entre os saldos dos ativos e passivos das demonstrações financeiras e as correspondentes bases fiscais utilizadas no cálculo do IRPJ e da CSLL correntes. A probabilidade de recuperação destes saldos é revisada no fim de cada exercício e, quando não for mais provável que bases tributáveis futuras estejam disponíveis e permitam a recuperação total ou parcial destes impostos, o saldo do ativo é reduzido ao montante que se espera recuperar.

Conforme orientações do ICPC 22: Tributos sobre o Lucro, a Companhia e suas controladas avaliam se é provável que uma autoridade tributária aceitará um tratamento tributário incerto. Se concluído que a posição não será aceita, o efeito da incerteza será refletido no resultado da Companhia e suas controladas.

No que tange aos incentivos fiscais SUDAM e de reinvestimentos, como há segurança de que as condições estabelecidas para fruição do benefício serão cumpridas, os incentivos fiscais recebidos pelas controladas localizadas nas regiões Norte e Centro Oeste, são reconhecidos no resultado do exercício e destinados à Reserva de lucros - reserva de Incentivos fiscais de imposto de renda, na qual são mantidos até sua capitalização;

- h. Ativo financeiro indenizável da concessão** - corresponde aos contratos de concessão do serviço público de distribuição de energia elétrica firmado entre o Poder Concedente e as controladas.

Ativo financeiro indenizável da concessão: os contratos para o para o segmento de distribuição de energia elétrica estabelecem e determinam que a parcela estimada do capital investido na infraestrutura do serviço público que não será totalmente amortizada até o final da concessão, será um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do poder Concedente, a título de indenização pela reversão da infraestrutura.

Ativo de contrato - os ativos de contrato incluem os valores a receber referentes aos serviços da implementação da infraestrutura e à receita de remuneração dos ativos de concessão de transmissão. Esses valores são mensurados ao valor presente dos fluxos de caixa futuros, com base na taxa média de financiamento do projeto na formalização do contrato de concessão. As concessões das controladas de transmissão por não serem onerosas, não possuem obrigações financeiras fixas, nem pagamentos a serem realizados ao Poder Concedente. Ao final do contrato de concessão, todos os bens e instalações passarão a ser de propriedade da União. Os ativos de contrato, serão recebidos pelas controladas através da Receita Anual Permitida (RAP), correspondendo aos fluxos de caixa estabelecidos no contrato da concessão. A taxa utilizada para remunerar o saldo de recebíveis de concessão de serviços, incluindo saldo de indenização, reflete o custo de oportunidade de um investidor na época de decisão de investir nos ativos de transmissão, considerando os valores vigentes à época do investimento.

As características do contrato de concessão fornecem à Administração a base para entender que as condições para aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 (IFRIC 12) – Contratos de Concessão e do Pronunciamento Técnico CPC 47 (IFRS 15) – Receita de Contrato com cliente para as Distribuidoras e Transmissoras estão atendidas, refletindo o negócio de distribuição e transmissão de energia elétrica. Além disso, consideram as

orientações do Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP/nº 04/2020 específicas para as transmissoras de energia elétrica.

- **Distribuição de energia elétrica:**

Os contratos de concessão das distribuidoras de energia elétrica indicam que ao final da concessão os ativos vinculados a infraestrutura serão revertidos ao Poder Concedente mediante o pagamento de indenização, que o preço praticado é regulado através de mecanismo de tarifas de acordo com as fórmulas paramétricas de parcela A e B e das revisões tarifárias periódicas para cobrir os custos, amortizar investimentos e a remuneração do capital investido. Dispondo a parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados ou depreciados até o final da concessão classificada como um ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do Poder Concedente.

Os ativos financeiros relacionados ao contrato da concessão de distribuição são classificados e mensurados a valor justo por meio de resultado, onde, para as controladas do segmento de distribuição, foram valorizados com base na BRR – Base de Remuneração Regulatória, conceito de valor de reposição, que é o critério utilizado pela ANEEL para determinar a tarifa de energia elétrica das distribuidoras. Bem como, é reconhecido a remuneração da parcela dos ativos que compõe a base de remuneração, inclusive da parcela ainda não homologada pela ANEEL, sendo que esta última é calculada com base em estimativas, considerando, além do IPCA, uma expectativa de glosas baseada na experiência da Administração e no histórico de glosas observadas em homologações anteriores, o que reflete a melhor estimativa de valor justo do ativo.

As controladas, distribuidoras de energia elétrica contabilizam a atualização do ativo financeiro indenizável da concessão no grupo de receitas operacionais por refletir com mais propriedade o modelo de seu negócio de distribuição de energia elétrica e melhor apresentar sua posição patrimonial e o seu desempenho, corroborado no parágrafo 23 do OCPC 05 – Contrato de Concessão. Esses ativos estão detalhados na nota explicativa nº 14.

- i. **Ativo contratual – Infraestrutura em construção** – é o direito contratual das distribuidoras de energia elétrica, cobrarem pelos serviços prestados aos consumidores dos serviços públicos ou receber caixa ou outro ativo financeiro, relacionada às obras em construção para atendimento as demandas de expansão e melhoria de sua área de concessão. Quando da entrada em operação os ativos são transferidos para o Intangível – contrato de concessão na proporção equivalente ao que será remunerado via tarifa pelo tempo do contrato de concessão ou para um Ativo financeiro indenizável da concessão pelo valor residual dos ativos não amortizados que serão revertidos ao poder concedente mediante indenização ao final da concessão, quando aplicável.

No ativo contratual são registrados os gastos que são diretamente atribuíveis a aquisição e construção dos ativos, tais como: (i) O custo de materiais e mão de obra direta; (ii) quaisquer outros custos para colocar o ativo no local em condições necessárias para que sejam capazes de operar na sua plenitude; e (iii) os juros incorridos sobre empréstimos, financiamentos ao custo de construção da infraestrutura, apropriados considerando os determinados critérios para capitalização, como aplicação da taxa média ponderada e juros de contratos específicos de acordo com o normativo do CPC 20;

- j. **Investimentos** – os investimentos em controladas são avaliados pelo método de equivalência patrimonial, nas demonstrações financeiras individuais, tomando-se por base os patrimônios líquidos das investidas na data do balanço. Os demais investimentos estão contabilizados ao custo de aquisição, líquido da provisão para perdas, quando aplicável;
- k. **Imobilizado** – itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando aplicável.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui:

- O custo de materiais e mão de obra direta;
- Quaisquer outros custos para colocar o ativo no local em condições necessárias para que sejam capazes de operar na sua plenitude;

- Os custos de restauração do local onde estes ativos estão localizados; e
- Custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado), são reconhecidos em outras receitas/ despesas operacionais na demonstração do resultado do exercício.

Depreciação: Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica estimada de cada componente e/ou de acordo com o prazo de concessão/autorização;

- L. Intangível** - compreendem, principalmente, os ativos referentes aos contratos de concessão do serviço público, direito de uso CPC 06 (R2) (IFRS 16) e softwares.

Contrato de concessão do serviço público:

Os ativos intangíveis relacionados aos contratos de concessão de distribuição de energia elétrica são registrados à medida que o concessionário recebe o direito (autorização) de cobrar dos usuários dos serviços públicos pelos serviços prestados, ou seja, o direito de explorar a infraestrutura, construída ou adquirida sob o regime de concessão do serviço público de distribuição de energia elétrica, e de cobrar, via tarifa, o serviço público prestado. São mensurados pelo custo total de aquisição, menos as despesas de amortização, essas são baseadas no padrão de consumo dos benefícios esperados durante o prazo da concessão, e perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, quando aplicável.

A infraestrutura utilizada pelas controladas nas operações vinculadas ao serviço público de distribuição de energia elétrica, não poderá ser alienada, cedida ou dada em garantia sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. A Resolução Normativa nº 948, de 16 de novembro de 2021 aprovou os procedimentos para desvinculação de bens vinculados à prestação do serviço público de energia elétrica, como também dispensou a obrigação de anuência prévia no caso de desvinculação de bens considerados inservíveis. Determinou, também, que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada e os recursos reinvestidos na infraestrutura da própria concessão.

O intangível do contrato de concessão de distribuição de gás está relacionado aos ativos da infraestrutura de distribuição de gás, onde o concessionário tem um direito contratual de cobrar os usuários dos serviços públicos prestados. É constituído pelo valor de custo dos ativos construídos ou adquiridos para fins de prestação dos serviços de concessão. Está apresentado pelo custo de aquisição, deduzido da amortização, cujo prazo está definido no Contrato de Concessão.

A alienação dos bens reversíveis vinculados à concessão de distribuição de gás para terceiros, bem como a constituição de ônus sobre eles ou a sua transferência, por qualquer modalidade, observará os limites legais e a regulamentação aplicada, que deverá atender cumulativamente, os requisitos: a) não comprometimento da continuidade na prestação do serviço concedido; e b) não comprometimento da qualidade na prestação do serviço concedido;

Direito de uso CPC 06 (R2) (IFRS 16)

Os contratos são avaliados, em sua data de início se o mesmo é ou contém um arrendamento, ou seja, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação. Neste caso, a Companhia e suas controladas reconhecem os passivos de arrendamento para efetuar pagamentos de arrendamento e ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes. No entanto, como permitido pela norma contábil vigente, CPC 06 (R2) (IFRS 16), para os pagamentos de curto prazo (contratos com vigência inferior a 12 meses) e de arrendamentos de ativos de baixo valor (máximo de USD 5.000) são reconhecidos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento.

O reconhecimento inicial e subsequente considera:

– *Intangível direito de uso*: os ativos de direito de uso são reconhecidos na data de início do arrendamento a valor presente. Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos da amortização acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento. Os ativos de direito de uso são amortizados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos.

– *Passivo de arrendamento*: os passivos de arrendamento são reconhecidos na data de início do arrendamento a valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o contrato. Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido pelos pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor do passivo de arrendamento é remensurado se houver modificação, alteração de prazo ou uma mudança de valor das parcelas;

Softwares

Os softwares são ativos adquiridos de terceiros ou gerados internamente, mensurados pelo custo total de aquisição/desenvolvimento, menos as despesas de amortização pelo prazo de cinco anos.

Direito de Concessão

O direito de concessão refere-se, principalmente, aos montantes pagos nas aquisições do controle acionário das controladas concessionárias de serviços públicos. A amortização está sendo realizada, de forma significativa, pelo prazo de concessão das controladas.;

A amortização do ativo intangível reflete a forma na qual os benefícios futuros referentes à utilização dos ativos são esperados que sejam consumidos pela Companhia ou limitado ao prazo da concessão com base nos benefícios econômicos gerados anualmente;

m. Redução a valor recuperável

Ativo não financeiro:

A Administração da Companhia e de suas controladas, revisam o valor contábil líquido de seus ativos tangíveis e intangíveis com objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas operacionais ou tecnológicas para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se houver.

Quando não for possível estimar o montante recuperável de um ativo individualmente, a Companhia e suas controladas calculam o montante recuperável da unidade geradora de caixa à qual pertence o ativo. Quando uma base de alocação razoável e consistente pode ser identificada, os ativos também são alocados às unidades geradoras de caixa individuais ou ao menor grupo de unidades geradoras de caixa para o qual uma base de alocação razoável e consistente possa ser identificada.

Para fins de avaliação do valor recuperável dos ativos através do valor em uso, utiliza-se o menor grupo de ativos para o qual existem fluxos de caixa identificáveis separadamente (unidades geradoras de caixa - UGC). Uma perda é reconhecida na demonstração do resultado, pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapasse seu valor recuperável.

Uma perda do valor recuperável anteriormente reconhecida é revertida caso tiver ocorrido uma mudança nos pressupostos utilizados para determinar o valor recuperável do ativo ou UGCs, desde quando a última perda do valor recuperável foi reconhecida. A reversão é limitada para que o valor contábil do ativo não exceda o seu valor recuperável, nem o valor contábil que teria sido determinado, líquido de depreciação, se nenhuma perda do valor recuperável tivesse sido reconhecida no ativo em exercícios anteriores. Essa reversão é reconhecida na demonstração dos resultados, caso aplicável.

Os seguintes critérios são aplicados na avaliação do valor recuperável dos seguintes ativos:

. **Ágio** - teste de perda por redução ao valor recuperável de ágio é efetuado anualmente na data do encerramento do exercício ou antes disso quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil. Quando o valor recuperável é menor do que seu valor contábil uma perda de valor recuperável é reconhecida. As perdas de valor recuperável relativas ao ágio não podem ser revertidas em exercícios futuros.

. **Ativos intangíveis** - os ativos intangíveis com vida útil indefinida são testados em relação a perda por redução ao valor recuperável anualmente na data do encerramento do exercício, individualmente ou em nível da unidade geradora de caixa, conforme o caso, ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil.

. **Avaliação do valor em uso** - as principais premissas usadas na estimativa do valor em uso são:

- i. **Receitas** - as receitas são projetadas considerando o crescimento da base de clientes, a evolução das receitas do mercado e a participação da Companhia e suas controladas neste mercado;
- ii. **Custos e despesas operacionais** - os custos e despesas variáveis são projetados de acordo com a dinâmica da base de clientes, e os custos fixos são projetados em linha com o desempenho histórico da Companhia e de suas controladas, bem como com o crescimento histórico das receitas; e
- iii. **Investimentos de capital** - os investimentos em bens de capital são estimados considerando a infraestrutura tecnológica necessária para viabilizar a oferta da energia e dos serviços.

As premissas principais são fundamentadas com base em projeções do mercado, no desempenho histórico da Companhia e das controladas, nas premissas macroeconômicas que por sua vez são documentadas e aprovadas pela Administração.

Os testes de recuperação dos ativos imobilizados e intangíveis da Companhia e das controladas não resultaram na necessidade de reconhecimento de perdas para os exercícios findos em 2023 e 2022, em face de que o valor recuperável excede o seu valor contábil na data da avaliação;

- n. **Empréstimos, financiamentos e debêntures** - são demonstrados pelo valor líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados ao custo amortizado usando o método da taxa de juros efetiva.

Os empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira que possuem operações de swap são reconhecidos pelo valor justo através do resultado do exercício.

Juros e encargos financeiros - são capitalizados às obras em curso com base na taxa média efetiva de captação, limitado a taxa WACC regulatório;

- o. **Provisões** - uma provisão é reconhecida no balanço quando a Companhia e suas controladas possuem uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. Essa obrigação pode ser mensurada com razoável certeza e é atualizada de acordo com a evolução do processo judicial ou encargos financeiros incorridos e pode ser revertida caso a estimativa de perda não seja mais considerada provável, ou baixada quando a obrigação for liquidada.

Por sua natureza, os processos judiciais serão solucionados quando um ou mais eventos futuros ocorrerem ou deixarem de ocorrer. Tipicamente, a ocorrência ou não de tais eventos não depende da atuação da Companhia e suas controladas, e incertezas no ambiente legal podem afetar estimativas e julgamentos significativos da Administração quanto aos resultados dos eventos futuros;

- p. **Dividendos** - os dividendos foram declarados com montantes superiores aos dividendos mínimos obrigatórios, após o exercício contábil a que se refere às demonstrações financeiras, por não se constituírem uma obrigação presente, são apresentados destacados no patrimônio líquido, não sendo constituído o respectivo passivo até sua efetiva aprovação;

- q. Receita operacional** – as receitas são reconhecidas quando representar a transferência (ou promessa) de bens ou serviços a clientes de forma a refletir a consideração de qual montante espera trocar por aqueles bens ou serviços.

O CPC 47 (IFRS 15) – Receita de Contrato com Cliente estabelece um modelo para o reconhecimento da receita que considera cinco etapas: (i) identificação do contrato com o cliente; (ii) identificação da obrigação de desempenho definida no contrato; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço da transação às obrigações de desempenho do contrato e (v) reconhecimento da receita se e quando a empresa cumprir as obrigações de desempenho.

Desta forma, a receita é reconhecida somente quando (ou se) a obrigação de desempenho for cumprida, ou seja, quando o "controle" dos bens ou serviços de uma determinada operação é efetivamente transferido ao cliente.

Receita do segmento de distribuição de energia elétrica:

A receita operacional é composta pela receita de fornecimento de energia elétrica faturada e não faturada, receita de construção da infraestrutura, receitas de disponibilidade do uso dos sistemas de distribuição (TUSD), suprimento de energia a concessionária (venda de energia na CCEE), receita de constituição e amortização – CVA ativa e passiva e outras receitas operacionais relacionadas aos serviços prestados.

A receita de fornecimento de energia elétrica faturada e não faturada é reconhecida quando a energia é fornecida e seu reconhecimento é realizado de forma mensal através da emissão das faturas de contas de energia elétrica conforme prevê o calendário de medição. A receita não faturada é apurada em base estimada, até a data do balanço, reconhecida pelo regime de competência, tendo por base o consumo médio diário individualizado, entre a data da última leitura e a data do encerramento do mês.

A receita de construção da infraestrutura corresponde as receitas e custos apurados durante o período de construção da infraestrutura utilizada na prestação de serviço de distribuição de energia elétrica. As obras são terceirizadas e, neste contexto, a Administração entende que essa atividade gera uma margem muito reduzida.

As receitas de disponibilidade do uso dos sistemas elétricos de distribuição (TUSD) são registradas pela competência da prestação do serviço, e tem como origem a utilização das redes de distribuição da Companhia por outras concessionárias e consumidores livres.

Os registros das operações de compra e venda de energia na CCEE estão reconhecidos pelo regime de competência de acordo com informações divulgadas por aquela entidade ou por estimativas da Administração.

A receita de constituição e amortização CVA ativa e passiva e outros itens componentes é reconhecida no resultado quando os custos efetivamente incorridos forem diferentes daqueles incorporados à tarifa de distribuição de energia.

A receita com subvenções governamentais vinculadas ao serviço concedido somente é reconhecida quando houver razoável segurança de que esses montantes serão recebidos pelas controladas. São registradas no resultado dos exercícios nos quais as controladas reconhecem como receita os descontos concedidos relacionados à subvenção baixa renda bem como outros descontos tarifários.

Demais receitas:

A receita referente à prestação de serviços é registrada quando a obrigação de desempenho é satisfeita, regida por contrato de prestação de serviços entre as partes.

As receitas dos contratos de construção são reconhecidas com a satisfação da obrigação de desempenho ao longo do tempo, considerando o atendimento de um dos critérios abaixo:

- O cliente recebe e consome simultaneamente os benefícios gerados pelo desempenho por parte da entidade à medida que a entidade efetiva o desempenho;

- O desempenho por parte da entidade cria ou melhora o ativo (por exemplo, produtos em elaboração) que o cliente controla à medida que o ativo é criado ou melhorado; e
- O desempenho por parte da entidade não cria um ativo com uso alternativo para a entidade e a entidade possui direito executável (*enforcement*) ao pagamento pelo desempenho concluído até a data presente.

r. Instrumentos financeiros e operações de *hedge*

Ativos financeiros:

Reconhecimento inicial e mensuração – são classificados no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado ao seu valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado acrescido dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado.

A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios para a gestão destes ativos financeiros.

Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ele precisa gerar fluxos de caixa que sejam "exclusivamente pagamentos de principal e de juros" sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada a nível de cada instrumento.

As aquisições ou alienação de ativos financeiros que exigem a entrega de ativos dentro de um prazo estabelecido por regulamento ou convenção no mercado são reconhecidas na data da negociação, ou seja, a data em que a Companhia e as controladas se comprometeram a comprar ou vender o ativo.

Um ativo financeiro não é mais reconhecido quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual, essencialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos.

Mensuração subsequente – para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros são classificados em ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida); ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes com reclassificação de ganhos e perdas acumulados (instrumentos de dívida); ativos financeiros designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, sem reclassificação de ganhos e perdas acumulados no momento de seu desreconhecimento (instrumentos patrimoniais); e ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

A Companhia e suas controladas mensuram os ativos financeiros ao custo amortizado se o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais, e os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável.

Quanto aos instrumentos de dívida a Companhia e suas controladas avaliam ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes se o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais, e se os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em determinadas datas específicas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

Para os instrumentos de dívida ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, a receita de juros, a reavaliação cambial e as perdas ou reversões de redução ao valor recuperável são reconhecidas na demonstração do resultado e calculadas da mesma maneira que para os ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado. As alterações restantes no valor justo são reconhecidas em outros resultados abrangentes.

No momento do desreconhecimento, a mudança acumulada do valor justo reconhecida em outros resultados abrangentes é reclassificada para resultado.

Segue abaixo resumo da classificação e mensuração – CPC 48/IFRS 9:

Ativos financeiros a custo amortizado	Estes ativos são mensurados ao custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e impairment são reconhecidas no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é registrado no resultado.
Ativos financeiros mensurados a VJR	Esses ativos são mensurados ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
Instrumentos de dívida ao VJORA	Esses ativos são mensurados ao valor justo. Os rendimentos de juros calculados utilizando o método dos juros efetivo, ganhos e perdas cambiais e impairment são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, poderá optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em ORA. Esta escolha é feita para cada investimento. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.
Instrumentos patrimoniais ao VJORA	Esses ativos são mensurados ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado.

Avaliação do modelo de negócio:

A Companhia e suas controladas realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira por refletir melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem (i) as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas que inclui a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos; (ii) como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Sociedade; (iii) os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados; (iv) como os gerentes do negócio são remunerados – por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e (v) a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia e das controladas.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros:

Para fins de avaliação dos fluxos de caixa contratuais, o principal é definido como o valor do custo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os juros são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de

tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia e suas controladas consideram os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, é considerado os eventos contingentes que modifiquem o valor ou a época dos fluxos de caixa; os termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis; o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos baseados na performance de um ativo.

Redução ao valor recuperável de ativos financeiros:

Divulgações adicionais referentes à redução ao valor recuperável de ativos financeiros são também fornecidas nas seguintes notas explicativas:

- Julgamentos, estimativas e premissas – nota explicativa nº 2.3;
- Clientes, consumidores e concessionárias – nota explicativa nº 7; e
- Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos – nota explicativa nº 33.

A Companhia e suas controladas reconhecem uma provisão para perdas de crédito esperadas para todos os instrumentos de dívida não detidos pelo valor justo por meio do resultado. As perdas de crédito esperadas baseiam-se na diferença entre os fluxos de caixa contratuais devidos de acordo com o contrato e todos os fluxos de caixa se espera receber, descontados a uma taxa de juros efetiva que se aproxime da taxa original da transação. Os fluxos de caixa esperados incluirão fluxos de caixa da venda de garantias detidas ou outras melhorias de crédito que sejam integrantes dos termos contratuais.

As perdas de crédito esperadas são reconhecidas em duas etapas. Para as exposições de crédito para as quais não houve aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, as perdas de créditos esperadas são provisionadas para perdas de créditos resultantes de eventos de inadimplência possíveis nos próximos 12 meses (perda de crédito esperada de 12 meses). Para as exposições de créditos para as quais houve um aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, é necessária uma provisão para perdas de créditos esperadas durante a vida remanescente da exposição, independentemente do momento da inadimplência.

Para contas a receber de clientes, consumidores e concessionárias a Companhia e suas controladas realizam duas sensibilidades: (i) análise retrospectiva com base no envelhecimento da carteira de clientes por classe de consumo; e, (ii) análise prospectiva por meio da aplicação de índice de perdas com base em sua experiência histórica de perdas de créditos, por classe, que são aplicados aos saldos não alcançados pela análise retrospectiva.

Para ativos de contratos, a Companhia e suas controladas não acompanham as alterações no risco de crédito, mas reconhece uma provisão para perdas com base em perdas de créditos esperadas vitalícias em cada data-base.

Passivos financeiros:

São mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos e compreendem empréstimos, financiamentos e debêntures, arrendamentos operacionais, saldos a pagar a fornecedores e outras contas a pagar.

Reconhecimento inicial e mensuração – os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado, passivos financeiros ao custo amortizado ou como derivativos designados como instrumentos de *hedge* em um *hedge* efetivo, conforme apropriado.

Mensuração subsequente – a mensuração de passivos financeiros é como segue:

Valor justo por meio do resultado	Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado. Passivos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem incorridos para fins de recompra no curto prazo. Esta categoria também inclui instrumentos financeiros derivativos contratados que não são designados como instrumentos de <i>hedge</i> nas relações de <i>hedge</i> definidas pelo CPC 48. Derivativos embutidos separados também são classificados como mantidos para negociação a menos que sejam designados como instrumentos de <i>hedge</i> eficazes. Ganhos ou perdas em passivos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado. Os passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado são designados na data inicial de reconhecimento, e somente se os critérios do CPC 48 forem atendidos. A Companhia não designou nenhum passivo financeiro ao valor justo por meio do resultado.
Custo amortizado	Após o reconhecimento inicial, debentures emitidas, empréstimos e financiamentos contraídos e concedidos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa de juros efetiva. A amortização pelo método da taxa de juros efetiva é incluída como despesa financeira na demonstração do resultado do exercício. Essa categoria geralmente se aplica a empréstimos e financiamentos concedidos e contraídos, sujeitos a juros.

Desreconhecimento: Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado do exercício.

Compensação de instrumentos financeiros:

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Instrumentos financeiros derivativos:

As operações com instrumentos financeiros derivativos, contratadas pela Companhia e suas controladas, resumem-se em *Swap*, que visa exclusivamente à proteção contra riscos cambiais associados a posições no balanço patrimonial, aquisição de bens para o ativo intangível e ativo imobilizado, além dos fluxos de caixa dos aportes de capital nas controladas projetados em moedas estrangeiras.

São mensurados ao seu valor justo, com as variações registradas contra o resultado do exercício, exceto quando designadas em uma contabilidade de *hedge* de fluxo de caixa, cujas variações no valor justo são reconhecidas em "outros resultados abrangentes" no patrimônio líquido.

O valor justo dos instrumentos financeiros derivativos é calculado por empresa especializada e independente na gestão de risco de caixa e dívida, de modo que é procedido monitoramento diário sobre o comportamento dos principais indicadores macroeconômicos e seus impactos nos resultados, em especial nas operações de derivativos.

A Companhia e suas controladas têm como política o gerenciamento dos riscos, evitando assumir posições relevantes expostas a flutuações de valor justo. Nesse sentido, buscam operar instrumentos que permitam maior controle de riscos. Os contratos de derivativos são efetuados com operações de swap e opções envolvendo juros e taxa de câmbio, visando eliminar a exposição à variação cambial além de adequação do custo das dívidas de acordo com o direcionamento do mercado.

As operações de proteção contra variações cambiais adversas requerem monitoramento constante, de forma a preservar a eficiência das suas estruturas. As operações vigentes são passíveis de reestruturação a qualquer tempo e podem ser objeto de operações complementares ou reversas, visando reduzir eventuais riscos de perdas relevantes.

Hedge Accounting

A Companhia e suas controladas designam certos instrumentos de *hedge* relacionados a risco com variação cambial e taxa de juros dos empréstimos como *hedge* de valor justo. No início da operação de *hedge*, a Companhia e suas controladas documentam a relação entre o instrumento de *hedge* e o item objeto de *hedge* de acordo com os objetivos da gestão de riscos e estratégia financeira. Adicionalmente, no início do *hedge* e de maneira continuada, a Companhia e suas controladas documentam se o instrumento de *hedge* usado é altamente efetivo na compensação das mudanças de valor justo ou fluxo de caixa do item objeto de *hedge*, atribuível ao risco sujeito a *hedge*. A nota explicativa nº 33, traz mais detalhes sobre o valor justo dos instrumentos derivativos utilizados para fins de *hedge*.

A documentação inclui a identificação do instrumento de *hedge*, do item protegido, da natureza do risco que está sendo protegido e de como a entidade avalia se a relação de proteção atende os requisitos de efetividade de *hedge* (incluindo sua análise das fontes de inefetividade de *hedge* e como determinar o índice de *hedge*). Um relacionamento de *hedge* se qualifica para contabilidade de *hedge* se atender todos os seguintes requisitos de efetividade:

- Existe relação econômica entre o item protegido e o instrumento de *hedge*.
- O efeito de risco de crédito não influencia as alterações no valor que resultam desta relação econômica.
- O índice de *hedge* da relação de proteção é o mesmo que aquele resultante da quantidade do item protegido que a entidade efetivamente protege e a quantidade do instrumento de *hedge* que a entidade efetivamente utiliza para proteger esta quantidade de item protegido.

Os *hedges* que atendem a todos os critérios de qualificação para contabilidade de *hedge* são registrados conforme descrito abaixo:

Para os *hedges* de valor justo, a mudança no valor justo de um instrumento de *hedge* é reconhecida na demonstração do resultado como despesas financeiras. A mudança no valor justo do item objeto de *hedge* atribuível ao risco coberto é registrada como parte do valor contábil do item protegido e é também reconhecida na demonstração do resultado do exercício como despesas financeiras.

Para *hedges* de valor justo relacionados a itens mensurados ao custo amortizado, qualquer ajuste ao valor contábil é amortizado por meio do resultado durante o prazo remanescente do *hedge*, utilizando o método da taxa de juros efetiva. A amortização da taxa de juros efetiva pode ser iniciada assim que exista um ajuste e, no mais tardar, quando o item protegido deixar de ser ajustado por alterações no seu valor justo atribuíveis ao risco coberto.

Se o item objeto de *hedge* for desreconhecido, o valor justo não amortizado é reconhecido imediatamente no resultado.

Quando um compromisso firme não reconhecido é designado como um item protegido, a mudança acumulada subsequente no valor justo do compromisso firme atribuível ao risco protegido é reconhecida como um ativo ou passivo com reconhecimento do ganho ou perda correspondente no resultado.

Incertezas

Os valores foram estimados na data do balanço, baseados em informações disponíveis no mercado e por metodologias apropriadas de avaliações, entretanto considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa mais adequada do valor justo. Como consequência, as estimativas utilizadas e apresentadas na nota explicativa nº 36, não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente;

- s. **Cobertura de Seguros** – A política de seguros da Companhia baseia-se na contratação de seguros com coberturas bem dimensionadas, consideradas suficientes para cobrir prejuízos causados por eventuais sinistros em seu patrimônio, bem como por reparações em que seja civilmente responsável pelos danos involuntários, materiais e/ou corporais causados a terceiros decorrentes de suas operações, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo da auditoria das demonstrações financeiras e, consequentemente, não foram auditadas pelos nossos auditores independentes.
- t. **Benefícios pós-emprego: plano de suplementação de aposentadoria e pensão e outros benefícios pós emprego** – as controladas patrocinam fundos de pensão pós emprego, plano de complementação de aposentadoria e assistência médica (plano de saúde).

Para os planos de suplementação de aposentadoria e pensão, a obrigação líquida da Companhia e de suas controladas, dos planos na modalidade Benefício Definido (BD), é calculada para cada plano através da estimativa do valor do benefício futuro que os empregados auferiram como retorno pelos serviços prestados no exercício atual e em exercício anteriores, descontado ao seu valor presente. Quaisquer custos de serviços passados não reconhecidos e os valores justos de quaisquer ativos dos planos são deduzidos. A taxa de desconto é o rendimento apresentado na data de apresentação das demonstrações financeiras para os títulos de dívida e cujas datas de vencimento se aproximem das condições das obrigações da Companhia e de suas controladas e que sejam denominadas na mesma moeda na qual os benefícios têm expectativa de serem pagos. O cálculo é realizado anualmente por um atuário qualificado através do método de crédito unitário projetado. Quando o cálculo resulta em um benefício, o ativo a ser reconhecido é limitado ao total de quaisquer custos de serviços passados não reconhecidos e ao valor presente dos benefícios econômicos disponíveis na forma de reembolsos futuros do plano na redução nas futuras contribuições ao plano. Para calcular o valor presente dos benefícios econômicos, consideração é dada para quaisquer exigências de custeio mínimas que se aplicam a qualquer plano. Um benefício econômico está disponível se ele for realizável durante a vida do plano, ou na liquidação dos passivos do plano.

Os outros benefícios pós emprego (saúde, prêmio/gratificação de aposentadoria e indenização por tempo de serviço), são mensurados pelo valor presente dos desembolsos de caixa futuros estimados a serem realizados pela Companhia e suas controladas. A avaliação atuarial desses benefícios é realizada anualmente, pelo método crédito unitário projetado.

Os custos do serviço corrente e do serviço passado são reconhecidos no resultado do exercício. Os ganhos e perdas atuariais são contabilizados em outros resultados abrangentes diretamente no patrimônio líquido;

- u. **Demonstração do valor adicionado** – preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis, de acordo com o pronunciamento técnico NBC TG 09/CPC 09 (R1) – Demonstração do Valor Adicionado. Tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada conforme requerido pela legislação societária brasileira, para as Companhias abertas, como parte suplementar às demonstrações financeiras.

3.2. Novos pronunciamentos contábeis emitidos pelo CPC- Comitê de Pronunciamentos Contábeis e pelo IASB - International Accounting Standards Board

(i) Pronunciamentos novos ou revisados aplicados a partir de 1º de janeiro de 2025

Pronunciamentos novos ou revisados	Natureza da revisão/emissão
Alterações ao CPC 18 (R3) - Investimento em Coligada, Em Controlada e Empreendimento Controlado Em Conjunto	A principal alteração na revisão do CPC 18 (R3) é relacionado à aplicação do método de equivalência patrimonial (MEP) para a mensuração de investimentos em controladas nas demonstrações financeiras individuais. Tal método já era permitido por lei no Brasil, houve apenas a adição de texto em convergência às normas internacionais, portanto não houve impacto material em relação à norma vigente nas demonstrações financeiras.
Alterações ao CPC 02 (R2) - Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis	As alterações ao CPC 02 (R2) / IAS 21 incorporam as alterações trazidas pelo <i>Lack of Exchangeability</i> , emitido pelo IASB, que define o conceito de moeda conversível, e orienta para procedimentos de moedas não conversíveis. As alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras.
OCPC 10: Créditos de Carbono (tCO2e), Permissões de emissão (allowances) e Crédito de Descarbonização (CBIO)	A orientação técnica direciona o tratamento contábil de créditos de carbono (tCO2e), Permissões de emissão (allowances) e créditos de descarbonização (CBIO) das entidades atuantes no mercado brasileiro. A orientação técnica não produziu impactos relevantes nas demonstrações financeiras.

(ii) Pronunciamentos novos ou revisados emitidos, mas ainda não vigentes

Pronunciamentos ainda não vigentes	Exercícios anuais com início em ou após	Natureza da revisão/emissão
CPC 51 (IFRS 18) - Apresentação e divulgação nas Demonstrações Contábeis	1º de janeiro de 2027	O CPC 51 substituirá o pronunciamento técnico CPC 26 (R1), e tem como principais objetivos e mudanças: aprimorar a apresentação das demonstrações financeiras, exigir a divulgação em notas explicativas de medidas de desempenho definidas pela administração e introduzir novos princípios de agregação e desagregação de informações. As alterações trarão impactos para as demonstrações financeiras individuais e consolidadas referentes a períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, bem como informações comparativas (aplicação retrospectiva). Tais impactos estão sendo avaliados pela Administração da Companhia, em processo de implementação durante o exercício corrente de 2026.
IFRS 19 - Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações	1º de janeiro de 2027	A norma permite que entidades controladas, que não possuam responsabilidade pública, e que possuam uma controladora final ou intermediária que prepare demonstrações financeiras consolidadas, optem por aplicar seus requisitos de divulgação reduzidos enquanto ainda aplicam os requisitos de reconhecimento, mensuração e apresentação em outros padrões contábeis IFRS. Como os instrumentos patrimoniais da Companhia são negociados publicamente, ela não é elegível para a aplicação do IFRS 19. As aplicações em suas subsidiárias serão avaliadas pela Administração.
Alterações à IFRS 9 e à IFRS 7 - Alterações à Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros	1º de janeiro de 2026	As alterações nas normas indicam modificações relevantes nos requisitos de classificação, mensuração e divulgação dos instrumentos financeiros. A Companhia não irá aplicar as alterações de forma antecipada, e irá acompanhar a convergência dos pronunciamentos CPC 48 e CPC40 (R1) para avaliar os possíveis impactos nas suas demonstrações financeiras.
Alterações à IFRS 9 e à IFRS 7 - Contratos Referenciando a Eletricidade Dependente de Condições Naturais	1º de janeiro de 2026	As alterações se aplicam a contratos que façam referência a eletricidade dependente de fatores naturais, esclarecendo a aplicação dos requisitos de "uso próprio", entre outras definições. A Companhia não irá aplicar as alterações de forma antecipada, e irá acompanhar a convergência dos pronunciamentos CPC 48 e CPC40 (R1) para avaliar os possíveis impactos nas suas demonstrações financeiras.

4. Demonstrações financeiras consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas compreendem a companhia Rede Energia e suas controladas em 31 de dezembro de 2025. O controle é obtido quando a Rede Energia estiver exposta ou tiver direito a retornos variáveis com base em seu envolvimento com as investidas e possuir a capacidade de afetar estes retornos por meio do poder exercido em relação as investidas.

Especificamente, a Rede Energia controla uma investida se, e apenas se, tiver:

- Poder em relação à investida (ou seja, direitos existentes que lhe garantem a atual capacidade de dirigir as atividades pertinentes da investida);
- Exposição ou direito a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a investida; e
- A capacidade de utilizar seu poder em relação à investida para afetar o valor de seus retornos.

Geralmente, há presunção de que uma maioria de direitos de voto resulta em controle. Para dar suporte a esta presunção e quando a Rede Energia tiver menos da maioria dos direitos de voto de uma investida, a Companhia considera todos os fatos e circunstâncias pertinentes ao avaliar se tem poder em relação a uma investida, inclusive:

- O acordo contratual entre o investidor e outros titulares de direitos de voto;
- Direitos decorrentes de outros acordos contratuais; e
- Os direitos de voto e os potenciais direitos de voto do Grupo (investidor).

A Companhia avalia se exerce controle ou não de uma investida se fatos e circunstâncias indicarem que há mudanças em um ou mais dos três elementos de controle anteriormente mencionados. A consolidação de uma controlada tem início quando a Companhia obtiver controle em relação à controlada e finaliza quando a mesma deixar de exercer o mencionado controle. Ativo, passivo e resultado de uma controlada adquirida ou alienada durante o exercício são incluídos nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que a Companhia obtiver controle até a data em que deixar de exercer o controle sobre a controlada.

O resultado e cada componente de outros resultados abrangentes são atribuídos aos acionistas controladores e aos não controladores da Rede Energia, mesmo se isso resultar em prejuízo aos acionistas não controladores. Quando necessário, são efetuados ajustes nas demonstrações financeiras das controladas para alinhar suas políticas contábeis com as políticas contábeis da Companhia e suas controladas. Todos os ativos e passivos, resultados, receitas, despesas e fluxos de caixa do mesmo grupo, relacionados com transações entre membros do Grupo, são totalmente eliminados na consolidação.

A variação na participação societária da controlada, sem perda de exercício de controle, é contabilizada como transação patrimonial.

Se a Companhia perder o controle exercido sobre uma controlada, é efetuada a baixa dos correspondentes ativos (incluindo qualquer ágio) e os passivos da controlada pelo seu valor contábil na data em que o controle for perdido e a baixa do valor contábil de quaisquer participações de não controladores na data em que o controle for perdido (incluindo quaisquer componentes de outros resultados abrangentes atribuídos a elas). Qualquer diferença resultante como ganho ou perda é contabilizada no resultado. Qualquer investimento retido é reconhecido pelo seu valor justo na data em que o controle é perdido.

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as informações da Rede Energia e das controladas:

	Ramo de atividade	% de participação	
		2025	2024
Controladas diretas			
Energisa Tocantins Distribuidora de Energia S/A	Distribuição de energia	76,67	76,67
Energisa Mato Grosso Distribuidora de Energia S/A	Distribuição de energia	97,51	57,68
Energisa Mato Grosso do Sul Distribuidora de Energia S/A	Distribuição de energia	99,93	64,01
Energisa Sul Sudeste - Distribuição de Energia S/A	Distribuição de energia	99,25	99,25
Companhia Técnica de Comercialização de Energia S/A	Comercializadora Energia	99,98	99,98
Rede Power do Brasil S/A	Holding	-	100,00
QMRA Participações S/A	Holding	100,00	100,00
Multi Energisa Servicos S/A	Servicos	99,90	99,90

Descrição dos principais procedimentos de consolidação:

- (a) Eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos entre as companhias consolidadas;
- (b) Eliminação dos saldos das contas de investimentos e correspondentes participações no capital e resultados das companhias consolidadas; e
- (c) Eliminação dos saldos de receitas e despesas, decorrentes de negócios entre as companhias.

5. Informações por segmento consolidado

Um segmento operacional é um componente da Companhia que desenvolve atividades de negócio das quais pode obter receitas e incorrer em despesas, incluindo receitas e despesas relacionadas com transações com outras unidades da Companhia. Todos os resultados operacionais dos segmentos são revistos frequentemente pela Administração para decisões sobre os recursos a serem alocados ao segmento e para avaliação de seu desempenho, e para o qual demonstrações financeiras individualizadas estão disponíveis.

Os resultados de segmentos que são reportados à Administração incluem itens diretamente atribuíveis ao segmento, bem como aqueles que podem ser alocados em bases razoáveis. O item não alocado compreende principalmente ativos corporativos.

Resumem-se a seguir as operações por segmento:

a) Informações sobre segmentos

	2025				
	Distribuição de energia elétrica	Comercialização	Holding e Serviços	Operações inter-segmentos	Total
Receitas operacional líquida	19.380.149	-	72.377	(60.477)	19.392.049
Custos e despesas operacionais	(14.678.050)	(2.980)	(44.769)	60.477	(14.665.322)
Depreciações e amortizações	(860.191)	-	(2.248)	(135.102)	(997.541)
Resultado operacional antes do resultado financeiro	3.841.908	(2.980)	25.360	(135.102)	3.729.186
Receitas Financeiras	911.142	291	16.456	(75)	927.814
Despesas Financeiras	(2.492.472)	(20.570)	(107.069)	75	(2.620.036)
Resultado financeiro	(1.581.330)	(20.279)	(90.613)	-	(1.692.222)
Resultado de participações societárias	-	-	1.431.344	(1.431.344)	-
Imposto de renda e contribuição societárias	(410.599)	3.810	1.788	45.936	(359.065)
Lucro líquido do exercício	1.849.979	(19.449)	1.367.879	(1.520.510)	1.677.899
2024					

	Distribuição de energia elétrica	Comercialização	Holding e Serviços	Operações inter-segmentos	Total
Receitas operacional líquida	17.876.780	-	65.247	(57.073)	17.884.954
Custos e despesas operacionais	(13.541.535)	(282)	(86.101)	57.074	(13.570.844)
Depreciações e amortizações	(740.311)	-	(1.718)	(134.040)	(876.069)
Resultado operacional antes do resultado financeiro	3.594.934	(282)	(22.572)	(134.039)	3.438.041
Receitas Financeiras	770.917	251	19.972	(55)	791.085
Despesas Financeiras	(1.834.994)	(17.636)	(102.631)	55	(1.955.206)
Resultado financeiro	(1.064.077)	(17.385)	(82.659)	-	(1.164.121)
Resultado de participações societárias	-	-	1.802.855	(1.802.855)	-
Imposto de renda e contribuição societárias	(315.117)	3.184	444	45.574	(265.915)
Lucro líquido do exercício	2.215.740	(14.483)	1.698.068	(1.891.320)	2.008.005

	Distribuição de energia elétrica	Comercialização	Serviços e outros	2025	2024
Ativos dos segmentos	32.676.641	3.914	252.662	32.933.217	30.069.987
Ativo circulante	8.244.874	73	220.618	8.465.565	8.465.874
Ativo não circulante	24.431.767	3.841	32.044	24.467.652	21.604.113
Passivos dos segmentos	25.201.916	259.011	1.087.018	26.547.945	23.824.603
Passivo circulante	5.396.417	2.227	23.758	5.422.402	6.123.502
Passivo não circulante	19.805.499	256.784	1.063.260	21.125.543	17.701.101

b) Conciliação de receitas, lucros, ativos e passivos por segmento

	2025	2024
Receita		
Receita líquida total de segmentos	19.452.526	17.942.027
Eliminação de receitas intersegmentos	(60.477)	(57.073)
Receita líquida consolidada	19.392.049	17.884.954
Custos e despesas operacionais		
Custos e despesas operacionais	(14.725.799)	(13.627.918)
Eliminação de receitas intersegmentos	60.477	57.074
Custos e despesas operacionais consolidada	(14.665.322)	(13.570.844)
Amortização e depreciação		
Amortização e depreciação total de segmentos	(862.439)	(742.029)
Resultado intersegmentos	(135.102)	(134.040)
Amortização e depreciação consolidada	(997.541)	(876.069)
Receita financeira		
Receita financeira total de segmentos	927.889	761.140
Eliminação de receitas intersegmentos	(75)	(55)
Receita financeira consolidada	927.814	791.085
Despesa financeira		
Despesa financeira total de segmentos	(2.620.111)	(1.955.261)
Eliminação de despesa intersegmentos	75	55
Despesa financeira consolidada	(2.620.036)	(1.955.206)
Lucros		
Totais de lucros dos segmentos	2.036.964	2.273.920
Resultado antes dos tributos sobre o lucro	2.036.964	2.273.920
Impostos		

	2025	2024
Imposto de renda e contribuição societárias	(359.065)	(265.915)
Impostos sobre Lucro	(359.065)	(265.915)
Lucro	1.677.899	2.008.005
Lucro líquido do exercício	1.677.899	2.008.005

	2025	2024
Ativo		
Ativo total dos segmentos	32.933.217	30.069.987
Outros valores não alocados	(33.483)	(10.746)
Total Ativo consolidado	32.899.734	30.059.241
Passivo		
Passivo total dos segmentos	26.547.945	23.824.603
Outros valores não alocados	(288.580)	(250.392)
Total passivo consolidado	26.259.365	23.574.211

6. Caixa, equivalentes de caixa, aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados

6.1. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Caixa e depósitos bancários à vista	210	63	352.971	209.949
Aplicações financeiras de liquidez imediata:				
Operações compromissadas	-	-	-	15.746
Total – circulante ⁽¹⁾	210	63	352.971	225.695

⁽¹⁾ As aplicações financeiras apresentadas possuem liquidez diária e são resgatáveis pela taxa de contratação.

6.2. Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Avaliadas ao valor justo por meio do resultado				
Certificado de Depósito Bancário (CDB)	-	-	9.760	31.981
Fundos de Investimento	37	33	31.865	104.779
Fundos de Investimentos Exclusivos ⁽¹⁾				
Certificado de Depósito Bancário (CDB)	88	224	1.526	59.392
Cédula de Crédito Bancário (CCB)	74	9	1.291	2.408
Compromissadas	10.526	2.163	183.259	581.852
Fundo Multimercado	15.487	536	269.296	142.324
Fundo de Renda Fixa	74.173	5.858	1.289.832	1.563.700
Letra Financeira do Tesouro (LFT)	17.171	1.254	299.021	333.179
Letra financeira (LF)	16.434	1.318	285.756	350.254
Nota de Crédito	199	28	3.468	7.560
Nota do Tesouro Nacional (NTNB)	2.650	414	46.084	110.199
Nota do Tesouro Nacional (NTNF)	3.159	-	54.922	3.609
Fundo de investimento em direitos creditórios ⁽²⁾	-	-	70.011	66.618

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Total ⁽³⁾	139.998	11.837	2.546.091	3.357.855
Circulante	139.998	11.837	2.476.080	3.291.237
Não circulante	-	-	70.011	66.618

- (1) Fundo de investimentos exclusivos são estruturados com o objetivo de maximizar a rentabilidade com o menor nível de risco.
- (2) Fundo de Investimento em Direitos Creditórios – refere-se ao FIDC Energisa Centro Oeste com vencimento em 01/10/2034.
- (3) Inclui na controladora R\$37 (R\$33 em 2024) e no consolidado, R\$82.618 (R\$172.048 em 2024) referente a recursos vinculados, conforme segue:

Recursos vinculados	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Bloqueio judicial credores	37	33	1.828	3.949
Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios – FIDC	-	-	70.011	66.618
Programa Luz para todos e Mais Luz para Amazônia	-	-	-	100.217
Conselho Consumidor	-	-	6.063	1.264
Outros	-	-	4.716	-
Total	37	33	82.618	172.048

A rentabilidade média ponderada da carteira consolidada em 2025 equivale a 100,3% (99,3% em 2024) do CDI na controladora e 98,6% (101,4% em 2024) do CDI no consolidado.

7. Clientes, consumidores e concessionárias – consolidado

	Saldos a vencer		Saldos vencidos				PPECCLD ⁽⁵⁾	Total	
	Até 60 dias	Mais de 60 dias	Até 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Há mais de 360 dias		2025	2024
Valores correntes:									
Residencial	425.280	-	331.296	53.502	4.815	19.110	(90.697)	743.306	731.093
Industrial	115.553	-	17.144	2.752	4.092	27.988	(28.107)	139.422	132.879
Comercial	158.001	-	53.410	11.175	3.735	25.482	(29.855)	221.948	224.549
Rural	134.886	-	42.016	15.464	23.382	14.102	(15.063)	214.787	202.620
Poder público	89.463	-	5.197	183	146	873	(900)	94.962	101.393
Iluminação pública	42.423	-	814	19	287	2.093	(2.095)	43.541	41.654
Serviço público	37.092	-	7.132	3.781	5.413	44.724	(44.771)	53.371	52.389
Fornecimento não faturado	814.294	-	-	-	-	-	(6.969)	807.325	813.102
Arrecadação em processo de classificação	(456)	-	-	-	-	-	-	(456)	(1.363)
Valores renegociados:									
Residencial	40.414	114.229	21.058	13.277	15.390	121.589	(204.043)	121.914	131.561
Industrial	4.146	22.966	1.586	1.555	2.085	16.665	(24.476)	24.527	15.679
Comercial	21.224	139.255	8.059	3.754	3.847	38.987	(67.603)	147.523	129.617
Rural	8.488	29.883	3.534	1.961	2.922	8.987	(26.110)	29.665	29.427
Poder público ⁽¹⁾	7.299	78.838	211	-	-	207	(206)	86.349	91.497
Iluminação pública	377	6.399	9	-	-	31	(31)	6.785	6.445

	Saldos a vencer		Saldos vencidos				PPECLD ⁽⁵⁾	Total	
	Até 60 dias	Mais de 60 dias	Até 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Há mais de 360 dias		2025	2024
Serviço público	1.636	14.728	22	-	-	3.250	(3.253)	16.383	7.694
(-) Ajuste a Valor presente ⁽²⁾	(2.047)	(102.367)	-	-	-	-	-	(104.414)	(88.204)
Subtotal - consumidores	1.898.073	303.931	491.488	107.423	66.114	324.088	(544.179)	2.646.938	2.622.032
Suprimento Energia ⁽³⁾	106.141	-	-	-	-	19.073	-	125.214	115.135
Outros ⁽⁴⁾	33.690	-	-	-	-	183.317	(170.695)	46.312	96.456
Total	2.037.904	303.931	491.488	107.423	66.114	526.478	(714.874)	2.818.464	2.833.623
Circulante								2.598.179	2.578.188
Não Circulante								220.285	255.435

(1) **Valores renegociados - poder público:** inclui R\$58.145 (R\$65.908 em 2024), referente a renegociação realizada em 03 de agosto de 2016 na controlada EMT em que foi assinado com a Companhia de Saneamento da Capital (SANECAP) o Termo de Confissão, Assunção e Parcelamento de Dívidas referente a fornecimento de energia elétrica, líquido de juros, correção monetária e multas, que está sendo recebido em parcelas equivalentes a 50% do valor pago mensalmente pela Companhia de Saneamento para o Município de Cuiabá, iniciada em 31 de dezembro de 2016. Sobre o saldo devedor incide juros de 0,5% ao mês limitado ao valor da parcela da outorga até o final da concessão da SANECAP (abril/2042).

(2) **Ajuste a Valor Presente (AVP):** calculado para todos os contratos renegociados de dívida. Para o desconto a valor presente foi utilizado taxa de mercado.

(3) **Suprimento de energia - moeda nacional:** inclui energia vendida na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE.

Composição dos créditos e débitos junto a CCEE	2025	2024
Créditos a vencer	106.141	96.062
Créditos vinculados a liminares ^(a)	19.073	19.073
Subtotal créditos CCEE	125.214	115.135
(-) Aquisições de energia na CCEE	(261.808)	(64.360)
(-) Encargos de serviços do sistema	(3.526)	(19.153)
Total de débitos(créditos) CCEE	(140.120)	31.622

(a) Créditos vinculados a liminares - os valores que se encontram vinculados a liminares, podem estar sujeitos a alterações dependendo de decisões dos processos judiciais em andamento. Essas empresas, não incluídas na área do racionamento, obtiveram liminar que torna sem efeito o Despacho nº 288 da ANEEL, de 16 de maio de 2002, que objetivou o esclarecimento às empresas do setor sobre o tratamento e a forma de aplicação de determinadas regras de contabilização do MAE (atualmente CCEE), incluídas no Acordo Geral do Setor Elétrico. O pleito dessas empresas envolve a comercialização da cota-parte de Itaipu no submercado Sudeste/Centro-Oeste durante o período de racionamento de 2001 a 2002, quando havia discrepância significativa de preços na energia de curto prazo entre os submercados. A Administração acompanha os pleitos realizados e é de seu entendimento que os valores serão integralmente recebidos quer seja dos devedores que questionaram os créditos judicialmente, quer seja de outras empresas que vierem a ser indicadas pela CCEE.

(4) **Outros:** inclui serviços taxados, ICMS originado de geração distribuída e outros valores a receber de consumidores, destaca-se entre eles:

ICMS Demanda - Controlada EMT: inclui R\$79.469 de ICMS incidente sobre a demanda de energia decorrentes de autuações do Estado sob o argumento de que a controlada cumpriu de forma equivocada as decisões que eximiu alguns clientes de recolher o ICMS. Em 23 de setembro de 2021 a controlada firmou o Termo de Acordo Extrajudicial -TAE com o Estado, resultando no pagamento, a vista, do débito integral com a adesão ao REFIS. A controlada ingressou com medidas administrativas e judiciais para a recuperação dos valores pagos, para regresso contra os consumidores que efetivamente se beneficiaram das decisões judiciais pelo não recolhimento do ICMS. A Administração da controlada tem constituído provisão de perdas esperadas do mesmo montante R\$79.469 (R\$80.543 em 2024), em face de que a realização do ativo se dará por eventos futuros incertos não totalmente sob controle da controlada.

ICMS Geração Distribuída - Controlada EMT: inclui parcela do ICMS incidente sobre os encargos de conexão ou uso do sistema de distribuição e da tarifa de energia dos consumidores com geração distribuída (GD) que não estão abarcados pela isenção concedida pelo Estado do Mato Grosso no valor de R\$73.471 (R\$73.600 em 2024) com provisão para perda estimada no valor em R\$15.329 (R\$15.329 em 2024).

(5) **Provisão para perdas esperadas de crédito de liquidação duvidosa (PPCELD):** a provisão foi constituída com base na perda esperada, utilizando uma abordagem simplificada de reconhecimento, em taxas de perdas históricas, probabilidade futura de inadimplência e na melhor expectativa da administração.

Segue as variações das perdas esperadas com créditos de liquidação duvidosa:

	2025	2024
Saldo em 2024 e 2023	717.176	644.446
Provisões líquidas constituídas no exercício (*)	315.371	261.789
Baixa de contas de energia elétrica – incobráveis	(256.138)	(189.059)
Saldo em 2025 e 2024	776.409	717.176
Alocação:		
Clientes, consumidores e concessionárias	714.874	702.788
Títulos de créditos a receber	54.801	3.687
Outros créditos	6.734	10.701
	776.409	717.176

(*) Inclui provisão constituída no montante de R\$57.102 (R\$7.211 em 2024) na controlada EMT referente a ICMS geração distribuída (GD) contabilizados em outros resultados.

8. Tributos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS	-	-	395.456	341.742
Imposto de Renda da Pessoa Jurídica – IRPJ	15.216	12.258	727.623	646.975
Contribuição Social sobre o Lucro – CSLL	540	32	265.818	220.145
Contribuições ao PIS e à COFINS	5	-	119.591	96.571
Efeitos da redução do ICMS na base de cálculo PIS e COFINS (1)	-	-	681.569	1.098.731
Outros	1.288	1.258	40.313	35.922
Total	17.049	13.548	2.230.370	2.440.086
Circulante	10.171	8.963	1.023.500	1.054.233
Não circulante	6.878	4.585	1.206.870	1.385.853

(1) Efeitos da redução do ICMS na base de cálculo do PIS e COFINS; a composição do saldo segue conforme tabela abaixo:

Controladas	2025	2024
Ações judiciais com trânsito em julgado:		
ETO	70.203	64.184
EMT	403.100	586.838
ESS	153.242	289.921
EMS	55.024	157.788
Subtotal	681.569	1.098.731

Em 13 de maio de 2021 o STF finalizou o julgamento e decidiu em plenário pela exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e COFINS fixada a tese de repercussão geral no julgamento do RE nº 574706, além de consolidar o entendimento de que o ICMS a ser excluído da base de cálculo é o destacado nos documentos fiscais, o que proporcionou o reconhecimento contábil de créditos de R\$1.934.859 em 2021. Em novembro de 2025 na empresa ESS, foi efetuada uma baixa em relação ao saldo inicial R\$ 54.530 (R\$29.314 de valor principal e R\$ 25.216 de SELIC), em decorrência do trânsito em julgado da empresa EVP (incorporada da ESS), processo nº 5002300-62.2017.4.03.6100, passando a ser considerado o valor total de R\$1.905.545 oriundos de ações judiciais transitadas em julgado de suas controladas. Os valores foram devidamente atualizados pela aplicação da variação da taxa Selic, resultando ao longo dos períodos/exercícios o valor acumulado de R\$1.037.793 (R\$996.294 em 2024), contabilizados em outras receitas financeiras na demonstração do resultado.

As controladas ETO, EMT, EMS, ESS, ingressaram com pedido de compensação junto a Receita Federal do Brasil – RFB que deferiu o pedido de habilitação dos referidos créditos de PIS/Pasep e COFINS, que se encontram em processo de recuperação dos saldos a receber com os valores dos débitos a recolher, iniciadas em maio de 2021 o que ocorrerá dentro do prazo estabelecido em lei. As compensações realizadas foram de R\$2.261.769 (R\$1.832.422 em 2024).

9. Reajuste, revisões tarifárias e outros assuntos regulatórios – consolidado

Conforme contrato de concessão, a receita das concessionárias de distribuidora de energia é dividida em duas parcelas: Parcela A (composta pelos custos não gerenciáveis) e Parcela B (custos operacionais eficientes e custos de capital).

Como mecanismos de atualização da tarifa a ser aplicada aos consumidores tem-se o Reajuste Tarifário Anual (RTA) e a Revisão Tarifária Periódica (RTP), ambos previstos no contrato de concessão.

A Concessionária também pode solicitar uma Revisão Tarifária Extraordinária (RTE) sempre que algum evento provoque significativo desequilíbrio econômico-financeiro da concessão.

9.1. Reajustes Tarifários Anual

O Reajuste Tarifário Anual (RTA) tem o objetivo de repassar os custos não gerenciáveis e atualizar monetariamente os custos gerenciáveis.

As tarifas das controladas foram reajustadas e estão em vigor, conforme segue:

Distribuidoras	Resolução Homologatória	Efeito médio a ser percebido pelos consumidores (%)	Vigência (início)
EMS	Resolução 3.441, de 08 de abril de 2025	1,33%	08/04/2025
EMT	Resolução 3.440, de 01 de abril de 2025	1,79%	08/04/2025
ESS	Resolução 3.480, de 01 de julho de 2025	19,05%	12/07/2025

9.2. Revisões Tarifárias Periódicas

As Revisões Tarifárias Periódicas (RTP) das controladas ETO, EMT, EMS e ESS ocorrem a cada cinco anos. Nesse processo, a ANEEL procede ao recálculo das tarifas, considerando as alterações na estrutura de custos e mercado das concessionárias, estimulando a eficiência e a modicidade das tarifas. Neste momento, a ANEEL também calcula toda a Parcela B, isto é, a parte da Receita para cobrir os custos operacionais e investimentos da distribuidora.

Em 1º de julho de 2025, através da Resolução Homologatória nº 3.479, aprovou a revisão tarifária da ETO, e entrou em vigor a partir de 04 de julho de 2025. O efeito referente a remuneração do ativo financeiro indenizável foi reconhecido em outras receitas operacionais. Os ativos financeiros indenizáveis da concessão estão demonstrados e classificados a valor justo por meio do resultado, atualizados pela variação mensal do IPCA, ao final do processo de revisão tarifária, ocorre a convergência com o valor efetivamente homologado pela Aneel, conforme abaixo:

Distribuidoras	Resolução Homologatória	Efeito médio a ser percebido pelos consumidores (%)	Vigência (início)
ETO	Resolução 3.479, de 01 de julho de 2025	12,68%	04/07/2025

9.3. Bandeiras tarifárias:

A partir de 2015, as contas de energia passaram a trazer o sistema de Bandeiras Tarifárias.

As Bandeiras Tarifárias têm como finalidade sinalizar aos consumidores as condições de geração de energia elétrica no Sistema Interligado Nacional –SIN, por meio da cobrança de valor adicional à Tarifa de Energia – TE.

O sistema de Bandeiras Tarifárias é representado por:

- Bandeira Tarifária Verde;
- Bandeira Tarifária Amarela;
- Bandeira Tarifária Vermelha, segregada em Patamar 1 e 2.

A tarifa sofre acréscimo a cada 100 quilowatt-hora (kWh) consumido no mês, conforme valores estabelecidos na tabela abaixo:

Bandeira	Anterior R\$/kWh REH nº 3.051/ 2022	Atual R\$/kWh REH nº 3.306/ 2024 ⁽¹⁾
Verde	-	-
Amarela	2,99	1,89
Vermelha 1	6,50	4,46
Vermelha 2	9,80	7,88

⁽¹⁾ A ANEEL aprovou, em 5 de março de 2024, por meio da Resolução Homologatória nº 3.306, os novos adicionais da Bandeira Tarifária, em vigor a partir de 01 de abril de 2024.

As bandeiras tarifárias vigoraram da seguinte forma:

	2025	2024
Janeiro	Verde	Verde
Fevereiro	Verde	Verde
Março	Verde	Verde
Abril	Verde	Verde
Maio	Amarela	Verde
Junho	Vermelha Patamar 1	Verde
Julho	Vermelha Patamar 1	Verde
Agosto	Vermelha Patamar 2	Verde
Setembro	Vermelha Patamar 2	Vermelha Patamar 1
Outubro	Vermelha Patamar 1	Vermelha Patamar 2
Novembro	Vermelha Patamar 1	Amarela
Dezembro	Amarela	Verde

9.4. Outros assuntos regulatórios - sobrecontratação

O Brasil vivenciou nos últimos anos uma situação de sobrecontratação de energia generalizada, iniciada em 2016, que afetou grande parte das distribuidoras do país. Esse cenário foi influenciado tanto pelas incertezas no crescimento da demanda, decorrentes de fatores econômicos, quanto pelo aumento das migrações de consumidores cativos para o mercado livre e pela expansão da geração distribuída. Adiciona-se a esses fatores um modelo centralizado de contratação de energia, em que a carteira das distribuidoras carrega contratos de longo prazo e com pouca flexibilidade.

Nesse contexto, a metodologia de apuração dos resultados de sobrecontratação segue em discussão entre a ANEEL e as Distribuidoras. Os montantes involuntários, necessários para a apuração, foram divulgados pela ANEEL até 2018, por meio do Despacho nº 4.395, de 10 de novembro de 2023.

Dessa forma, os resultados conhecidos já foram homologados nos recentes eventos tarifários, enquanto os demais exercícios (2019-2024) estão contabilizados considerando as melhores estimativas, dada a metodologia vigente.

Foram contabilizados em 2025, o valor líquido R\$2.009 (R\$723 em 2024) de atualização financeira negativa.

Companhias	2024	Atualização Monetária	2025
EMT	(53.637)	(7.783)	(61.420)
EMS	55.127	6.264	61.391
ESS	(3.431)	(490)	(3.921)
Total - ativos e passivos não circulantes	(1.941)	(2.009)	(3.950)

9.5. Prorrogação das concessões

Em junho de 2024, foi publicado pela Presidência da República, o Decreto 12.068/2024, possibilitando a prorrogação das concessões de distribuição de energia elétrica cujo término dos contratos se dará entre os anos de 2025 e 2031. Tal decreto define as principais diretrizes para os novos contratos de concessão, objetivando a modernização das redes de distribuição e o melhor atendimento à sociedade. Em outubro de 2024, a ANEEL abriu consulta pública visando obter subsídios para o aprimoramento da minuta de termo aditivo ao contrato de concessão de distribuição de energia elétrica. Em 27 de fevereiro de 2025, foi publicada a decisão da ANEEL aprovando a minuta do termo aditivo.

As controladas EMT e EMS protocolaram em 28 de março de 2025 os pedidos de antecipação da prorrogação das suas respectivas concessões pelo prazo de 30 anos, em conformidade com o disposto no Decreto nº 12.068/2024. Estes pedidos estão sendo analisados pela ANEEL e se encontram na seguinte situação:

Empresas	Vencimento atual	Novo vencimento	Data aprovação da Aneel
EMT	11/12/2027	11/12/2057	09/12/2025
EMS	04/12/2027	04/12/2057	17/06/2025

A partir da aprovação pela ANEEL, os primeiros processos têm sido encaminhados para análise prévia do TCU – Tribunal de Contas da União, para posterior aprovação do contrato de concessão pelo MME.

10. Ativos e passivos financeiros setoriais – consolidado

	2025			2024		
	Valores em		Total	Valores em		Total
	Amortização	Constituição		Amortização	Constituição	
Ativos Financeiros Setoriais						
Circulante	9.125	689.147	698.272	-	152.611	152.611
Não Circulante	-	295.129	295.129	-	95.981	95.981
	9.125	984.276	993.401	-	248.592	248.592
Passivo Financeiros Setoriais						
Circulante	232.150	106.263	338.413	359.392	51.702	411.094
Não Circulante	-	452.424	452.424	-	292.888	292.888
	232.150	558.687	790.837	359.392	344.590	703.982
Saldo líquido dos ativos e passivos	(223.025)	425.589	202.564	(359.392)	(95.998)	(455.390)

	Saldos em 2024	Receita Operacional		Remuneração ⁽¹⁾	Recebimentos/pagamentos			Saldos em 2025
		Adição	Amortização		Crédito PIS/COFINS	Bandeiras tarifárias ⁽¹⁾	Outros ^(3.1)	
Itens da Parcela A								
Energia elétrica comprada para revenda	53.982	662.250	2.130	43.127	-	(51.469)	-	710.020
Transporte de energia elétrica - Rede básica	143.567	99.167	(122.538)	8.438	-	-	-	128.634
Programa Incentivo Fontes Alternativas de Energia – PROINFA	(3.691)	23.526	(10.673)	958	-	-	-	10.120
Encargo de serviços de sistema ESS	92.214	(58.310)	(68.407)	(6.504)	-	(21.226)	-	(62.233)
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE	(49.945)	430.098	11.818	31.447	-	-	-	423.418
Transporte de energia elétrica – Itaipu	6.144	7.018	(5.505)	203	-	-	-	7.860
Bandeiras Tarifárias CCRBT ⁽¹⁾	(94.684)	2.785	-	-	-	-	-	(91.899)
Componentes financeiros								
Neutralidade da Parcela A	(140.134)	39.636	96.887	1.221	-	-	-	(2.390)
Sobrecontratação de energia	235.409	215.521	(140.194)	9.811	-	(205.355)	-	115.192
Devoluções Tarifárias ⁽²⁾	(308.373)	(164.125)	37.189	(46.897)	-	-	-	(482.206)
CUSD	592	1.969	(2.220)	(1)	-	-	-	340
Exposição de submercados	(2.749)	35.902	(2.241)	3.524	-	-	-	34.436
Garantias financeiras	4.647	2.424	(3.783)	264	-	-	-	3.552
Saldo a compensar	(6.508)	3.358	10.971	1.123	-	-	-	8.944
Outros itens financeiros ⁽³⁾	(385.861)	(868.287)	1.055.818	(45.265)	(435.236)	-	77.607	(601.224)
Saldo líquido dos ativos e passivos	(455.390)	432.932	859.252	1.449	(435.236)	(278.050)	77.607	202.564

	Saldo em 2023	Receita Operacional		Remuneração	Crédito PIS / COFINS	Recebimentos / Pagamentos		Saldos em 2024
		Adição	Amortização			Bandeiras tarifárias (1)	Outros (3.1)	
Itens da Parcela A								
Energia elétrica comprada para revenda	(346.119)	116.545	282.867	1.178	-	(489)	-	53.982
Transporte de energia elétrica - Rede básica	217.129	103.492	(182.276)	5.222	-	-	-	143.567
Programa Incentivo Fontes Alternativas de Energia – PROINFA	(6.518)	(6.878)	9.991	(286)	-	-	-	(3.691)
Encargo de serviços de sistema ESS	21.554	89.524	11.681	4.875	-	(35.420)	-	92.214
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE	28.648	(41.909)	(34.438)	(2.246)	-	-	-	(49.945)
Transporte de energia elétrica - Itaipu	31.760	554	(26.473)	303	-	-	-	6.144
Bandeiras Tarifárias CCRBT (1)	-	(94.684)	-	-	-	-	-	(94.684)
Componentes financeiros								
Neutralidade da Parcela A	(141.518)	(160.169)	173.638	(12.085)	-	-	-	(140.134)
Sobrecontratação de energia	229.276	227.129	(218.538)	10.171	-	(12.629)	-	235.409
Devoluções Tarifárias (2)	(198.156)	(158.317)	68.933	(20.833)	-	-	-	(308.373)
CUSD	1.875	1.444	(2.731)	4	-	-	-	592
Exposição de submercados	(728)	(2.628)	755	(148)	-	-	-	(2.749)
Garantias financeiras	3.531	4.123	(3.234)	227	-	-	-	4.647
Saldo a compensar	12.481	(2.788)	(16.123)	(78)	-	-	-	(6.508)
Outros itens financeiros (3)	(355.585)	(766.841)	1.036.952	(52.653)	(404.358)	-	156.624	(385.861)
Saldo líquido dos ativos e passivos	(502.370)	(691.403)	1.101.004	(66.349)	(404.358)	(48.538)	156.624	(455.390)

(1) **Bandeiras Tarifárias - CCRBT** - desde janeiro de 2015, o Sistema de Bandeiras Tarifárias foi implementado nas contas de energia para equilibrar os custos de curto prazo na geração de energia. A ANEEL sinaliza mensalmente o acionamento das bandeiras por despacho, e os recursos arrecadados podem ser revertidos total ou parcialmente à CCRBT, conforme despachos mensais da ANEEL.

Os valores recebidos e repassados pelas Controladas referentes às Bandeiras Tarifárias - Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias - CCRBT, estão apresentados a seguir:

Empresas	2025		2024	
	Recebido	Repassado	Recebido	Repassado
EMT	176.566	-	24.043	(5.947)
EMS	73.253	-	12.485	(7.308)
ESS	19.549	(1.449)	23.345	-
ETO	11.357	(1.226)	6.884	(4.964)
Total	280.725	(2.675)	66.757	(18.219)

(2) **Devoluções tarifárias:** referem-se a receitas de ultrapassagem de demanda e excedentes de reativos auferidas mensalmente e atualizadas com aplicação da variação da SELIC. Para as distribuidoras que já assinaram o novo termo aditivo do Contrato de Concessão, estes valores serão reconhecidos e amortizados no próximo processo tarifário da distribuidora (ETO e ESS). Para as empresas que ainda regem as regras anteriores do Contrato de Concessão, estes valores são acumulados durante o Ciclo de Revisão Tarifária (EMS e EMT).

(3) **Outros itens financeiros:** considera-se os demais itens financeiros de característica não recorrentes e específico das Distribuidoras, os principais itens que compõem o saldo, são como segue:

Spread da Conta Escassez Hídrica – REN 1.008/2022 – No processo tarifário de 2024 das distribuidoras, ocorreu o reconhecimento do financeiro Spread da Conta de Escassez Hídrica. O Art. 12 da Resolução Normativa nº 1.008/2022-ANEEL dispõe sobre o ressarcimento ao consumidor dos custos acessórios nas operações de créditos da Conta Escassez Hídrica por distribuidoras de energia elétrica.

Empresas	REN 1.008/2022
EMT	45.409
EMS	13.243
ESS	2.216
Total	60.868

Créditos de PIS e COFINS: conforme Lei nº 14.385/2022 que disciplinou a devolução dos valores relacionados à retirada do ICMS da base do PIS/COFINS, a Aneel reconheceu nos processos tarifários os valores a serem revertidos aos consumidores, e estão sendo reconhecidos mensalmente 1/12 no resultado do exercício dentro do ciclo tarifário do valor homologado. A seguir apresentamos os valores reconhecidos nos processos tarifários de 2024 em cada controlada:

Controladas	Valores reconhecidos nos processos tarifários	
	2025	2024
EMT	273.636	266.970
EMS	88.369	104.623
ETO ^(a)	-	(512)
ESS	73.231	33.277
Total	435.236	404.358

(a) **Reversão dos créditos de PIS/ COFINS (ETO):** Considerando que a controlada indireta ETO devolveu via tarifa para os consumidores créditos do PIS/COFINS superior ao valor compensado junto à Receita Federal do Brasil, a Aneel no processo tarifário de 2024 considerou um componente financeiro de reversão do valor à distribuidora via tarifa.

(3.1) **Recebimentos/pagamentos**

Repasse CDE – Modicidade Eletrobras: refere-se a valores aportados pela Eletrobras ou por suas subsidiárias em função da Desestatização, nos termos da Resolução CNPE nº 15, de 2021. Os valores aportados são vinculados ao repasse de Modicidade Tarifária da Conta de Desenvolvimento Energético – CDE, conforme Despacho ANEEL nº 1.239 de 23 de abril de 2024 a serem repassados às concessionárias e permissionárias de distribuição de energia elétrica. Os valores aprovados pela Aneel das controladas estão apresentados a seguir:

Controladas	Valores Recebidos	
	Despacho 1.536/ 2025	Despacho 1.239/ 2024
EMT	5.297	33.489
EMS	3.079	19.472
ESS	2.322	14.363
ETO	1.491	9.301
Total	12.189	76.625

Reversão Efeito Decreto nº10.665/2021 e DSP nº417/2022 – Reversão Bônus Itaipu – o Financeiro de Recomposição à conta de comercialização de Itaipu, refere-se a metade da reversão do diferimento negativo, considerado no processo tarifário de 2021, associado ao repasse realizado pela conta de comercialização de Itaipu conforme Decretos 10.665/2021. O cálculo deste financeiro, foi realizado conforme previsto na NT 247/2021. Tais valores foram reconhecidos nos processos tarifário das distribuidoras EMS, EMT e ESS. O valor pago pelos consumidores irá recompor a Conta de Comercialização de Itaipu estão apresentados a seguir:

Controladas	31/12/2025		31/12/2024	
	Valores homologados	Valores pagos	Valores homologados	Valores pagos
EMT	-	71.650	208.503	207.831
EMS	-	-	-	15.498
ESS	43.551	18.146	-	9.920
Total	43.551	89.796	208.503	233.249

11. Outros créditos

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Subvenção créditos CCC:				
Sub-rogação do CCC ⁽¹⁾	-	-	55.717	60.595
Reembolso CCC (aquisição de energia para o sistema isolado) ⁽²⁾	-	-	4.039	3.510
Reembolso O&M	-	-	6.893	2.916
Subtotal	-	-	66.649	67.021
Subvenção Baixa Renda ⁽³⁾	-	-	71.293	46.408
Subvenção CDE – Desconto Tarifário ⁽⁴⁾	-	-	681.622	459.664
Bônus – Reembolso do Fundo CDE	-	-	1.681	1.681
Ordens de serviço em curso – PEE e P&D	-	-	184.623	161.519
Outras ordens em curso	-	-	25.042	12.750
Adiantamentos a empregados	-	-	10.526	16.494
Adiantamentos a fornecedores	-	-	8.209	8.408
Outros créditos a receber – CELPA ⁽⁵⁾	-	-	65.149	63.123
Créditos a receber de terceiros – alienação de bens e direitos ⁽⁶⁾	-	-	43.644	60.015
(-) Provisão para perdas ⁽⁶⁾	-	-	(6.534)	(10.501)
Despesas pagas antecipadamente ⁽⁷⁾	-	-	68.957	64.220
Depósito para reinvestimento – incentivos fiscais ⁽⁸⁾	-	-	99.900	94.720
Fundos patronais dos planos previdenciários ⁽⁹⁾	-	-	7.685	11.235
Outros	11.626	10.438	25.054	24.980
Total	11.626	10.438	1.353.500	1.081.737
Circulante	3.377	3.077	1.128.469	856.428
Não circulante	8.249	7.361	225.031	225.309

- ⁽¹⁾ **Sub-rogação CCC:** a controlada EMT foi enquadrada na sub-rogação do direito de uso da Conta de Consumo de Combustíveis Fósseis – CCC, devido à implantação de projetos elétricos que proporcionaram a redução do dispêndio da CCC, que contribui para a modicidade das tarifas aos consumidores finais. Para fins de cálculo do benefício, foram aprovados os seguintes projetos com saldos a receber em aberto:

Obra	Status	Valor aplicado	Valor sub-rogado	Recebido	Atualização	A receber	
						2025	2024
Sistema de Transmissão Paranorte	em serviço	6.697	4.915	4.655	1.179	1.439	1.891
Sistema de Transmissão Guariba	em serviço	110.006	57.795	24.810	21.293	54.278	58.704
Total		116.703	62.710	29.465	22.472	55.717	60.595
Circulante						7.770	7.824
Não Circulante						47.947	52.771

- ⁽²⁾ **Reembolso custo geração – Lei nº 12.111/2009** – os direitos de ressarcimento correspondentes aos custos de aquisição com energia nos Sistemas Isolados e Contratos Bilaterais, cujos valores são custeados pelo Fundo CDE-CCC, gerido pela Câmara de Comercialização de

Energia Elétrica – CCEE, que após aprovados são repassados às controladas e direcionados para liquidação dos valores correspondentes aos fornecedores envolvidos no processo. Segue a movimentação ocorrida no exercício:

	EMT
Saldos em 2023 - circulante	2.485
Provisão (*)	16.120
Recebimento	(15.095)
Saldos em 2024 - circulante	3.510
Provisão (*)	21.381
Recebimento	(20.852)
Saldos em 2025 - circulante	4.039

(*) Inclui valores de atualização financeira devido a reprocessamento de saldos.

- (3) **Subvenção Baixa renda** – referem-se à subvenção da classe residencial baixa renda, que conforme Lei 15.235/2025 são famílias inscritas no CadÚnico com renda mensal per capita até ½ salário-mínimo e famílias indígenas e quilombolas que possuem desconto único de 100% no consumo menor igual a 80 kWh. Essa receita é custeada com recursos financeiros oriundos da RGR – Reserva Global de Reversão e da CDE – Conta de Desenvolvimento Energético, ambos sob a administração da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica -CCEE. O saldo refere-se às provisões de novembro e dezembro de 2025, com estimativas de recebimento para o próximo exercício, após revisão da ANEEL. Conforme dados históricos, a Administração não espera apurar perdas em sua realização.

Segue a movimentação ocorrida no período/exercício:

Subvenção baixa renda	EMT	ETO	EMS	ESS	Total
Saldos em 2023 - circulante	15.884	10.441	16.100	5.907	48.332
Subvenção	90.203	62.360	96.559	32.693	281.815
Ressarcimentos	(91.118)	(62.237)	(96.829)	(33.555)	(283.739)
Saldos em 2024 - circulante	14.969	10.564	15.830	5.045	46.408
Subvenção	106.416	86.501	110.341	39.930	343.188
Ressarcimentos	(99.296)	(78.502)	(104.055)	(36.450)	(318.303)
Saldos em 2025 - circulante	22.089	18.563	22.116	8.525	71.293

- (4) **Subvenção CDE – Descontos tarifários:** referem-se às subvenções da CDE para custear os descontos incidentes sobre as tarifas aplicáveis aos usuários do serviço público de distribuição de energia elétrica, tais como: Carga Fonte Incentivada; Geração Fonte Incentivada; Água, Esgoto e Saneamento; Rural; Irrigante/Aquicultor; e Sistema de Compensação de Energia Elétrica – SCEE. Os valores são reconhecidos mensalmente de acordo com os repasses do benefício aos consumidores em contrapartida a demonstração do resultado do exercício – receita operacional, enquanto os ressarcimentos, efetuados pela CCEE, são realizados na forma de duodécimos mensais, homologados nos ciclos tarifários. Os saldos correspondem às subvenções incorridas, deduzidas das parcelas recebidas. As diferenças integram os cálculos anuais.

Segue a movimentação ocorrida no exercício:

Subvenção CDE	EMT	ETO	EMS	ESS	Total
Saldos em 2023 - circulante	43.129	9.958	29.080	12.135	94.302
Subvenção	611.221	138.337	371.794	159.262	1.280.614
Ressarcimentos	(448.152)	(108.079)	(233.518)	(125.503)	(915.252)
Saldos em 2024 - circulante	206.198	40.216	167.356	45.894	459.664
Subvenção	870.262	210.790	546.283	209.885	1.837.220
Ressarcimentos	(741.436)	(169.883)	(513.802)	(190.141)	(1.615.262)
Saldos em 2025 - circulante	335.024	81.123	199.837	65.638	681.622

- (5) **Outros créditos a receber CELPA:** crédito que a Companhia e as controlada EMT, ETO, EMS e ESS tem a receber da Centrais Elétricas do Pará S/A – CELPA, oriundo de transações entre partes relacionadas, até a data de alienação para a empresa Equatorial Energia S/A realizado em 25 de setembro de 2012. O saldo a receber pelas controladas será atualizado mensalmente aplicando a taxa de juros capitalizados de 6% a.a. O recebimento do principal será realizado em amortizações semestrais nas seguintes condições: (i) de março de 2027 a setembro de 2030, amortização de 5% a.a., (ii) de março de 2031 a setembro de 2034, amortização de 10% a.a. e (iii) o saldo restante de 50% será realizado em setembro de 2034. Os juros estão sendo recebidos semestralmente desde setembro de 2019.

- (6) **Créditos a receber de terceiros:** refere-se a créditos com terceiros referentes a uso mútuo de postes.

- (7) **Despesas pagas antecipadamente:** Inclui valores relacionados a prêmio de seguro e a cota do Proinfa – Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica;

- (8) **Depósito para reinvestimento – incentivos fiscais:** – refere-se ao benefício de reinvestimento de 30% do Imposto de Renda, que as controladas distribuidoras de energia dispõem para reinvestir em seus próprios empreendimentos em operação na área de atuação da SUDAM, instalada nos setores da econômica considerados prioritários para o desenvolvimento regional.

Empresas	Órgão	Nº do Laudo Constitutivo	Vigência	Saldo em 2024	Atualização Juros	Resgate SUDAM/SUDENE	Saldo em 2025
EMT	SUDAM	0176/2023	01/01/2023 a 31/12/2032	75.222	2.980	-	85.989
ETO (*)	SUDAM	0150/2023	01/01/2023 a 31/12/2032	19.498	482	-	13.911
TOTAL				94.720	3.462	-	99.900

(*) Resgate do Reinvestimento AC 2021 – Referente a liberação do Recurso Ofício nº 309/2025-DGFAI

- (9) **Fundos patronais dos planos previdenciários:** constituído por parcela das contribuições patronais não recebidas pelos participantes que optaram pelo resgate de saldo, em planos de previdência que possuem alguma restrição desse resgate das contribuições patronais. Compõem também em seu saldo recursos oriundos de processos de migração de Planos. O Fundo Patronal está sendo utilizado para compensação das contribuições da Patrocinadora.

12. Transações com partes relacionadas

A Companhia é controlada pela Denerge Desenvolvimento Energético S/A (57,53% no capital social), que por sua vez é controlada pela Nova Denerge S/A (100% do capital total).

Os saldos com partes relacionadas são apresentados a seguir:

Controladora:

	2025		2024	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Mútuos				
QMRA Participações S/A	602	-	531	-
Energisa Participações Minoritárias S/A	-	(9.689)	-	(293.091)
	602	(9.689)	531	(293.091)
Empréstimos, financiamentos, encargos da dívida e Debêntures ⁽¹⁾				
Energisa S/A	-	(314.824)	-	(273.415)
	-	(314.824)	-	(273.415)
Investimentos – Recursos destinados para futuro aumento de capital ⁽²⁾				
Companhia Técnica de Comercialização de Energia	4.050	-	620	-
Total – não circulante	4.652	(324.513)	1.151	(566.506)

- (1) Credores “RJ” Opção C – referem-se a dívidas da Companhia adquiridas pela Energisa S/A, com as seguintes condições iniciais de pagamento: (i) o valor correspondente a 25% do montante total dos créditos cedidos seriam pagos em parcela única em até 1 ano da data de pagamento da cessão, com juros de 12,5% ao ano incidentes a partir da data da cessão; e (ii) o valor remanescente correspondente a 75% do montante total dos créditos cedidos serão pagos ao fim do prazo de 22 anos em parcela única, com juros capitalizados de 0,5% ao ano incidentes a partir da data de pagamento da cessão. Em 2014, foi acordado entre as partes a postergação pelo prazo de 10 anos o vencimento da parcela única que teria vencimento em julho de 2015, correspondente a 25% do montante total da dívida, entretanto ficou mantido o prazo de 22 anos para pagamento do valor remanescente correspondente a 75% do montante total da Dívida com juros capitalizados de 0,5% ao ano, incidentes a partir da data de pagamento. No final de exercício de 2017 as partes repactuaram a dívida com aplicação de taxa de juros equivalentes ao CDI + 2% ao ano com amortizações semestrais vencidas nas datas de 26 de junho e dezembro de cada ano.

- (2) Os recursos destinados para futuro aumento de capital não são remunerados e estão registrados na rubrica investimentos.

Condições dos contratos mútuos

Mútuos	Taxa Nominal	Vencimento
Energisa Participações Minoritárias S/A ⁽¹⁾	Média ponderada dos juros de empréstimos captados pelas empresas do grupo + variação do CDI	30/12/2026
QMRA Participações S/A ⁽¹⁾	Média ponderada dos juros de empréstimos captados pelas empresas do grupo + variação do CDI	01/01/2027

(1) Os contratos de mútuos que possuem prazo de 24 meses, nos termos dos contratos, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos. Os contratos de mútuos com partes relacionadas são remunerados pela taxa média de captação junto a terceiros, que no exercício foi em média CDI + 1,1144% (CDI + 0,9159% a.a. em 2024).

Transações efetuadas durante o exercício pela Companhia, referente a atualização dos contratos:

Companhias	Receitas / (-) Despesas financeira
Mútuos	
QMRA Participações S/A	75
Energisa Participações Minoritárias S/A	(39.960)
Energisa S/A	(41.410)
Total em 2025	(81.295)
Total em 2024	(66.567)

Consolidado:

Companhias		Passivos							
		Rede Energia	CTCE	ETO ⁽¹⁾	EMT ⁽¹⁾	ESS ⁽¹⁾	EMS ⁽¹⁾	2025	2024
Energisa S/A	Empréstimos e Debêntures	(314.824)	-	(873.517)	(494.298)	(372.225)	(532.293)	(2.587.157)	(2.434.086)
Energisa S/A	Mútuo	-	(7.085)	-	-	-	-	(7.085)	(6.246)
Energisa Participações Minoritárias S/A	Mútuo	(9.689)	-	-	-	-	-	(9.689)	(293.091)
		(324.513)	(7.085)	(873.517)	(494.298)	(372.225)	(532.293)	(2.603.931)	(2.733.423)

(1) As controladas ETO, EMT, EMS e ESS emitiram Debêntures em moeda corrente com condições e vencimentos conforme nota explicativa nº 21. Em 31 de dezembro de 2025 o valor atualizado é de R\$2.272.333 (R\$2.160.671 em 31 de dezembro de 2024), adquiridas pela Energisa S/A;

Transações efetuadas durante o exercício pela Companhia e suas controladas:

Companhias		Despesas financeiras							
		Rede Energia	CTCE	ETO	EMT	ESS	EMS	2025	2024
Energisa S/A	Mútuo	-	(884)	-	-	-	-	(884)	(13.721)
	Empréstimos e Debêntures -								
Energisa S/A	AVP	(41.410)	-	-	-	-	-	(41.410)	(36.239)
Energisa S/A	Debêntures	-	-	(98.782)	(89.054)	(45.054)	(75.941)	(308.831)	(175.944)
Energisa Participações									
Minoritárias S/A	Mútuo	(39.960)	-	-	-	-	-	(39.960)	(30.383)
		(81.370)	(884)	(98.782)	(89.054)	(45.054)	(75.941)	(391.085)	(256.287)

Empresas	Serviços Contratados/Prestados				
	Multi Energia ⁽¹⁾	ETO	EMT	ESS	EMS
Energisa S/A ⁽²⁾	(2.252)	(38.117)	(99.981)	(40.270)	(58.769)
Energisa Soluções Construções e Serviços em Linhas e Redes S/A ⁽³⁾	-	-	-	(39.678)	-
Energisa Soluções S/A ⁽³⁾	-	(12.352)	(27.205)	(10.943)	(5.125)
Energisa Sul Sudeste – Distribuidora de Energia S/A	5.045	-	-	-	-
Energisa Mato Grosso – Distribuidora de Energia S/A	16.611	-	-	-	-
Energisa Mato Grosso do Sul – Distribuidora de Energia S/ ⁽⁵⁾	14.731	-	3.279	12.239	-
Energisa Tocantins – Distribuidora de Energia S/A ⁽⁵⁾	8.079	-	144	-	-
Energisa Paraíba – Distribuidora de Energia S/A	7.160	-	-	-	-
Energisa Minas Rio – Distribuidora de Energia S/A	3.242	-	-	-	-
Energisa Sergipe – Distribuidora de Energia S/A	3.408	-	-	-	-
Energisa Acre – Distribuidora de Energia S/A	4.020	-	-	-	-
Energisa Rondônia – Distribuidora de Energia S/A ⁽⁵⁾	7.748	-	(1.846)	-	-
Energisa Goiás Transmissora de Energia I S/A ⁽⁴⁾	-	(165)	(618)	(241)	(377)
Energisa Pará Transmissora de Energia I S/A ⁽⁴⁾	-	(2.276)	(11.074)	(203)	(317)
Energisa Pará Transmissora de Energia II S/A ⁽⁴⁾	-	(142)	(532)	(208)	(325)
Energisa Amazonas Transmissora de Energia S/A ⁽⁴⁾	-	(71)	(268)	(105)	(163)
Energisa Tocantins Transmissora de Energia S/A ⁽⁴⁾	-	(3.114)	(1.019)	(402)	(622)
Energisa Tocantins Transmissora de Energia II S/A ⁽⁴⁾	-	(4.354)	(13)	(5)	(8)
Energisa Amapá Transmissora de Energia S/A ⁽⁴⁾	-	(21)	(79)	(31)	(48)
Energisa Paranaíba Transmissora de Energia S/A ⁽⁴⁾	-	(10)	(11.413)	(15)	(23)
Linhas de Macapá Transmissora de Energia S/A ⁽⁴⁾	-	(495)	(1.855)	(725)	(1.132)
Linhas de Taubaté Transmissora de Energia S/A ⁽⁴⁾	-	(181)	(679)	(265)	(415)
Linhas de Xingu Transmissora de Energia S/A ⁽⁴⁾	-	(571)	(2.135)	(835)	(1.304)
Alsol Energias Renováveis S/A	6.566	(179)	-	(89)	-
Voltz Capital S/A ⁽⁶⁾	541	14	58	29	44
Companhia de Gás dos Espírito Santo – ES GÁS	1.546	-	-	-	-
Energisa Comercializadora de Energia Ltda.	86	-	-	-	-
2025	76.531	(62.034)	(135.236)	(81.747)	(68.584)
2024	67.559	(63.240)	(157.842)	(71.165)	(61.942)

(1) Refere-se a serviços de Call Center e Suporte a TI e foram submetidos à aprovação da ANEEL com vencimento em março/2027. Os custos são referenciados ao modelo de empresa de referência utilizado pela área regulatória da ANEEL para fins tarifários;

(2) **Serviços compartilhados de rotinas administrativas** - refere-se à prestação de serviços complementares de rotinas administrativas aos processos de suprimentos, recursos humanos, infraestrutura administrativa, finanças, contabilidade e faturamento. Os custos são referenciados ao modelo de empresa de referência utilizado pela área regulatória da ANEEL para fins tarifários. O contrato de compartilhamento foi aprovado pela Aneel e firmado em 31 de maio de 2022 com prazo de validade de 60 meses, podendo ser renovado mediante aditivo contratual;

Serviços de informática e licenciamento de softwares - contrato de prestação de serviços de Informática e Licenciamento de Softwares, firmado pelas controladas, em 11 de abril de 2022 com vencimento em 10 de abril de 2027 no valor total de R\$514.599, correspondente ao período de 60 meses, referente: (i) Serviços de Infraestrutura de TI (Tecnologia da Informação) e Contingência; (ii) Serviços de Segurança Cibernética e Compliance; (iii) Licenciamento e Manutenção de Sistemas Comerciais e de BI (Business Intelligence); (iv) Serviço de Implantação de Sistemas e Prestação de Serviços de Suporte em Sistemas Comerciais e Sistemas de BI (Business Intelligence); (v) Licenciamento e Manutenção Sistemas ERP; (vi) Serviço de Implantação de Sistemas e (vii) Prestação de Serviços de Suporte em SISTEMAS ERP. A operação foi contratada refletindo as condições vigentes à época da contratação, de acordo com as boas práticas de mercado, com anuência prévia da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, através do Despacho nº 812, em 24 de março de 2022;

(3) Referem-se a serviços de manutenção de linhas, subestações, engenharia e de projetos. Os contratos foram submetidos à aprovação da ANEEL e são referenciados ao modelo de empresa de referência utilizado pela área regulatória da ANEEL para fins tarifários com vencimentos até 2026;

Refere-se a prestação de serviços de assistência técnica, suporte técnico e níveis de serviço relacionados ao Sistema SCADA para as unidades do Grupo Energisa. A operação foi contratada refletindo as condições vigentes à época da contratação, de acordo com

as boas práticas de mercado com anuência prévia da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, através do Despacho Aneel, nº 3.024, de 19 de outubro de 2022, com data de vigência a partir de 02/09/2022 e vencimento em 02/09/2027.

- (4) Refere-se ao custo de transporte de energia dos centros de geração até os pontos de distribuição, conforme previsto em contrato;
- (5) Refere-se ao contrato de disponibilização do sistema de distribuição (TUSD).
- (6) Serviços de arrecadação de valores relativos a Produtos/Serviços de Parceiros e Parcelas de Dívidas na fatura de energia elétrica.

Companhia	Compartilhamento ⁽¹⁾					
	ETO	EMT	ESS	EMS	2025	2024
Energisa S/A	(17.575)	(40.085)	(7.958)	(15.144)	(80.762)	(69.255)
Energisa Sul Sudeste Distribuidora de Energia S/A	(394)	(359)	-	1.077	324	964
Energisa Mato Grosso Distribuidora de Energia S/A	(1.161)	-	359	5.999	5.197	4.234
Energisa Mato Grosso do Sul Distribuidora de Energia S/A	(3.101)	(5.999)	(1.077)	-	(10.177)	(9.961)
Energisa Tocantins Distribuidora de Energia S/A	-	1.161	394	3.101	4.656	4.763
Energisa Paraíba Distribuidora de Energia S/A	(12.406)	(27.711)	(5.522)	(10.010)	(55.649)	(51.210)
Energisa Minas Rio Distribuidora de Energia S/A	(2.703)	(5.767)	(1.121)	(1.437)	(11.028)	(13.124)
Energisa Sergipe Distribuidora de Energia S/A	(165)	65	73	1.028	1.001	870
Energisa Acre Distribuidora de Energia S/A	(84)	152	77	838	983	1.105
Energisa Rondônia Distribuidora de Energia S/A	(37)	840	296	2.436	3.535	3.406
Energisa Comercializadora de Energia Ltda	(331)	(750)	(140)	(230)	(1.451)	(2.162)
Energisa Pará Transmissora de Energia I S/A	5	38	13	64	120	116
Energisa Goiás Transmissora de Energia I S/A EGO	4	29	10	49	92	89
Energisa Pará Transmissora de Energia II S/A	4	33	11	56	104	100
Energisa Tocantins Transmissora de Energia S/A	8	64	22	110	204	198
Energisa Amazonas Transmissora de Energia S/A	4	27	9	46	86	84
Energisa Paranaíba Transmissora de Energia S/A	1	4	1	7	13	12
Linhas de Macapá Transmissora de Energia S/A	(8)	40	19	124	175	254
Linhas de Xingu Transmissora de Energia S/A	13	96	32	161	302	290
Linhas de Taubaté Transmissora de Energia S/A	17	126	42	213	398	382
Energisa Geração Central Solar Rio do Peixe I S/A	1	11	4	18	34	33
Energisa Geração Central Solar Rio do Peixe II S/A	1	10	3	16	30	30
Companhia de Gás do Espírito Santo	5	34	10	55	104	127
TOTAL	(37.902)	(77.941)	(14.443)	(11.423)	(141.709)	(128.655)

- (1) Contrato de Compartilhamento: em 29 de março de 2022 foi firmado contrato compartilhamento de recursos humanos, de infraestrutura e rateio de despesas entre as empresas do Grupo Energisa, com vencimento em 28 de março de 2027, correspondente ao período de 60 meses. A operação foi contratada refletindo as condições vigentes à época da contratação, de acordo com as boas práticas de mercado, com anuência prévia da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, através do Despacho nº 834, em 25 de março de 2022.

Remuneração dos administradores

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Remuneração anual ⁽¹⁾	578	235	36.158	35.141
Remuneração dos membros do Conselho de Administração	-	-	1.577	1.429
Remuneração da Diretoria	322	250	13.300	13.251
Outros Benefícios ⁽¹⁾	90	113	10.877	11.971

- (1) Inclui, encargos sociais, benefícios de previdência privada, seguro saúde e seguro de vida.

A maior e a menor remuneração atribuída aos dirigentes e conselheiros relativas a 2025 foram R\$9 e R\$6 (R\$17 e R\$6 em 2024) na controladora e R\$101 e R\$3 (R\$101 e R\$3 em 2024) no consolidado. A remuneração média mensal em 2025 foi de R\$8 (R\$10 em 2024) na controladora e R\$56 (R\$50 em 2024) no consolidado.

Programa de Remuneração Variável (Plano de Incentivo de Longo Prazo - ILP)

As controladas ofereceram aos seus executivos um plano de (ILP). Este plano tem por objetivo (i) o alinhamento de interesses entre acionistas e executivos; (ii) a promoção da meritocracia; (iii) a retenção de executivos de bom desempenho; (iv) o estímulo de resultados sustentáveis e atingimento de metas empresariais, com compartilhamento da criação de valor. O benefício é direcionado aos executivos da Companhia a ser pago em *Units* da controladora Energisa S/A, até o limite previsto de 0,5% do capital social das controladas, na data de aprovação do Plano que será baseado em um valor definido para cada nível levando em consideração o desempenho individual consignado no contrato de concessão de ações *units*, de acordo com o escopo de cada executivo. O plano foi aprovado em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária de 25 de abril de 2018 e seu regulamento foi aprovado em 10 de maio de 2018.

Atualmente, as controladas possuem um total de três programas de concessão de ações *units* em andamento: (i) 6º Programa, que se divide em dois, sendo o primeiro de *Restricted Shares (Matching)*, iniciado em dezembro de 2023 e o segundo *Performance Shares*, este último iniciado em outubro de 2023, ambos com encerramento do *vesting* previsto para maio de 2026, (ii) o 7º Programa, que se divide em quatro, sendo três de *Restricted Shares (Matching, Extraordinário e Matching Líderes)* e o segundo *Performance Shares*, ambos iniciados em maio de 2024, ambos com encerramento do *vesting* previsto para maio de 2027 e (iii) 8º Programa, que se divide em cinco, sendo três de *Restricted Shares (Matching, Extraordinário e Matching Líderes)* e o segundo *Performance Shares*, ambos iniciados em maio de 2025, ambos com encerramento do *vesting* previsto para maio de 2028.

O 6º, 7º e 8º Programas de *Performance Shares* são associados as condições de performance *Total Shareholder Return* (TSR) Relativo e Valorização do Preço da Ação (ENGI11), que ao final do período de *vesting*, dependendo do atingimento, modificam o resultado do programa.

O 6º, 7º e 8º Programas de *Restricted Shares* são associados ao cumprimento da aquisição de uma quantidade de *units* ENGI11 e, após o período de *vesting*, caso não tenha ocorrido nenhuma movimentação nas *units* por parte do participante, ele receberá a transferência do mesmo número de *units* compradas (1:1), ou seja, para 1 (uma) *unit* adquirida, o beneficiário receberá também 1 (uma) *unit*, adicionadas das *units* Extraordinárias para os beneficiários elegíveis.

Para determinação do valor justo foram utilizadas as seguintes premissas:

	5º programa	6º programa (Restricted Shares)	6º programa (Performance Shares)	7º programa (Restricted Shares)	7º programa (Performance Shares)	7º Programa de Concessão de Ações_Extrao rdinário 2024	7º Programa de Concessão de Ações_Matchi ng 2024 - Líderes	8º programa (Restricted Shares)	8º programa (Performance Shares)	8º Programa de Concessão de Ações_Extrao rdinário 2025	8º Programa de Concessão de Ações_Matchi ng 2025 - Líderes
Método de Cálculo	Monte Carlo	Último pregão	Monte Carlo	Último pregão	Monte Carlo	Último pregão	Último pregão	Último pregão	Monte Carlo	Último pregão	Último pregão
Total de opções de ações outorgadas	119.653	68.379	68.379	67.654	67.654	30.439	5.345	86.760	86.760	48.623	10.385
Opções de ações prescritas	119.653	3.823	3.649	N/A	N/A	N/A	1.323	N/A	N/A	N/A	N/A
Data de aprovação do Conselho de Administração	12/05/2022	27/09/2023	27/09/2023	08/05/2024	08/05/2024	08/05/2024	08/05/2024	08/05/2025	08/05/2025	08/05/2025	08/05/2025
<i>vesting</i>	13/05/2022	11/12/2023	30/10/2023	18/05/2024	09/05/2024	18/05/2024	01/06/2024	12/05/2025	12/05/2025	12/05/2025	12/05/2025
Prazo de carência	3 anos	2 anos e 5 meses	2 anos e 5 meses	3 anos	3 anos	3 anos	3 anos	3 anos	3 anos	3 anos	3 anos
Taxa de juros livre de risco	12,55%	N/A	11,09%	N/A	10,97%	N/A	N/A	N/A	13,47%	N/A	N/A
Projeção dos depósitos interfinanceiros – DI	DI1F2025	N/A	DI1J2026	N/A	DI1J2027	N/A	N/A	N/A	DI1J2028	N/A	N/A
Volatilidade ⁽¹⁾	34,88%	N/A	28,03%	N/A	27,28%	N/A	N/A	N/A	26,73%	N/A	N/A
Valor justo na data da outorga	R\$37,90	R\$51,75	R\$44,11	46,79	48,56	46,79	45,71	45,05	41,38	45,05	45,05
Movimentação	Encerrado	Em operação	Em operação	Em operação	Em operação	Em operação	Em operação	Em operação	Em operação	Em operação	Em operação

⁽¹⁾ Volatilidade e correlação entre os preços de ação (da Energisa S/A e dos concorrentes considerados no IEE ("Índice de Energia Elétrica e seus pares") para o *Total Shareholder Return* (TSR)) foram calculadas com base nos valores históricos de 1 ano anterior à data de outorga do programa.

Em 20 de maio de 2025 foram assinados os termos de quitação e ciência do 5º Programa do Plano de Incentivo de Longo Prazo, onde não houve a transferência de propriedade de *Units* previstos no programa, em decorrência do não atingimento do Fator de Desempenho contratado.

Para os programas em operação não há opções exercíveis ou expiradas em 30 de setembro de 2025.

Devido as características específicas do Plano de Incentivo de Longo Prazo da Companhia, divulgadas acima, não há preço de exercício ou limite para exercício.

Em atendimento ao IFRS 2/CPC 10, as controladas apuraram o valor justo das ações *units* restritas com condições de performance (*Performance Shares*) outorgadas com base no modelo de Monte Carlo para permitir a incorporação das condições de carência de mercado no valor justo do ativo. A despesa é reconhecida em uma base “*pró rata temporis*”, que se inicia na data da outorga, até a data em que o beneficiário adquire o direito a receber as ações *units*.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, foram reconhecidos R\$4.174 (R\$42 em 2024) no consolidado decorrente do Plano de Outorga de Opção de Ações na demonstração do resultado na rubrica de despesas gerais e administrativas – pessoal e administradores. O montante reconhecido como reserva de capital no patrimônio líquido acumula em 31 de dezembro de 2025 o montante de R\$14.931 (R\$10.209 em 2024).

13. Créditos tributários, tributos diferidos e despesa de imposto de renda e contribuição social corrente

A Companhia e suas controladas possuem prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social não reconhecidos nas demonstrações financeiras no montante de R\$517.042 (R\$ 649.373 em 2024) na controladora e R\$ 1.066.815 (R\$ 1.463.346 em 2024) no consolidado em razão da ausência de expectativa de geração de lucros tributáveis futuros suficientes para sua realização no horizonte de projeção considerado.

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Ativo				
Prejuízos fiscais	-	-	145.449	150.265
Base negativa da contribuição social	-	-	52.361	54.095
Diferenças temporárias:		-		
Imposto de renda	-	-	326.824	299.585
Contribuição social	-	-	117.657	107.851
Total – ativo não circulante	-	-	642.291	611.796
Passivo				
Diferenças Temporárias:				
Imposto de renda	(256.119)	(249.793)	(1.359.499)	(1.478.512)
Contribuição social	(92.203)	(89.926)	(489.420)	(532.264)
Total – passivo não circulante	(348.322)	(339.719)	(1.848.919)	(2.010.776)
Total líquido – passivo não circulante	(348.322)	(339.719)	(1.206.628)	(1.398.980)

A natureza dos tributos diferidos são como segue:

	Controladora			
	2025		2024	
	Base de cálculo	IRPJ + CSSL	Base de cálculo	IRPJ + CSSL
Ativo/Passivo				
Ajuste a valor presente (AVP)	(892.219)	(303.355)	(925.963)	(314.827)
Por Deságio sobre investimento	(132.256)	(44.967)	(73.211)	(24.892)
Total - passivo não circulante	(1.024.475)	(348.322)	(999.174)	(339.719)

	Consolidado			
	2025		2024	
	Base de cálculo	IRPJ + CSSL	Base de cálculo	IRPJ + CSSL
Ativo/Passivo				
Prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social	581.794	197.810	601.058	204.360
Provisão para perdas esperadas de crédito de liquidação duvidosa - PPECLD	782.444	266.031	723.211	245.892
Outras provisões (honorários advocatícios e outras)	310.241	105.482	230.890	78.503
Provisão para contingências judiciais e administrativas	107.011	36.384	122.918	41.792
Provisão para ajustes atuariais	65.302	22.203	88.436	30.068
Marcação a mercado – derivativos	20.768	7.061	(342.767)	(116.541)
Créditos fiscais – ágio	21.531	7.321	32.297	10.981
Contratos e prestações de serviços	-	-	588	200
Parcela do VNR – ativo financeiro indenizável da concessão e atualizações ⁽¹⁾	(2.987.200)	(1.015.648)	(2.572.149)	(874.531)
Ajuste a valor presente (dívidas) ⁽²⁾	(1.645.955)	(559.625)	(1.726.414)	(586.981)
Intangível – mais-valia	(363.440)	(123.570)	(498.711)	(169.562)
Resultado auferido na combinação de negócios	(188.937)	(64.239)	(188.938)	(64.239)
Provisão para IRPJ e CSSL sobre encargos capitalizados	(124.429)	(42.306)	(85.127)	(28.943)
Marcação a mercado – dívida	(73.881)	(25.119)	(306.496)	(104.209)
Amortização Intangível – Renovação de Concessão	(32.555)	(11.069)	(33.072)	(11.244)
Encargos sobre reservas de reavaliação	(20.008)	(6.803)	(30.256)	(10.287)
Outras diferenças temporárias	(1.598)	(541)	(130.116)	(44.239)
Total	(3.548.912)	(1.206.629)	(4.114.648)	(1.398.980)
Total - Ativo Não Circulante	1.889.091	642.291	1.799.398	611.796
Total - Passivo Não Circulante	(5.438.003)	(1.848.920)	(5.914.046)	(2.010.776)

⁽¹⁾ **Parcela do VNR** – ativo financeiro indenizável da concessão e atualizações: refere-se ao Imposto de renda e contribuição social incidentes sobre a parcela do ativo financeiro indenizável da concessão – VNR das controladas EMT, EMS, ETO e ESS.

⁽²⁾ **Ajustes a valor presente:** refere-se basicamente ao ajuste a valor presente, registrado pela Companhia e pela sua controlada CTCE, para os créditos dos credores que fizeram no Plano de Recuperação Judicial opções para os recebimentos de seus créditos – opções A e B.

A realização projetada dos ativos fiscais diferidos está demonstrada e seguir:

Exercício	Consolidado
2026	44.774
2027	53.333
2028	48.265
2029	42.934
2030	34.835
2031 a 2033	149.978
Após 2033	268.172
Total	642.291

Os valores de imposto de renda e contribuição social que afetaram o resultado do exercício, bem como a movimentação dos créditos tributários, estão demonstrados a seguir:

	Controladora	
	2025	2024
Resultado antes dos tributos sobre o lucro	1.191.089	1.476.946
Alíquota fiscal combinada nominal	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas fiscais nominais	(404.970)	(502.162)
Ajustes:		
Resultado de equivalência patrimonial	438.310	544.901
Créditos tributários não constituídos no exercício	(21.075)	(28.709)
Despesas indedutíveis (doações, brindes, multa, etc.)	-	(24)
Outros ajustes	(23)	(14.823)
Imposto de renda e contribuição social	12.242	(817)

	Consolidado	
	2025	2024
Resultado antes dos tributos sobre o lucro	2.036.964	2.273.920
Alíquota fiscal combinada nominal	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas fiscais nominais	(692.568)	(773.133)
Ajustes:		
Juros Selic sobre recuperação de indébitos tributários (SUDAM) ⁽¹⁾	219.317	229.356
Incentivo fiscal – Pesquisa, desenvolvimento e inovação tecnológica ⁽²⁾	16.025	17.627
Incentivo fiscal – Outros ⁽³⁾	50.178	24.789
Créditos tributários constituídos no exercício	381	(11.170)
Juros Selic sobre recuperação de indébitos tributários ⁽⁴⁾	16.364	25.708
Reconhecimento de indébitos tributários e outros ⁽⁴⁾	115.286	252.100
Créditos tributários não constituídos no exercício	(25.187)	(30.259)
Despesas indedutíveis (doações, brindes, multa, etc.)	(1.551)	(5.020)
Outros ajustes	(57.310)	4.087
Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro	(359.065)	(265.915)
Alíquota efetiva	17,63%	11,69%

- ⁽¹⁾ As controladas EMT e ETO, obtiveram o direito à redução de 75%, reconhecidos pela RFB, conforme Atos Declaratórios Executivos – ADE's nºs 024207110 e 024246195, publicados respectivamente, em 11 de março de 2024 e 12 de abril de 2024, estando as duas controladas plenamente habilitadas à utilização do benefício, até o ano de 2032.

Depósitos para reinvestimento: Trata-se da parcela de 30% do Imposto de Renda, para ser reinvestidos em seus projetos instalados na área de atuação da SUDAM, para o desenvolvimento regional.

A seguir, demonstra-se a vigências dos laudos construtivos, bem como os incentivos reconhecidos pelas controladas:

Controlada	Órgão	Nº do Laudo Constitutivo	Vigência	Redução 75%	Depósitos p/Reinvestimento (30%)	2025	2024
EMT	SUDAM	0176/2023	01/01/2023 A 31/12/2032	113.376	-	113.376	151.845
ETO	SUDAM	0150/2023	01/01/2023 A 31/12/2032	105.941	-	105.941	77.511
Totais				219.317	-	219.317	229.356

- ⁽²⁾ Refere-se aos investimentos realizados em projetos de pesquisa, desenvolvimento e inovação tecnológica em conformidade com a Lei nº 11.196/2005.

- ⁽³⁾ Referem-se. Basicamente, a outros incentivos fiscais utilizados pela Companhia e controladas, como: PAT (Programa de Alimentação do Trabalhador), Acréscimo Moratório, Doações/Patrocínios Culturais, Lei nº 8.313/91 e Projetos Desportivos, Lei nº 11.438/2006. Em 2025 inclui os efeitos do incentivo fiscal do PAT

(Programa de Alimentação do Trabalhador), cuja dedução em dobro está prevista no art. 1º da Lei nº 6.321/1976, observado o limite de 4% do IRPJ devido, conforme art. 6º, I, da Lei nº 9.532/1997, em consonância com os entendimentos consolidados pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional nos Pareceres SEI nº 268/2023/MF e nº 1.506/2024/MF.

(4) **Reconhecimento do crédito de IRPJ e da CSLL sobre juros Selic sobre indêbitos tributários:** a Companhia, até o ano-calendário de 2023, optou pelo não reconhecimento do crédito fiscal (Ativo) de IRPJ e da CSLL incidente sobre os juros de mora (Selic) recuperados em face de indêbitos tributários - caracterizados como "indenizatórios", por se destinarem a recompor as efetivas perdas (danos patrimoniais), segundo o entendimento firmado pelo STF em setembro de 2021.

Porém, a partir do ano-calendário de 2024, a Companhia reavaliou sua posição conjuntamente com os seus assessores jurídicos tributários, tendo em vista a publicação da Solução de Consulta COSIT nº 308/2023, na qual a própria Receita Federal do Brasil - RFB entendeu o direito das concessionárias/permissionárias do serviço público de distribuição de energia elétrica reconhecerem o crédito fiscal.

Assim, com esse cenário positivo exteriorizado pelas Autoridades Fiscais, a Companhia optou por reconhecer, o montante do crédito de IRPJ e da CSLL advindos juros de mora (Selic) incidentes sobre indêbitos tributários caracterizados como "indenizatórios", por se destinarem a recompor as efetivas perdas (danos patrimoniais), segundo o entendimento firmado pelo STF em setembro de 2021.

Pat em dobro/Custo de Debêntures/Benefício pós-emprego (unificado):

Inclui créditos tributários de exercícios anteriores utilizados pela Companhia no período, bem como os efeitos do incentivo fiscal do Programa de Alimentação do Trabalhador (PAT), com dedução em dobro prevista no art. 1º da Lei nº 6.321/1976, observado o limite de 4% do IRPJ devido, conforme art. 6º, I, da Lei nº 9.532/1997, bem como à adequação do tratamento fiscal dos custos de emissão de debêntures, nos termos do art. 38-B do Decreto-Lei nº 1.598/1977. Inclui, ainda, efeitos relacionados aos benefícios pós-emprego, cujas provisões atuariais não são dedutíveis até sua realização financeira, gerando diferenças temporárias e respectivos impostos diferidos, sendo as contribuições efetivamente pagas, inclusive para equacionamento de déficit atuarial, quando formalizado por contrato de confissão de dívida, dedutíveis para fins de IRPJ e CSLL, observado o limite de 20% da folha, nos termos do art. 11 da Lei nº 9.532/1997.

14. Ativo financeiro indenizável da concessão – consolidado

Os contratos de distribuição de energia elétrica das controladas estão dentro dos critérios de aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 (IFRIC 12), que trata de contratos de concessão, e referem-se à infraestrutura investida que será objeto de indenização do Poder Concedente, durante o exercício e ao final das concessões, estão classificados como ativos financeiros e mensurados ao valor justo por meio do resultado conforme previsto no marco regulatório do segmento e nos contratos de concessão assinados pelas controladas e ANEEL.

A remuneração do ativo financeiro indenizável da concessão foi registrada em receitas operacionais no resultado do exercício como receita de ativo financeiro indenizável da concessão no montante de R\$455.599 (R\$453.078 em 2024).

Seguem as movimentações ocorridas no exercício:

Empresas	SalDOS em 2024	Adições ⁽¹⁾	Baixas	Receitas operacionais - ativo financeiro indenizável da concessão ⁽²⁾	SalDOS em 2025
EMT	6.851.531	1.129.726	(52.443)	307.901	8.236.715
ETO	174.761	48.659	(338)	(9.706)	213.376
EMS	3.274.065	584.217	(31.707)	144.681	3.971.256
ESS	291.687	123.955	(299)	12.723	428.066
Total - não circulante	10.592.044	1.886.557	(84.787)	455.599	12.849.413

Empresas	SalDOS em 2023	Adições ⁽¹⁾	Baixas	Receitas operacionais - ativo financeiro indenizável da concessão ⁽²⁾	SalDOS em 2024
----------	----------------	------------------------	--------	--	----------------

EMT	5.557.646	1.047.908	(51.071)	297.048	6.851.531
ETO	97.011	72.264	(29)	5.515	174.761
EMS	2.659.695	496.517	(20.719)	138.572	3.274.065
ESS	217.816	62.122	(194)	11.943	291.687
Total - não circulante	8.532.168	1.678.811	(72.013)	453.078	10.592.044

(1) Adições: referem-se à transferência originadas do ativo contratual – infraestrutura em construção.

(2) Os ativos financeiros indenizáveis da concessão estão demonstrados e classificados a valor justo por meio do resultado, atualizados pela variação mensal do IPCA, índice de remuneração utilizado pelo regulador nos processos de revisão tarifária, reduzido pelo percentual de glosas históricas apurados em homologações anteriores, refletindo a melhor estimativa da Administração do valor justo do ativo.

15. Investimentos

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Participação em controladas	7.068.136	5.537.648	-	-
Outros	103	103	7.518	8.747
Total	7.068.239	5.537.751	7.518	8.747

Participação em controladas:

2025									
Informações sobre as controladas								Informações sobre o investimento da controladora	
Controladas	%	Nº ações / cotas detidas / mil	Capital social	Ativo	Passivo	Patrimônio Líquido	Resultado do exercício	Equivalência Patrimonial	Investimentos
Distribuição								1.144.079	7.023.612
ETO	76,67	500	534.832	4.594.811	3.118.697	1.476.114	431.597	330.910	1.131.754
EMT ⁽¹⁾	97,51	213,493	1.680.454	15.553.606	11.517.216	4.036.390	829.241	456.666	3.935.940
EMS	99,93	647	616.733	8.253.554	7.032.283	1.221.271	359.860	217.429	1.220.477
ESS	99,26	96	534.717	3.695.892	2.954.942	740.950	140.114	139.074	735.441
Comercialização								(19.448)	-
CTCE ⁽²⁾	100	625	2.965	3.914	259.011	(255.097)	(19.450)	(19.448)	-
Prestação de Serviços								19.589	41.917
MULTI	99,90	1	8.620	57.189	15.230	41.959	19.609	19.589	41.917
Holdings e demais Companhias								144.928	2.607
QMRA	100	4,371	2.194	3.271	664	2.607	232	232	2.607
REDE POWER	-	-	-	-	-	-	144.709	144.696	-
Total								1.289.148	7.068.136

(1) Em 19 de dezembro de 2025, a EPM aumentou o capital social da Companhia considerando a transferência (i) da totalidade das ações da EMT de sua titularidade, conforme laudo de avaliação preparado por empresa especializada; e (ii) o saldo de crédito líquido, vencido e exigível, detido pela Companhia, decorrente de contrato de mútuo celebrado entre as partes, no montante de R\$321.260. Essa transação alterou a participação societária na Companhia de 29,57% para 42,12% e subsequentemente aumento de participação da Companhia na EMT, que passou de 57,68% em 2024 para 97,51% em 2025.

2024									
Informações sobre as controladas								Informações sobre o investimento da controladora	
Controladas	%	Nº ações / cotas detidas / mil	Capital social	Ativo	Passivo	Patrimônio Líquido	Resultado do exercício	Equivalência Patrimonial	Investimentos
Distribuição								1.395.226	5.025.471
ETO	76,67	500	532.190	4.307.382	2.972.624	1.334.758	376.189	288.429	1.023.376
EMT	57,68	126.292	1.677.113	14.391.612	9.985.907	4.405.705	1.045.969	603.346	2.541.343
EMS	64,01	414	616.733	7.401.197	6.094.740	1.306.457	557.304	356.736	836.276
ESS	99,26	96	534.717	3.279.417	2.650.263	629.154	147.814	146.715	624.476
Comercialização								(14.480)	-
CTCE ⁽²⁾	99,98	5	2.345	3.670	243.368	(239.698)	(14.483)	(14.480)	-
Prestação de Serviços								13.383	30.619
MULTI	99,90	1	8.617	40.291	9.641	30.650	13.397	13.383	30.619
Holdings e demais Companhias								208.521	481.558
QMRA	100	4.371	2.194	3.086	566	2.520	127	127	2.520
REDE POWER	100	263	235.379	502.702	23.616	479.086	208.415	208.394	479.038
Total								1.602.650	5.537.648

⁽²⁾ A Companhia constituiu provisão referente ao passivo a descoberto de sua controlada CTCE no montante de R\$255.097 (R\$239.646 em 2024) registrado em provisões para perdas em participação societária no passivo não circulante.

Movimentação dos investimentos:

Controlada	Saldos em 2024	Subscrição/aquisição e AFAC	Ganho/(Perda) aquisição de ações ⁽¹⁾	Transferência	Dividendos	Outros Resultados Abrangentes	Equivalência Patrimonial	Saldos em 2025
Distribuição	5.025.471	-	3.330	2.075.893	(1.242.306)	17.145	1.144.079	7.023.612
ETO	1.023.376	-	817	-	(224.897)	1.548	330.910	1.131.754
EMT	2.541.343	-	1.265	1.627.262	(693.991)	3.395	456.666	3.935.940
EMS	836.276	-	653	448.631	(290.468)	7.956	217.429	1.220.477
ESS	624.476	-	595	-	(32.950)	4.246	139.074	735.441
Comercialização	-	4.000	(53)	-	-	-	(19.448)	-
CTCE	-	4.000	(53)	-	-	-	(19.448)	-
Prestação de Serviços	30.619	-	16	-	(8.076)	(231)	19.589	41.917
MULTI	30.619	-	16	-	(8.076)	(231)	19.589	41.917
Holdings e demais companhias	481.558	-	171	(446.162)	(177.888)	-	144.928	2.607
QMRA	2.520	-	-	-	(145)	-	232	2.607
REDE POWER	479.038	-	171	(446.162)	(177.743)	-	144.696	-
Total	5.537.648	4.000	3.464	1.629.731	(1.428.270)	16.914	1.289.148	7.068.136

⁽¹⁾ Transação entre sócios apurada no investimento junto as controladas, reflexas de perda no montante de R\$3.464 referente a: (i) R\$53 ganho em recebimento de dividendos da controlada Rede Power; (ii) R\$53 refere-se perda com a controlada CTCE por mudança de percentual de participação, (iii) R\$66 refere-se perda com a controlada EMT por mudança de percentual de participação e (iv) ganhos por equivalência no valor de R\$3.530 referente a implementação do programa de remuneração variável, através de concessão de ações, denominada Incentivo de Longo Prazo (ILP) das controladas.

Controlada	Saldos em 2023	Ganho/(Perda) aquisição de ações ⁽¹⁾	Dividendos	Outros Resultados Abrangentes	Equivalência Patrimonial	Saldos em 2024
Distribuição	4.614.259	48	(1.014.529)	30.742	1.395.226	5.025.471
ETO	886.570	84	(159.151)	7.444	288.429	1.023.376
EMT	2.277.932	(119)	(346.963)	7.147	603.346	2.541.343
EMS	836.591	101	(362.728)	5.851	356.736	836.276
ESS	613.166	(18)	(145.687)	10.300	146.715	624.476
Comercialização	-	-	-	-	(14.480)	-
CTCE	-	-	-	-	(14.480)	-
Prestação de Serviços	17.232	-	-	4	13.383	30.619
MULTI	17.232	-	-	4	13.383	30.619
Holdings e demais companhias	492.182	78	(222.353)	3.285	208.521	481.558
QMRA	2.585	-	(192)	-	127	2.520
REDE POWER	489.597	78	(222.161)	3.285	208.394	479.038
Total	5.123.673	126	(1.236.882)	34.031	1.602.650	5.537.648

⁽¹⁾ Inclui: (i) transação entre sócios apurada no investimento junto as controladas, reflexas de ganho no montante de R\$22, referente a perda em recebimento de dividendos da controlada Rede Power e (ii) ganhos por equivalência no valor de R\$104 referente a implementação do programa de remuneração variável, através de concessão de ações, denominada Incentivo de Longo Prazo (ILP) das controladas.

16. Ativo contratual – infraestrutura em construção – consolidado

No ativo contratual são registrados, os gastos que são diretamente atribuíveis a aquisição e construção dos ativos, tais como: (i) O custo de materiais e mão de obra direta; (ii) quaisquer outros custos para colocar o ativo no local em condições necessárias para que sejam capazes de operar na sua plenitude; e (iii) os juros incorridos sobre empréstimos, financiamentos ao custo de construção da infraestrutura, apropriados considerando os determinados critérios para capitalização, como aplicação da taxa média ponderada e juros de contratos específicos de acordo com o normativo do CPC 20.

	Saldos em 2024	Adições	Transferências			Saldos em 2025
			Intangível – contrato de concessão ⁽¹⁾	Ativo financeiro indenizável da concessão ⁽²⁾	Outros ⁽¹⁾	
Ativo contratual – infraestrutura em construção						
Em construção	1.707.626	3.879.971	(1.153.273)	(1.996.546)	7.488	2.445.266
(-) Obrigações Vinculadas à Concessão						
Em construção	354.060	235.181	(114.720)	(109.989)	-	364.532
Total do ativo contratual – infraestrutura em construção	1.353.566	3.644.790	(1.038.553)	(1.886.557)	7.488	2.080.734

	Saldos em 2023	Adições	Transferências			Saldos em 2024
			Intangível – contrato de concessão ⁽¹⁾	Ativo financeiro indenizável da concessão ⁽²⁾	Outros ⁽¹⁾	
Ativo contratual – infraestrutura em construção						
Em construção	1.517.473	3.361.386	(1.325.970)	(1.857.773)	12.510	1.707.626
(-) Obrigações Vinculadas à Concessão						
Em construção	383.310	359.642	(209.930)	(178.962)	-	354.060
Total do ativo contratual – infraestrutura em construção	1.134.163	3.001.744	(1.116.040)	(1.678.811)	12.510	1.353.566

⁽¹⁾ O montante de R\$1.038.553 (R\$1.116.040 em 2024) foi para o intangível contrato de concessão, o montante de R\$7.488 (R\$12.510 em 2024) foi reclassificado do imobilizado.

⁽²⁾ O montante de R\$1.886.557 (R\$1.678.811 em 2024) foi transferido para o Ativo financeiro indenizável da concessão.

17. Imobilizado – consolidado

Os itens do imobilizado são registrados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzidos da depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (impairment) acumuladas, quando aplicável.

Por natureza, os valores dos ativos imobilizados do consolidado estão compostos da seguinte forma:

	Taxa média de depreciação	Saldos em 2024	Adição	Transferências ⁽¹⁾	Baixas	Depreciação	Saldos em 2025
Imobilizado em serviço							
Custo							
Terrenos		12	-	-	-	-	12
Edificações, obras civis e benfeitorias	3,33%	46.062	-	11.606	-	-	57.668
Máquinas e equipamentos	12,22%	191.294	-	19.716	(848)	-	210.162
Veículos	14,29%	7.735	-	291	(73)	-	7.953
Móveis e utensílios	6,25%	37.212	-	1.481	-	-	38.693
Total do imobilizado em serviço		282.315	-	33.094	(921)	-	314.488
Depreciação acumulada							
Edificações, obras civis e benfeitorias		(4.325)	-	-	-	(1.588)	(5.913)
Máquinas e equipamentos		(132.671)	-	-	2	(11.284)	(143.953)
Veículos		(1.215)	-	-	22	(1.115)	(2.308)
Móveis e utensílios		(24.004)	-	-	-	(1.335)	(25.339)
Total depreciação acumulada		(162.215)	-	-	24	(15.322)	(177.513)
Subtotal imobilizado		120.100	-	33.094	(897)	(15.322)	136.975
Imobilizado em curso		21.377	35.421	(40.983)	-	-	15.815
Total do imobilizado		141.477	35.421	(7.889)	(897)	(15.322)	152.790

	Taxa média de depreciação	Saldos em 2023	Adição	Transferências ⁽¹⁾	Baixas	Depreciação	Saldos em 2024
Imobilizado em serviço							
Custo							
Terrenos		12	-	-	-	-	12
Edificações, obras civis e benfeitorias	3,33%	41.542	-	4.520	-	-	46.062
Máquinas e equipamentos	12,76%	171.806	-	19.495	(7)	-	191.294
Veículos	14,29%	5.400	-	2.885	(550)	-	7.735
Móveis e utensílios	6,25%	35.085	-	2.127	-	-	37.212
Total do imobilizado em serviço		253.845	-	29.027	(557)	-	282.315
Depreciação acumulada							
Edificações, obras civis e benfeitorias		(2.874)	-	-	-	(1.451)	(4.325)
Máquinas e equipamentos		(121.841)	-	-	1	(10.831)	(132.671)
Veículos		(511)	-	-	194	(898)	(1.215)
Móveis e utensílios		(22.742)	-	-	-	(1.262)	(24.004)
Total depreciação acumulada		(147.968)	-	-	195	(14.442)	(162.215)
Subtotal imobilizado		105.877	-	29.027	(362)	(14.442)	120.100
Imobilizado em curso		19.258	44.010	(41.891)	-	-	21.377
Total do imobilizado		125.135	44.010	(12.864)	(362)	(14.442)	141.477

⁽¹⁾ Do montante negativo de R\$7.889 (R\$12.864 em 2024), R\$401 refere-se às reclassificações do Intangível – software e o montante negativo de R\$7.488 refere-se às reclassificações para o Ativo contratual – infraestrutura em construção.

18. Intangível – consolidado

	2025	2024
Intangível – contrato de concessão	5.747.262	5.738.310
Intangível – direito de uso	27.452	21.114
Intangível – software	253.010	211.968
Total	6.027.724	5.971.392

18.1. Intangível – contrato de concessão

	Taxa média de amortização	Saldos em 2024	Adição ⁽¹⁾	Baixas ⁽²⁾	Amortização ⁽³⁾	Saldos em 2025
Intangível em serviço						
Custo	4,21%	18.620.605	1.153.298	(282.280)	-	19.491.623
Amortização acumulada		(11.434.138)	(25)	215.999	(1.169.942)	(12.388.106)
Subtotal		7.186.467	1.153.273	(66.281)	(1.169.942)	7.103.517
(-) Obrigações vinculadas à concessão						
Custo	3,94%	4.354.763	114.720	(25)	-	4.469.458
Amortização acumulada		(2.906.606)	-	-	(206.597)	(3.113.203)
Total das obrigações vinculadas à concessão		1.448.157	114.720	(25)	(206.597)	1.356.255
Total do intangível – contrato de concessão		5.738.310	1.038.553	(66.256)	(963.345)	5.747.262

	Taxa média de amortização	Saldos em 2023	Adição ⁽¹⁾	Baixas ⁽²⁾	Amortização ⁽³⁾	Saldos em 2024
Intangível em serviço						
Custo	4,20%	17.547.985	1.326.267	(253.647)	-	18.620.605
Amortização acumulada		(10.576.749)	(3.932)	194.432	(1.047.889)	(11.434.138)
Subtotal		6.971.236	1.322.335	(59.215)	(1.047.889)	7.186.467
(-) Obrigações vinculadas à concessão						
Custo	3,91%	4.152.726	210.022	(7.985)	-	4.354.763
Amortização acumulada		(2.699.807)	(3.727)	-	(203.072)	(2.906.606)
Total das obrigações vinculadas à concessão		1.452.919	206.295	(7.985)	(203.072)	1.448.157
Total do intangível – contrato de concessão		5.518.317	1.116.040	(51.230)	(844.817)	5.738.310

⁽¹⁾ O montante total de R\$1.038.553 (R\$1.116.040 em 2024), foi transferido do ativo contratual – infraestrutura em construção.

⁽²⁾ As baixas no montante de R\$66.256 (R\$51.230 em 2024) referem-se às baixas realizadas no exercício contabilizadas nas Ordens de Desativação – ODD, e, ao final do processo os valores são transferidos para a demonstração do resultado do exercício na rubrica de outras receitas (despesas) operacionais.

⁽³⁾ As controladas EMT, EMS, ETO e ESS registraram no exercício, crédito de PIS e COFINS sobre amortização dos bens e equipamentos no montante de R\$39.665 (R\$38.322 em 2024) e não inclui o montante de R\$843 (R\$952 em 2024) referente a despesa de amortização de provisão de incorporação de redes.

Obrigações vinculadas a concessão

O saldo do intangível e ativo financeiro indenizável da concessão estão reduzidos pelas obrigações vinculadas à concessão, que são representadas por:

Obrigações vinculadas à concessão:	2025	2024
Contribuições do consumidor ⁽¹⁾	2.804.562	2.598.413
Participação da União, Estados e Municípios ⁽²⁾	3.257.597	3.228.017
Reserva para reversão ⁽³⁾	3.663	4.236
Receitas de ultrapassagem de demanda e energia reativa excedente	241.720	241.720
(-) Amortização acumulada	(3.113.203)	(2.906.606)
Total	3.194.339	3.165.780
Alocação:		
Ativo financeiro indenizável da concessão	1.473.552	1.363.563
Ativo contratual – infraestrutura em construção	364.532	354.060
Intangível – contrato de concessão	1.356.255	1.448.157
Total	3.194.339	3.165.780

- (1) As contribuições do consumidor representam a participação de terceiros em obras para fornecimento de energia elétrica, bem como, valores aplicados em Programas de Eficiência Energética – PEE e Programa de Pesquisa e Desenvolvimento – P&D, cujos resultados se revertam em bens destinados à concessão.
- (2) Inclui participação da União (recursos provenientes da Conta de Desenvolvimento Energético – CDE) e a participação do Governo do Estado, destinadas ao Programa Luz para Todos; recursos da Conta de Consumo de Combustíveis Fósseis – CCC que envolvem na sub-rogação do direito de uso, devido à implantação de projetos elétricos que proporcionaram a redução do dispêndio da CCC.
- (3) A reserva para reversão constituída até 31 de dezembro de 1971, representa o montante de recursos provenientes do fundo de reversão, os quais foram aplicados em projetos de expansão da Companhia, incidindo juros de 5 % a.a. pagos mensalmente.

18.2. Intangível – direito de uso

Refere-se ao direito de uso de imóveis originados pela aplicação das normas contábil CPC 06 (R2) e são amortizados em conformidade com vida útil definida em cada contrato.

	Taxa Média de Amortização	Saldo em 2024	Adição	Baixas	Amortização	Saldos em 2025
Direito de Uso						
Custo	12,10 %	65.347	16.945	(2.467)	-	79.825
Amortização acumulada		(44.233)	-	1522	(9.662)	(52.373)
Total do intangível – direito de uso		21.114	16.945	(945)	(9.662)	27.452

	Taxa Média de Amortização	Saldo em 2023	Adição	Amortização	Saldos em 2024
Direito de Uso					
Custo	15,41 %	38.857	26.490	-	65.347
Amortização acumulada		(34.163)	-	(10.070)	(44.233)
Total do intangível – direito de uso		4.694	26.490	(10.070)	21.114

18.3. Intangível – software e outros

	Taxa média de amortização	Saldos em 2024	Adição	Transferências ⁽¹⁾	Amortização	Saldos em 2025
Intangível – software e outros						
Custo	20,00%	431.326	-	73.477	-	504.803
Amortização acumulada		(296.149)	-	-	(49.720)	(345.869)
Em curso		76.791	90.361	(73.076)	-	94.076
Total do intangível – software e outros		211.968	90.361	401	(49.720)	253.010

	Taxa média de amortização	Saldos em 2023	Adição	Transferências ⁽¹⁾	Amortização	Saldos em 2024
Intangível – software e outros						
Custo	20,00%	417.255	-	14.071	-	431.326
Amortização acumulada		(250.135)	-	-	(46.014)	(296.149)
Em curso		10.181	80.327	(13.717)	-	76.791
Total do intangível – software e outros		177.301	80.327	354	(46.014)	211.968

⁽¹⁾ O montante de R\$401 (R\$354 em 2024), foi reclassificado para o imobilizado.

19. Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Compra de energia elétrica ⁽¹⁾	-	-	756.454	730.546
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE ⁽²⁾	-	-	261.808	64.360
Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS ⁽⁵⁾	-	-	139.367	123.775
Encargos de Serviço no sistema ⁽³⁾	-	-	3.526	19.153
Encargos do uso da rede elétrica ⁽¹⁾	-	-	10.859	11.098
Encargos de conexão ⁽¹⁾	-	-	7.764	12.751
Materiais, serviços e outros ⁽⁴⁾	566	188	446.164	437.898
Total	566	188	1.625.942	1.399.581
Circulante	197	188	1.542.574	1.313.962
Não Circulante	369	-	83.368	85.619

⁽¹⁾ **Compra de energia elétrica e encargos do uso da rede elétrica** – refere-se à aquisição de energia elétrica de geradores, uso da rede básica e uso do sistema de distribuição, cujo prazo médio de liquidação é de 25 dias.

⁽²⁾ **Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE** – A conta CCEE é composta pelas duas últimas provisões da liquidação de energia MCP (Mercado de Curto Prazo), efeito das cotas (Garantia Física, Angra e Itaipu) e efeito dos contratos por disponibilidade. O PLD (Preço das Liquidações das Diferenças) precifica as liquidações de energia no MCP e valora as despesas relacionadas ao Risco Hidrológico que, conforme previsto na Lei nº 12.783/2013, são assumidas pelas distribuidoras com direito ao repasse para o consumidor final através do reajuste tarifário.

⁽³⁾ **Encargos do serviço do sistema - ESS** – os valores referem-se aos despachos de térmicas fora da ordem de mérito de custo. No período findo em 31 de dezembro de 2025, o acionamento das térmicas fora da ordem de mérito foi inferior ao de novembro e dezembro de 2024, em decorrência do aumento do PLD no período.

⁽⁴⁾ **Materiais, serviços e outros** – refere-se às aquisições de materiais, serviços e outros, necessários à execução, conservação e manutenção dos serviços de distribuição de energia elétrica, com prazo médio de liquidação de 30 dias. Inclui estimativas de valores de honorários de êxitos de advogados por conta de processos judiciais.

⁽⁵⁾ **Operador Nacional do Sistema Elétrica - ONS** – refere-se à aquisição de custo de uso de transmissão, com pagamentos até o dia 25 de cada mês depois da publicação do AVD ou em três parcelas sendo nos dias 15, 25 e 05 do mês seguinte.

20. Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas

A movimentação dos empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas está demonstrada a seguir:

	Controladora				
	Saldos em 2024	Pagamento de Juros	Encargos, atualização monetária, cambial e Custos	Ajuste Vr Presente	Saldos em 2025
Moeda nacional					
Pré Fixado	30.066	(1.116)	1.112	3.453	33.515
Outros	261.838	-	-	39.727	301.565
Total Moeda nacional	291.904	(1.116)	1.112	43.180	335.080
Circulante	471				468
Não Circulante	291.433				334.612

	Controladora				
	Saldos em 2023	Pagamento de Juros	Encargos, atualização monetária, cambial e Custos	Ajuste Vr Presente	Saldos em 2024
Moeda nacional					
Pré Fixado	27.066	(1.116)	1.119	2.997	30.066
Outros	227.080	-	-	34.758	261.838
Total Moeda nacional	254.146	(1.116)	1.119	37.755	291.904
Circulante	468				471
Não Circulante	253.678				291.433

	Consolidado							
	Saldos em 2024	Captação	Pagamento de Principal	Pagamento de Juros	Encargos, atualização monetária, cambial e Custos	Marcação Mercado da Dívida	Ajuste Vr Presente	Saldos em 2025
Moeda nacional								
Pré Fixado	37.288	-	-	(1.384)	1.380	-	4.282	41.566
Pós Fixado								
INPC	30.454	-	(3.990)	(1.434)	2.695	-	-	27.725
IPCA	1.404.867	398.500	(104.953)	(81.947)	146.727	-	-	1.763.194
CDI	1.793.968	-	(669.487)	(275.259)	213.980	-	-	1.063.202
TR	645.420	-	-	(55.359)	56.136	-	-	646.197
(-) Custos com captação	(9.117)	-	-	-	2.224	-	-	(6.893)
Outros	261.838	-	-	-	-	-	39.727	301.565
Total Moeda nacional	4.164.718	398.500	(778.430)	(415.383)	423.142	-	44.009	3.836.556
Moeda estrangeira								
Dólar	3.328.404	-	(645.099)	(188.658)	(206.175)	-	-	2.288.472
Euro	233.297	-	(218.506)	(1.133)	(13.658)	-	-	-
Marcação a mercado	(37.555)	-	-	-	-	45.286	-	7.731
Total Moeda estrangeira	3.524.146	-	(863.605)	(189.791)	(219.833)	45.286	-	2.296.203
Total	7.688.864	398.500	(1.642.035)	(605.174)	203.309	45.286	44.009	6.132.759
Circulante	1.896.179							1.102.176
Não Circulante	5.792.685							5.030.583

	Consolidado								
	Saldos em 2023	Captação	Pagamento de Principal	Pagamento de Juros	Encargos, atualização monetária, cambial e Custos	Custos Apropriados	Marcação Mercado da Dívida	Ajuste Vr Presente	Saldos em 2024
Moeda nacional									
Pré Fixado	33.567	-	-	(1.384)	1.388	-	-	3.717	37.288
Pós Fixado									
INPC	32.593	-	(3.611)	(1.539)	3.011	-	-	-	30.454
IPCA	887.541	542.500	(82.328)	(65.905)	123.059	-	-	-	1.404.867
CDI	2.350.417	440.000	(958.013)	(312.058)	273.622	-	-	-	1.793.968
TR	645.149	-	-	(47.484)	47.755	-	-	-	645.420
(-) Custos com captação	(9.115)	-	-	-	6.134	(6.136)	-	-	(9.117)
Outros	227.080	-	-	-	-	-	-	34.758	261.838
Total Moeda nacional	4.167.232	982.500	(1.043.952)	(428.370)	454.969	(6.136)	-	38.475	4.164.718
Moeda estrangeira									
Dólar	2.669.422	2.173.562	(2.212.855)	(141.210)	839.485	-	-	-	3.328.404
Euro	193.986	-	-	(3.840)	43.151	-	-	-	233.297
Marcação a mercado	(5.042)	-	-	-	-	-	(32.513)	-	(37.555)
Total Moeda estrangeira	2.858.366	2.173.562	(2.212.855)	(145.050)	882.636	-	(32.513)	-	3.524.146
Total	7.025.598	3.156.062	(3.256.807)	(573.420)	1.337.605	(6.136)	(32.513)	38.475	7.688.864
Circulante	1.551.585								1.896.179
Não Circulante	5.474.013								5.792.685

A composição da carteira de empréstimos e financiamentos e as principais condições contratuais podem ser encontradas no detalhamento abaixo:

Empresa / Operação	Total		Encargos Financeiros Anuais (% a.a)	Encargos Swap Ponta Passiva (% a.a)	Vencimento	Amortização do principal	(Taxa efetiva de juros) (% a.a) ⁽¹⁾	(Taxa efetiva de SWAP) (% a.a) ⁽⁴⁾	Garantias ⁽²⁾	Covenants ⁽³⁾
	2025	2024								
REDE ENERGIA PARTICIPAÇÕES S.A.										
Credores "RJ" - Bicbanco	10.463	9.386	1,0% a.a (Pré)	-	nov/35	Final	1,00%	-	R	NA
Credores "RJ" - BNB	23.052	20.680	1,0% a.a (Pré)	-	nov/35	Final	1,00%	-	R	NA
Credores "RJ" - Opção "C"	301.565	261.838	1,0% a.a (Pré)	-	nov/35	Final	1,00%	-	-	NA
Total em Moeda Nacional	335.080	291.904								
Total Rede Energia Participações S.A.	335.080	291.904								
EMT										
FIDC Grupo Energisa IV - 1ª Serie	354.116	353.690	TR + 7.00%	-	out/34	Mensal a partir de nov/29	8,97%	-	R	NA
FIDC Grupo Energisa IV - 2ª Serie	296.237	328.116	CDI + 0.70%	-	abr/31	Mensal a partir de mai/21	15,02%	-	R	NA
BNDES - 20.2.0494-1 SUBCREDITO A	58.260	86.034	IPCA + 1.83% + 3.00%	-	out/27	Mensal a partir de abr/22	9,09%	-	A + R	2
BNDES - 20.2.0494-1 SUBCREDITO B	229.530	219.438	IPCA + 1.83% + 3.00%	CDI + 0,02 %	nov/34	Mensal a partir de nov/27	9,09%	14,34%	A + R	2
ENERGISAPREV - MIGRAÇÃO - Plano Energisa CD	10.143	11.018	INPC IBGE MENSAL(%) + 5.46%	-	dez/31	Mensal a partir de jan/21	9,36%	-	A	NA
ENERGISAPREV - Equac. de Déficit - Plano Risco	1.355	1.371	INPC IBGE MENSAL(%) + 5.17%	-	fev/38	Mensal a partir de abr/22	9,07%	-	A	NA
BNDES - 23-2-0330-1	404.700	203.445	IPCA + 5.48% + 1.50%	-	dez/43	Mensal a partir de jul/25	11,24%	-	FB	2
2ª EMISSÃO NOTA COMERCIAL SÉRIE UNICA	67.523	301.940	CDI + 1.20%	-	dez/27	Final	15,52%	-	A	2
SANTANDER - FRN - CCB N° 1071684	302.453	67.471	CDI + 1.04%	-	dez/27	Final	15,36%	-	A	NA
(-) Custo com captação	(2.494)	(2.870)								
Total em Moeda Nacional	1.721.823	1.569.653								
Resolução 4131-Bank of America ML ⁽⁵⁾	-	160.472	EURO + 1.48%	CDI + 1,60%	fev/25	Final	1,99%	15,92%	A	2
Scotiabank Loan 09032023 ⁽⁵⁾	248.387	279.530	USD + 5.36%	CDI + 1,57%	mar/26	Final	-5,78%	15,89%	A	2
Merryl Lynch Loan 24032023 ⁽⁵⁾	-	35.207	USD + 5.03%	CDI + 1,55%	mar/25	Final	-6,11%	15,87%	A	2
Safra Loan 157522 ⁽⁵⁾	-	15.858	USD + 6.42%	CDI + 1,60%	fev/25	Final	-4,72%	15,92%	A	2
Safra Loan 157523 ⁽⁵⁾	-	295.312	USD + 6.42%	CDI + 1,60%	ago/25	Final	-4,72%	15,92%	A	2
BAML Loan 17112023 ⁽⁵⁾	-	152.667	USD + 5.95%	CDI + 1,53%	nov/25	Final	-5,19%	15,85%	A	2
CITIBANK NCE - TRADE 65874 ⁽⁵⁾	324.450	365.181	SOFR + 1.50%	CDI + 1,25%	jun/28	Final	-5,33%	15,57%	A	2
Scotiabank Loan 4131 ⁽⁵⁾	277.039	311.874	USD + 5.03%	CDI + 1,40%	ago/27	Final	-6,11%	15,72%	A	2
JP Morgan Loan 20092024 ⁽⁵⁾	-	171.206	USD + 5.27%	CDI + 0,60%	jan/25	Final	-5,87%	14,92%	A	2
Marcação à Mercado de Dívida ⁽⁴⁾	2.414	(13.247)								
Total em Moeda Estrangeira	852.290	1.774.060								
Total EMT	2.574.113	3.343.713								
EMS										
FIDC Grupo Energisa IV - 1ª Serie	292.081	291.730	TR + 7.00%	-	out/34	Mensal a partir de nov/29	8,97%	-	R	NA
FIDC Grupo Energisa IV - 2ª Serie	135.186	149.731	CDI + 0.70%	-	abr/31	Mensal a partir de mai/21	15,02%	-	R	NA

Empresa / Operação	Total		Encargos Financeiros Anuais (% a.a)	Encargos Swap Ponta Passiva (% a.a)	Vencimento	Amortização do principal	(Taxa efetiva de juros) (% a.a) ⁽¹⁾	(Taxa efetiva de SWAP) (% a.a) ⁽⁶⁾	Garantias ⁽²⁾	Covenants ⁽³⁾
	2025	2024								
BNDES 20.2.0493-1 SUBCREDITO A	47.561	70.275	IPCA + 1.83% + 3.00%	-	out/27	Mensal a partir de abr/22	9,09%	-	A + R	2
BNDES 20.2.0493-1 SUBCREDITO B	187.381	179.142	IPCA + 1.83% + 3.00%	CDI + 0,02 %	dez/34	Mensal a partir de nov/27	9,09%	14,34%	A + R	2
1ª Nota comercial 1ª série	-	211.396	CDI + 1.40%	-	jul/25	Final	15,72%	-	A	2
1ª Nota comercial 2ª série	107.689	211.545	CDI + 1.55%	-	jul/26	Anual a partir de jul/25	15,87%	-	A	2
BNDES - 23.2.0329-1	150.959	148.324	IPCA + 5.48% + 1.50%	-	dez/43	Mensal a partir de jul/25	11,24%	-	FB	2
(-) Custo com captação	53.455	53.414	CDI + 1.20%	-	dez/27	Final	15,52%	-	A	2
	(1.896)	(2.900)								
Total em Moeda Nacional	972.416	1.312.657							-	
Citibank EDC Loan - 4131 ⁽⁵⁾	-	72.825	EURO + 1.60%	CDI + 1,60%	mar/25	Final	2,11%	15,92%	A	2
BAML - LOAN 4131 - 24032023 ⁽⁵⁾	-	82.149	USD + 5.03%	CDI + 1,55%	mar/25	Final	-6,11%	15,87%	A	2
CITIBANK NCE - TRADE 65873 ⁽⁵⁾	259.727	292.332	SOFR + 1.50%	CDI + 1,25%	jun/28	Final	-2,20%	15,57%	A	2
baml - Loan 4131 - 24042024 ⁽⁵⁾	206.417	232.259	USD + 5.34%	CDI + 1,25%	jul/26	Final	-5,80%	15,57%	A	2
Scotiabank Loan 4131 ⁽⁵⁾	161.851	182.202	USD + 5.03%	CDI 1,40%	ago/27	Final	-6,11%	15,72%	A	2
Marcação à Mercado de Dívida ⁽⁴⁾	1.731	(8.824)								
Total em Moeda Estrangeira	629.726	852.943								
Total EMS	1.602.142	2.165.600								
ETO										
BNDES - 20.2.0496-1	154.921	164.571	IPCA + 1.83% + 3.00%	-	dez/34	Mensal a partir de abr/22	9,09%	-	A + R	2
ENERGISAPREV - MIGRAÇÃO - Plano Energisa CD	2.428	2.764	MENSAL(%) + 4.96%	-	jun/30	Mensal a partir de jan/21	8,86%	-	A	NA
ENERGISAPREV - Equac. de Déficit - Plano Risco	1.723	1.745	INPC IBGE MENSAL(%) + 5.17%	-	fev/38	Mensal a partir de abr/22	9,07%	-	A	NA
1ª Emissão Nota Comercial	-	134.719	CDI + 1.55%	-	set/25	Final	15,87%	-	A	2
3ª EMISSÃO DE NOTA COMERCIAL SÉRIE ÚNICA	-	157.083	CDI + 1.55%	-	ago/25	Final	15,87%	-	A	2
BNDES - 23-2-0332-1	235.972	118.932	IPCA + 5.48% + 1.50%	-	dez/43	Mensal a partir de jul/25	11,24%	-	FB	2
4ª NOTA COMERCIAL SÉRIE ÚNICA	9.847	9.839	CDI + 1.20%	-	dez/27	Final	15,52%	-	A	2
(-) Custo com captação	(1.352)	(1.785)	-							
Total em Moeda Nacional	403.539	587.868								
BAML - LOAN 4131 - 19032024 ⁽⁵⁾	112.394	126.530	USD + 5.43%	CDI + 1,35%	mar/26	Final	-5,71%	15,62%	A	2
Scotiabank - LOAN 4131 - 12082024 ⁽⁵⁾	174.540	196.483	USD + 4.74%	CDI + 1,40%	ago/27	Final	-6,40%	15,72%	A	2
SCOTIABANK - LOAN 4131 - 09122024 ⁽⁵⁾	118.372	133.355	USD + 4.42%	CDI + 1,10%	dez/27	Final	-6,72%	15,42%	A	2
Marcação à Mercado de Dívida ⁽⁴⁾	1.102	(8.542)								
Total em Moeda Estrangeira	406.408	447.826								
Total ETO	809.947	1.035.694								
ESS										
BNDES - 20.2.0497-1	119.265	126.693	IPCA + 2.10% + 3.00%	-	dez/34	Mensal a partir de abr/22	9,36%	-	A + R	2
ENERGISAPREV - MIGRAÇÃO - Plano Energisa CD	9.480	10.867	INPC IBGE MENSAL(%) + 4.91%	-	abr/30	Mensal a partir de jan/21	8,81%	-	A	NA
ENERGISAPREV - Equac. de Déficit - Plano Elétricas BD I	2.109	2.170	INPC IBGE MENSAL(%) + 4.75%	-	fev/36	Mensal a partir de abr/22	8,65%	-	A	NA
1ª EMISSÃO NOTA COMERCIAL	80.965	158.875	CDI + 1.55%	-	jul/26	Anual a partir de jul/25	15,87%	-	A	2
ENERGISAPREV - Equac. de Déficit - Plano Elétricas OP	487	519	INPC IBGE MENSAL(%) + 5.04%	-	dez/32	Mensal a partir de jan/23	8,94%	-	A	NA
BNDES - 23.2.0333-1	174.645	88.013	IPCA + 5.48% + 1.50%	-	dez/43	Mensal a partir de jul/25	11,24%	-	FB	2
3ª EMISSÃO NOTA COMERCIAL SÉRIE ÚNICA	9.847	9.839	CDI + 1.20%	-	dez/27	Final	15,52%	-	A	2
(-) Custo com captação	(1.151)	(1.562)								
Total em Moeda Nacional	395.647	395.414								
Santander Loan ⁽⁵⁾	101.880	114.654	USD + 5.40%	CDI + 1,25%	jul/26	Final	-5,74%	15,57%	A	2
Scotiabank Loan - 13102022 ⁽⁵⁾	257.802	290.219	USD + 5.03%	CDI + 1,40%	ago/27	Final	-6,11%	15,72%	A	2
Scotiabank Loan - 4131 - 06122024 ⁽⁵⁾	45.613	51.386	USD + 4.52%	CDI + 1,10%	dez/27	Final	-6,62%	15,42%	A	2
Marcação à Mercado de Dívida ⁽⁴⁾	2.484	(6.942)								
Total em Moeda Estrangeira	407.779	449.317								
Total ESS	803.426	844.731								
CTCE										
Credores "RJ"	8.051	7.222	1,0% a.a (Pré)	-	nov/35	Final	1,00%	-	-	NA
Total em Moeda Nacional	8.051	7.222								
Total CTCE	8.051	7.222								
Em Moeda Nacional	3.836.556	4.164.718								
Em Moeda Estrangeira	2.296.203	3.524.146								
Total Rede Consolidada	6.132.759	7.688.864								

(1) As taxas efetivas de juros representam as variações ocorridas no exercício findo em 31 de dezembro de 2025. Para as dívidas em moeda estrangeira, não estão sendo considerados os efeitos do *hedge* cambial, demonstrados na nota explicativa nº 32.

(2) A=Aval Energisa S/A, R=Recebíveis.

(3) Condições de *covenants* – o contrato possui cláusulas restritivas que em geral, requerem a manutenção de certos índices financeiros em determinados níveis. Essas garantias são estruturadas a partir de indicadores estabelecidos nos contratos com base nas informações/demonstrações financeiras consolidadas da controladora final Energisa S/A, sendo os principais listados a seguir:

Cláusulas restritivas	Índice Requerido	Exigibilidade
Dívida líquida / EBITDA Ajustado (*)	(2) Menor ou igual a 4,25x até o vencimento, para as demais operações	Trimestral e Anual

(*) EBITDA Ajustado = EBITDA + Receitas de acréscimos moratórios.

O descumprimento desses níveis pode implicar em vencimento antecipado das dívidas (vide nota nº 33). Em 2025, as exigências contratuais foram cumpridas.

(4) As operações estão sendo mensurada ao valor justo por meio do resultado, de acordo com os métodos da contabilidade de *hedge* de valor justo ou pela designação como *Fair Value Option* (vide nota explicativa nº 33).

(5) Os contratos possuem proteção de *swap* e são avaliados a valor justo, conforme demonstrados na nota explicativa nº 33.

(6) As taxas efetivas de *swap* na ponta passiva representam as variações ocorridas no exercício findo em 2025 demonstrados na nota explicativa nº 33.

Garantias

Para garantia do pagamento das parcelas, as controladas mantêm aplicações financeiras no montante de R\$70.011 (R\$66.618 em 2024), registrado na rubrica “Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados” no ativo não circulante.

A Companhia e suas controladas possuem como prática contábil alocar o pagamento de juros na atividade de financiamento na demonstração do fluxo de caixa.

Os principais indicadores utilizados para a atualização dos empréstimos e financiamentos tiveram as seguintes variações percentuais e taxas efetivas no exercício:

Moeda/indicadores	2025	2024
US\$ x R\$	-11,14%	27,90%
SOFR	4,31%	5,31%
INPC	3,90%	4,77%
CDI	14,32%	10,88%
IPCA	4,26%	4,83%
TR	1,97%	0,81%
EURO	0,51%	20,27%

Os empréstimos e financiamentos classificados no passivo não circulante têm seus vencimentos assim programados:

	Controladora	Consolidado
2027	-	-
2028	-	1.985.596
2029	-	523.446
2030	-	247.089
Após 2031	334.612	2.274.452
Total	334.612	5.030.583

21. Debêntures (não conversíveis em ações)

A movimentação das debêntures está demonstrada a seguir:

	Controladora				
	Saldos em 2024	Pagamento de Juros	Encargos, atualização monetária e Custos	Ajuste Vr Presente	Saldos em 2025
Moeda nacional					
Pós Fixado	101.543	(3.339)	3.332	12.003	113.539
Total Moeda nacional	101.543	(3.339)	3.332	12.003	113.539
Circulante	1.410				1.399
Não Circulante	100.133				112.140

	Controladora				
	Saldos em 2023	Pagamento de Juros	Encargos, atualização monetária e Custos	Ajuste Vr Presente	Saldos em 2024
Moeda nacional					
Pré Fixado	91.091	(3.339)	3.349	10.442	101.543
Total Moeda nacional	91.091	(3.339)	3.349	10.442	101.543
Circulante	1.401				1.410
Não Circulante	89.690				100.133

	Consolidado								
	Saldos em 2024	Captação	Pagamento de Principal	Pagamento de Juros	Encargos, atualização monetária e Custos	Custos Apropriados	Marcação Mercado da Dívida	Ajuste Vr Presente	Saldos em 2025
Moeda nacional									
Pré Fixado	101.543	770.000	-	(53.556)	65.409	-	-	12.003	895.399
Pos Fixado									
CDI	3.264.806	1.120.000	(278.591)	(472.729)	576.164	-	-	-	4.209.650
IPCA	5.252.939	3.070.000	(408.106)	(330.892)	631.696	-	-	-	8.215.637
(-) Custos com captação	(127.077)	-	-	-	26.631	(150.307)	-	-	(250.753)
Marcação a mercado	(268.941)	-	-	-	-	-	187.329	-	(81.612)
Total Moeda nacional	8.223.270	4.960.000	(686.697)	(857.177)	1.299.900	(150.307)	187.329	12.003	12.988.321
Circulante	830.866								866.180
Não Circulante	7.392.404								12.122.141

	Consolidado								
	Saldos em 2023	Captação	Pagamento de Principal	Pagamento de Juros	Encargos, atualização monetária e Custos	Custos Apropriados	Marcação Mercado da Dívida	Ajuste Vr Presente	Saldos em 2024
Moeda nacional									
Pré Fixado	91.091	-	-	(3.339)	3.349	-	-	10.442	101.543
Pós Fixado									
CDI	2.217.899	2.161.859	(988.704)	(394.226)	267.978	-	-	-	3.264.806
IPCA	3.212.410	2.410.000	(610.641)	(223.963)	465.133	-	-	-	5.252.939
(-) Custos com captação	(55.130)	-	-	-	17.892	(89.839)	-	-	(127.077)
Marcação a mercado	120.844	-	-	-	-	-	(389.785)	-	(268.941)
Total Moeda Nacional	5.587.114	4.571.859	(1.599.345)	(621.528)	754.352	(89.839)	(389.785)	10.442	8.223.270
Circulante	1.350.315								830.866
Não Circulante	4.236.799								7.392.404

A composição dos saldos das debêntures e as principais condições contratuais são como segue:

Operações	Total		Emissão	Nº de Títulos Emitidos / circulação	Rendimentos (% a.a.)	Encargos Swap Ponta Passiva (% a.a.)	Vencimento	Amortização do principal	Taxa efetiva de juros (% a.a.)	Encargos Swap Ponta Passiva (% a.a.) ⁽²⁾	Garantias ⁽¹⁾	Covenants ⁽³⁾
	2025	2024										
REDE ENERGIA												
4ª Emissão	113.539	101.543	22/12/2009	370.000 / 0	1% a.a.	-	nov-35	Final	1%		SG	NA
Total REDE ENERGIA	113.539	101.543										
ETO												
Debêntures 3ª Emissão 3ª Série	5.062	4.850	15/10/2017	3304 / 3304	IPCA + 5.11%	103,50% CDI	out/27	Final	9,37%	14,82%	SG	NA
Debêntures 4ª Emissão	-	112.963	15/09/2018	240000 / 240000	IPCA + 5.08%	-	set/25	Anual a partir de out/23	9,34%	-	A	1
Debêntures 5ª Emissão 2ª Série	163.766	163.534	10/06/2019	162404 / 162404	CDI + 1.15%	-	jun/26	Final	15,47%	-	A	1
Debêntures 6ª Emissão 1ª Série	9.472	9.077	11/10/2020	6880 / 6880	IPCA + 4.23%	-	out/27	Final	8,49%	-	SG	NA
Debêntures 6ª Emissão 2ª Série	73.168	70.117	11/10/2020	53120 / 53120	IPCA + 4.47%	-	out/30	Anual a partir de out/28	8,73%	-	SG	NA
Debêntures 7ª Emissão	102.582	98.273	15/10/2021	82000 / 82000	IPCA + 6.09%	CDI + 0,93%	out/31	Anual a partir de out/29	10,35%	15,25%	SG	NA
Debêntures 8ª Emissão 1ª Série	65.437	62.689	15/04/2022	55.689 / 55.689	IPCA + 6.16%	CDI + 0,717%	abr/29	Anual a partir de abr/27	10,42%	15,11%	SG	NA
Debêntures 8ª Emissão 2ª Série	40.327	38.633	15/04/2022	34.311 / 34.311	IPCA + 6.28%	CDI + 0,880%	abr/32	Anual a partir de abr/30	10,54%	15,27%	SG	NA
Debêntures 9ª Emissão	-	209.043	15/02/2023	200.000 / 200.000	CDI + 1.40%	-	fev/25	Final	15,72%	-	A	2
Debêntures 10ª Emissão 1ª Série	12.041	11.514	13/09/2023	10.752 / 10.752	IPCA + 6.17%	-	set/30	Final	10,43%	-	SG	NA
Debêntures 10ª Emissão 2ª Série	75.372	72.071	13/09/2023	87.248 / 67.248	IPCA + 6.45%	-	set/33	Final	10,71%	-	SG	NA
Debêntures 11ª Emissão 1ª Série	219.424	209.768	15/04/2024	202.049 / 202.049	IPCA + 6.16%	-	abr/31	Final	10,42%	-	SG	NA
Debêntures 11ª Emissão 2ª Série	269.410	257.549	15/04/2024	247.951 / 247.951	IPCA + 6.40%	-	abr/39	Anual a partir de abr/37	10,66%	-	SG	NA
Debêntures 12ª Emissão Série Única	337.471	-	25/02/2025	320.000 / 320.000	CDI + 1.00%	-	fev/30	Anual a partir de abr/38	15,32%	-	A	2
Debêntures 13ª Emissão Série Única	408.707	-	15/05/2025	400.000 / 400.000	IPCA + 7.30%	CDI + 0,078%	mai/35	Anual a partir de abr/39	11,56%	14,40%	A	2
(-) Custo de captação	(32.952)	(23.513)										
Marcação à Mercado de Dívida	506	(16.124)										
Total ETO	1.749.793	1.280.444										
EMS												
Debêntures 9ª Emissão 3ª Série	5.719	5.479	15/10/2017	3733 / 3733	IPCA + 5.11%	103,50% CDI	out/27	Final	9,37%	14,82%	SG	NA
Debêntures 11ª Emissão	-	72.956	15/09/2018	155000 / 155000	IPCA + 5.08%	-	set/25	Anual a partir de set/23	9,34%	-	A	1
Debêntures 14ª Emissão	-	6.807	25/08/2020	139471 / 139471	CDI + 2.30%	-	ago/25	Anual a partir de ago/23	16,62%	-	A	2
Debêntures 15ª Emissão 1ª Série	11.826	11.333	11/10/2020	8590 / 8590	IPCA + 4.23%	-	out/27	Final	8,49%	-	SG	NA
Debêntures 15ª Emissão 2ª Série	91.473	87.660	11/10/2020	66410 / 66410	IPCA + 4.47%	-	out/30	Anual a partir de out/28	8,73%	-	SG	NA
Debêntures 16ª Emissão	400.091	383.297	15/10/2021	320.000 / 320.000	IPCA + 6.09%	CDI + 0,835%	out/31	Anual a partir de out/29	10,35%	15,17%	A	2
Debêntures 17ª Emissão	158.622	156.541	22/08/2022	150.000 / 150.000	CDI + 1.60%	-	ago/27	Anual a partir de out/26	15,92%	-	A	2
Debêntures 19ª Emissão	348.564	300.118	04/07/2023	250.000 / 250.000	CDI + 1.60%	-	jul/26	Final	15,92%	-	A	2
Debêntures 20ª Emissão 1ª Série	30.875	29.523	13/09/2023	27.569 / 27.569	IPCA + 6.17%	-	set/30	Final	10,43%	-	SG	NA
Debêntures 20ª Emissão 2ª Série	193.262	184.798	13/09/2023	172.431 / 172.431	IPCA + 6.45%	-	set/33	Final	10,71%	-	SG	NA
Debêntures 21ª Emissão	444.631	425.967	07/02/2024	400.000 / 400.000	IPCA + 6.11%	CDI + 0,72%	fev/31	Final	10,37%	15,04%	A	2
Debêntures 22ª Emissão 1ª Série	87.770	83.908	15/04/2024	80.820 / 80.820	IPCA + 6.16%	-	abr/31	Final	10,42%	-	SG	NA
Debêntures 22ª Emissão 2ª Série	107.764	103.019	15/04/2024	99.180 / 99.180	IPCA + 6.40%	-	abr/39	Final	10,66%	-	SG	NA
Debêntures 23ª Emissão	262.714	259.097	04/09/2024	250.455 / 250.455	CDI + 0.80%	-	set/29	Final	15,12%	-	A	2
Debêntures 24ª Emissão	290.523	277.019	15/09/2024	270.000 / 270.000	IPCA + 6.44%	CDI + 0,04%	set/34	Final	10,70%	14,36%	A	2

Operações	Total		Emissão	Nº de Títulos Emitidos / Circulação	Rendimentos (% a.a)	Encargos Swap Ponta Passiva (% a.a)	Vencimento	Amortização do principal	Taxa efetiva de juros (% a.a)	Encargos Swap Ponta Passiva (% a.a) ⁽²⁾	Garantias ⁽¹⁾	Covenants ⁽³⁾
	2025	2024										
Debêntures 25ª Emissão	191.222	190.556	15/12/2024	190.000 / 190.000	CDI + 0.80%	-	dez/29	Final	15,12%	-	A	2
Debêntures 26ª Emissão	416.315	-	15/05/2025	410.000 / 410.000	PRÉ + 13.70%	CDI - 0,16%	mai/32	Final	13,70%	14,16%	A	2
Debêntures 27ª Emissão 1ª Série	555.177	-	15/09/2025	540.000 / 540.000	IPCA + 7.05%	CDI - 031%	set/35	Final	11,31%	14,01%	A	2
Debêntures 27ª Emissão 2ª Série (-) Custo de captação	370.018	-	15/09/2025	360.000 / 360.000	IPCA + 6.95%	CDI - 0,16%	set/40	Anual a partir de set/40	11,21%	14,16%	A	2
Marcação à Mercado de Dívida	(82.116)	(42.022)										
	(51.581)	(123.101)										
Total EMS	3.832.869	2.412.955										
EMT												
Debêntures 7ª Emissão 3ª Série	5.603	5.368	15/10/2017	3657 / 3657	IPCA + 5.11%	103,50% CDI	out/27	Final	9,37%	14,82%	SG	NA
Debêntures 9ª Emissão	-	181.212	15/09/2018	385000 / 385000	IPCA + 5.08%	-	set/25	Anual a partir de set/23	9,34%	-	A	1
Debêntures 10ª Emissão 2ª Série	32.771	32.724	10/06/2019	32500 / 32500	CDI + 1.05%	-	jun/29	Anual a partir de jun/27	15,37%	-	A	1
Debêntures 12ª Emissão	-	12.623	25/08/2020	381354 / 381354	CDI + 2.30%	-	ago/25	Anual a partir de ago/23	16,62%	-	A	2
Debêntures 13ª Emissão 1ª Série	82.778	79.309	15/10/2020	60100 / 60100	IPCA + 4.23%	-	out/27	Final	8,49%	-	A	2
Debêntures 13ª Emissão 2ª Série	96.323	92.286	15/10/2020	69900 / 69900	IPCA + 4.47%	CDI - 1,54%	out/30	Anual a partir de out/28	8,73%	12,78%	A	2
Debêntures 14ª Emissão	437.600	419.231	15/10/2021	350000 / 350000	IPCA + 6.09%	CDI + 0,705%	out/31	Anual a partir de out/29	10,35%	15,12%	A	2
Debêntures 15ª Emissão 1ª Série	193.111	185.005	15/04/2022	164.437 / 164.437	IPCA + 6.16%	CDI + 0,717%	abr/29	Anual a partir de abr/27	10,42%	15,04%	A	2
Debêntures 15ª Emissão 2ª Série	112.254	107.541	15/04/2022	95.563 / 95.563	IPCA + 6.28%	CDI + 0,880%	abr/32	Anual a partir de abr/30	10,54%	15,20%	A	2
Debêntures 16ª Emissão 1ª Série	23.165	22.150	13/09/2023	20.677 / 20.677	IPCA + 6.17%	-	set/30	Anual a partir de abr/30	10,43%	-	SG	NA
Debêntures 16ª Emissão 2ª Série	144.998	138.648	13/09/2023	129.323 / 129.323	IPCA + 6.45%	-	set/33	Anual a partir de abr/30	10,71%	-	SG	NA
Debêntures 17ª Emissão	444.631	425.967	07/02/2024	400.000 / 400.000	IPCA + 6.11%	CDI + 7275%	fev/31	Anual a partir de fev/30	10,37%	15,05%	A	2
Debêntures 18ª Emissão	474.380	470.927	15/04/2024	460.000 / 460.000	CDI + 0.75%	-	abr/29	Anual a partir de abr/30	15,07%	-	A	2
Debêntures 19ª Emissão 1ª Série	117.026	111.876	15/04/2024	107.759 / 107.759	IPCA + 6.16%	-	abr/31	Anual a partir de abr/30	10,42%	-	SG	NA
Debêntures 19ª Emissão 2ª Série	143.686	137.360	15/04/2024	132.241 / 132.241	IPCA + 6.40%	-	abr/39	Anual a partir de fev/30	10,66%	-	SG	NA
Debêntures 20ª Emissão	122.102	120.421	04/09/2024	116.404 / 116.404	CDI + 0.80%	-	set/29	Final	15,12%	-	A	2
Debêntures 21ª Emissão Única	53.652	51.022	14/09/2024	50.000 / 50.000	IPCA + 6.44%	-	set/34	Final	10,70%	-	SG	NA
Debêntures 22ª Emissão 1ª Série	722.618	720.801	15/12/2024	718.000 / 718.000	CDI + 0.80%	-	dez/29	Final	15,12%	-	A	2
Debêntures 22ª Emissão 2ª Série	263.702	263.034	15/12/2024	262.000 / 262.000	CDI + 0.95%	-	dez/31	Final	15,27%	-	A	2
Debêntures 22ª Emissão 3ª Série	209.633	200.729	15/12/2024	200.000 / 200.000	IPCA + 7.03%	CDI - 0,67%	dez/34	Final	11,29%	13,65%	A	2
Debêntures 23ª Emissão Série Única	831.745	-	25/03/2025	800.000 / 800.000	CDI + 0.75%	-	mar/30	Final	15,07%	-	A	2
Debêntures 24ª Emissão Série Única	365.545	-	15/05/2025	360.000 / 360.000	PRÉ + 13.70%	CDI - 0,16%	mai/32	Final	13,70%	14,16%	A	2
Debêntures 25ª Emissão 1ª Série	565.540	-	15/09/2025	550.000 / 550.000	IPCA + 7.10%	CDI - 0,22%	set/35	Final	11,36%	14,10%	A	2
Debêntures 25ª Emissão 2ª Série	462.523	-	15/09/2025	450.000 / 450.000	IPCA + 6.95%	CDI - 0,16%	set/40	Anual a partir de set/38	11,21%	14,16%	A	2
Debêntures 25ª Emissão 1ª Série	200.644	-	15/10/2025	198.000 / 198.000	IPCA + 7.23%	CDI - 0,25%	out/35	Final	11,49%	14,07%	A	2
Debêntures 25ª Emissão 2ª Série (-) Custo de captação	133.741	(47.521)	15/10/2025	132.000 / 132.000	IPCA + 7.11%	CDI - 0,19%	out/40	Anual a partir de out/38	11,37%	14,13%	A	2

Operações	Total		Emissão	Nº de Títulos Emitidos / circulação	Rendimentos (% a.a)	Encargos Swap Ponta Passiva (% a.a)	Vencimento	Amortização do principal	Taxa efetiva de juros (% a.a)	Encargos Swap Ponta Passiva (% a.a) ⁽²⁾	Garantias ⁽¹⁾	Covenants ⁽³⁾
	2025	2024										
Marcação à Mercado de Dívida	(32.607)	(121.869)										
Total EMT	6.098.574	3.608.844										
ESS												
Debêntures 3ª Emissão 3ª Série	4.561	4.370	15/10/2017	2977 / 2977	IPCA + 5.11%	103,50% CDI	out/27	Final	9,37%	14,82%	SG	NA
Debêntures 4ª Emissão	-	32.948	15/09/2018	70000 / 70000	IPCA + 5.08%	-	set/25	Anual a partir de set/23	9,34%	-	A	1
Debêntures 5ª Emissão	-	62.654	15/02/2020	60000 / 60000	CDI + 1.15%	-	fev/25	Final	15,47%	-	A	1
Debêntures 6ª Emissão 1ª Série	9.472	9.077	11/10/2020	6880 / 6880	IPCA + 4.23%	-	out/27	Final	8,49%	-	SG	NA
Debêntures 6ª Emissão 2ª Série	73.168	70.117	11/10/2020	53120 / 53120	IPCA + 4.47%	CDI + 1,80%	out/30	Anual a partir de out/28	8,73%	16,12%	SG	NA
Debêntures 7ª Emissão	100.037	95.838	15/01/2022	81.000 / 81.000	IPCA + 6.10%	CDI + 0,814%	jan/32	Anual a partir de jan/30	10,36%	15,13%	A	2
Debêntures 8ª Emissão	126.897	125.233	22/08/2022	120.000 / 120.000	CDI + 1.60%	-	ago/27	Anual a partir de ago/26	15,92%	-	A	2
Debêntures 10ª Emissão 1ª Série	6.485	6.202	13/09/2023	5.789 / 5.789	IPCA + 6.17%	-	set/30	Anual a partir de ago/26	10,43%	-	SG	NA
Debêntures 10ª Emissão 2ª Série	40.600	38.822	13/09/2023	36.211 / 36.211	IPCA + 6.45%	-	set/33	Anual a partir de ago/26	10,71%	-	SG	NA
Debêntures 11ª Emissão 1ª Série	24.381	23.308	15/04/2024	22.450 / 22.450	IPCA + 6.16%	-	abr/31	Anual a partir de ago/26	10,42%	-	SG	NA
Debêntures 11ª Emissão 2ª Série	29.934	28.616	15/04/2024	27.550 / 27.550	IPCA + 6.40%	-	abr/39	Anual a partir de ago/26	10,66%	-	SG	NA
Debêntures 12ª Emissão	173.076	170.693	04/09/2024	165.000 / 165.000	CDI + 0.80%	-	set/29	Anual a partir de ago/27	15,12%	-	A	2
Debêntures 13ª Emissão	182.417	173.474	14/09/2024	170.000 / 170.000	IPCA + 6.44%	-	set/34	Final	10,70%	-	SG	NA
Debêntures 14ª Emissão	204.354		15/05/2025	200.000 / 200.000	IPCA + 7.30%	CDI + 0,055%	mai/35	Final	11,56%	14,38%	A	2
Debêntures 13ª Emissão	145.923		15/10/2025	144.000 / 144.000	IPCA + 7.23%	CDI - 0,25%	out/35	Final	11,49%	14,07%	A	NA
Debêntures 14ª Emissão	97.266	-	15/10/2025	96.000 / 96.000	IPCA + 7.11%	CDI - 0,19%	out/40	Anual a partir de out/38	11,37%	14,13%	A	2
(-) Custo de captação	(27.095)	(14.021)										
Marcação à Mercado de Dívida	2.070	(7.847)										
Total ESS	1.193.546	819.484										
TOTAL	13.320.686	8.619.288										
Custos de captação	(250.753)	(127.077)										
Marcação à Mercado de Dívida	(81.612)	(268.941)										
Total em moeda nacional	12.988.321	8.223.270										
CONSOLIDADO	12.988.321	8.223.270										

(1) A = Aval Energisa S/A e SG = Sem Garantia

(2) Os contratos possuem proteção de swap e são avaliados a valor justo, conforme demonstrados na nota explicativa nº 33.

(3) Condições de Covenants - o contrato possui cláusulas restritivas que em geral, requerem a manutenção de certos índices financeiros em determinados níveis. Essas garantias são estruturadas a partir de indicadores estabelecidos nos contratos com base nas demonstrações financeiras consolidadas da controladora final Energisa S/A, sendo os principais listados a seguir.

Cláusulas restritivas	Índice Requerido	Exigibilidade
Dívida líquida / EBITDA Ajustado ^(*)	⁽¹⁾ Menor ou igual a 4,0x até o vencimento, para operações contratadas até 2019 ⁽²⁾ Menor ou igual a 4,25x até o vencimento, para as demais operações	Trimestral e Anual

(*) EBITDA Ajustado = EBITDA + Receitas de acréscimos moratórios.

O descumprimento desses níveis pode implicar em vencimento antecipado das dívidas. No exercício de 2025, as exigências contratuais foram cumpridas.

Vencimentos

No exercício findo de 2025, as debêntures classificadas no passivo não circulante têm seus vencimentos assim programados:

	Controladora	Consolidado
2027	-	331.919
2028	-	173.205
2029	-	2.408.850
2030	-	2.141.931
Após 2031	112.140	7.066.236
Total	112.140	12.122.141

22. Impostos e contribuições sociais

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS ⁽¹⁾	-	-	236.608	298.324
Impostos sobre Serviços – ISS	-	-	14.018	19.839
Encargos Sociais	5	8	42.464	49.890
Imposto de Renda Pessoa Jurídica – IRPJ ⁽²⁾	-	-	90.933	32.930
Contribuição Social sobre o Lucro – CSLL ⁽²⁾	-	-	43.881	8.781
Contribuições ao PIS e COFINS	57	32	58.112	57.522
Imposto de Renda Retido na Fonte – IRRF	1.196	656	9.283	8.022
Tributos e contribuições retidos na fonte (PIS/COFINS/CSLL)	3	8	12.363	10.537
Contribuição Previdenciária Sobre Receita Bruta – CPRB	-	-	195	262
Imposto sobre Operações Financeiras – IOF	2	1	2	1
Outros	5	-	6.151	6.089
Total	1.268	705	514.010	492.197
Circulante	1.268	705	331.821	393.448
Não Circulante	-	-	182.189	98.749

(1) Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS: a controlada direta ESS possui liminar suspendendo a cobrança do ICMS sobre os valores faturados com subvenção “baixa renda” no montante de R\$89.681 (R\$78.009 em 2024), com depósito judicial.

(2) Inclui IRPJ e CSLL incidente sobre juros e acréscimos moratórios cobrados nas notas fiscais/contas de energia elétrica. A controlada EMS possui liminar de suspensão de cobrança com depósito judicial.

23. Encargos setoriais – consolidado

	2025	2024
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE	28.427	9.384
Fundo Nacional Desenvolvimento Científico Tecnológico – FNDCT ⁽¹⁾	4.769	4.719
Ministério de Minas e Energia – MME ⁽¹⁾	2.385	2.360
Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica – PROCEL ⁽¹⁾	20.437	5.353
Pesquisa e Desenvolvimento – P&D ⁽¹⁾	108.478	97.810
Programa de Eficiência Energética – PEE ⁽¹⁾	169.617	161.467
Total	334.113	281.093
Circulante	246.001	189.370
Não circulante	88.112	91.723

- (1) Os encargos setoriais correspondem a 1% da receita operacional líquida e visam financiar e a combater o desperdício de energia elétrica e o desenvolvimento tecnológico do setor elétrico relacionado aos Programas de Eficiência Energética (PEE) e Pesquisa e Desenvolvimento (P&D). Os valores são atualizados mensalmente pela variação da taxa selic, para as empresas distribuidora de energia elétrica.

A Lei nº 14.120/2021, que alterou a Lei nº 9.991/2000, que vem determinar os recursos de P&D e PEE não comprometidos com projetos contratados ou iniciados deverão ser destinados à CDE em favor da modicidade tarifária. Desta forma, a partir de abril/2021, conforme consta no Despacho 904/2021, mensalmente as distribuidoras e transmissoras de energia elétrica, devem repassar parte do saldo das contas de P&D e PEE para CCEE, controladora da CDE. Tal alteração legislativa justifica os movimentos do não circulante para o circulante. Para as empresas transmissoras de energia elétrica somente são atribuídos os valores de P&D.

Os gastos realizados com os projetos estão registrados no ativo circulante na rubrica de Outros créditos - ordem de serviços em curso - PEE e P&D até o final dos projetos, quando são encerrados contra os recursos do programa, enquanto a realização das obrigações por aquisição de ativo intangível, tem como contrapartida o saldo de obrigações vinculadas as concessões.

24. Incorporação de redes – consolidado

Com a finalidade de viabilizar o atendimento aos pedidos de ligação de novas unidades consumidoras, o solicitante, individualmente ou em conjunto, e os órgãos públicos, inclusive da administração indireta, poderão aportar recursos, em parte ou no todo, para as obras necessárias à antecipação da ligação ou executar as obras de extensão de rede mediante a contratação de terceiro legalmente habilitado. Os recursos antecipados ou o valor da obra executada pelo interessado deverão ser restituídos pelas controladas EMT, EMS, ETO e ESS até o ano em que o atendimento ao pedido de fornecimento seria efetivado segundo os Planos de Universalização, para os casos de consumidores que se enquadrem aos critérios de atendimento sem custo ou nos prazos fixados nos regulamentos que tratam do atendimento com participação financeira do interessado.

Os saldos de incorporação de rede são atualizados com base no Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA e incidência de juros, conforme estabelecido na Resolução Normativa ANEEL nº 1.000, de 7 de dezembro de 2021.

Segue as movimentações ocorridas no exercício:

Descrição	2025	2024
Saldo em 2024 e 2023 – circulante	31.164	45.296
Adições no exercício	141.169	151.812
Atualização monetária e juros	16.759	35.714
Pagamentos	(157.270)	(201.658)
Saldo em 2025 e 2024 – circulante	31.822	31.164

25. Provisões para riscos trabalhista, cível, fiscal, regulatório e ambiental – consolidado

A Companhia e suas controladas são partes em ações judiciais e processos administrativos em andamento em tribunais e órgãos governamentais. Tais processos decorrem do desenvolvimento normal das suas atividades, envolvendo matéria cível, trabalhista, tributária, ambiental e regulatória.

25.1. Perdas prováveis:

Uma provisão é reconhecida quando a obrigação for considerada provável de perdas pelos assessores jurídicos da Companhia e suas controladas.

Com base na opinião de consultores jurídicos foram provisionados todos os processos judiciais, cuja probabilidade de desembolso futuro foi estimada como provável. A Administração entende que todas as provisões constituídas são suficientes para cobrir eventuais perdas com os processos em andamento.

Segue demonstrativo da movimentação das provisões com as perdas prováveis:

Controladora	Cível	Cível
	2025	2024
Provisões no exercício	-	30.314
Atualização monetária	-	9.886
Pagamentos	-	(40.200)
Saldo	-	-

Consolidado	Trabalhista	Cível	Regulatório	Fiscal	Ambiental	2025	2024
Saldos iniciais 2024 e 2023 – não circulante	25.341	91.452	4.238	1.600	287	122.918	155.988
Provisões e reversões líquidas	15.213	67.367	(462)	1.501	(213)	83.406	191.063
Pagamentos realizados	(20.020)	(75.542)	(353)	(1.216)	-	(97.131)	(219.806)
Atualização	(832)	(1.700)	(15)	438	(73)	(2.182)	(4.327)
Saldos finais 2025 e 2024 – não circulante	19.702	81.577	3.408	2.323	1	107.011	122.918

As controladas diretas possuem cauções e depósitos vinculados no ativo não circulante, no montante de R\$356.910 (R\$298.286 em 2024) que estão correlacionados a processos provisionados ou não provisionados.

Trabalhista

Os processos de natureza trabalhista referem-se em sua grande maioria a pedidos indenizações por acidente, sobreaviso, horas extras/reflexos e verbas rescisórias atrelados a funcionários próprios, bem como subsidiariedade/solidariedade em relação às verbas referentes aos contratos de trabalho firmados entre as empresas que lhe prestam serviços e seus empregado. Foram provisionadas as contingências representadas pelas citadas ações judiciais trabalhistas com chances prováveis de perda, conforme avaliação dos assessores jurídicos. De maneira geral, estima-se em cerca de 3 (três) a 5 (cinco) anos, em média, o prazo para que as referidas ações com chances prováveis de perda tenham julgamento final e haja o efetivo desembolso dos valores provisionados, na hipótese de a Companhia e controladas serem vencidas nas ações.

Cível

As ações judiciais de natureza cível, têm majoritariamente as seguintes discussões: (i) reclamação de consumo; (ii) cobrança por irregularidades; (iii) indenizações por danos materiais/morais, decorrentes da suspensão do fornecimento de energia elétrica por falta de pagamento, por irregularidades nos aparelhos de medição, variações de tensão elétrica, falta momentânea de energia, acidentes na rede, faixas de domínio; (iv) indenização por danos elétricos, (v) ações de regresso, (vi) inscrição no Serasa, basicamente referente negativação e atraso na regularização/positivação de clientes e (vii) honorários de sucumbência da RJ.

Fiscal

A Companhia e suas controladas diretas e indiretas estão sujeitas a várias reivindicações decorrentes de divergências de interpretações da legislação tributária, que advêm do curso normal das atividades de negócios, sendo as provisões revisadas e ajustadas para levar em conta alterações circunstanciais tais como: (i) prazo de prescrição aplicável, (ii) conclusões de inscrições fiscais ou (iii) exposições identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. Dessa forma, possui discussões relacionadas especialmente a IRPJ, INSS e ISS.

Regulatório

As controladas EMT e ETO possuem processos de contingências regulatórias junta à ANEEL, referente a descumprimento de preceito regulatório.

A Administração entende que todas as provisões constituídas são suficientes para cobrir eventuais perdas com os processos em andamento. Com base na opinião dos seus consultores jurídicos foram provisionados todos os processos judiciais, cuja probabilidade de desembolso futuro foi estimada como provável.

25.2. Perdas possíveis:

A Companhia e suas controladas possuem processos de natureza trabalhista, cível, fiscal, ambiental e regulatório em andamento cuja probabilidade de perda foi estimada como possível, não requerendo a constituição de provisão.

Segue demonstrativo das movimentações das provisões classificados com prognóstico de perdas possíveis:

Controladora	Cível	Fiscal	2025	2024
Saldo em 2024 e 2023	3.109	884	3.993	69.531
Mudança de prognósticos e valor pedido	-	(910)	(910)	(68.028)
Atualização monetária	137	26	163	2.490
Saldo em 2025 e 2024	3.246	-	3.246	3.993

Consolidado	Trabalhista	Cível	Fiscal	Regulatório	Ambiental	2025	2024
Saldos em 2024 e 2023	55.177	1.731.752	892.571	25.481	27.107	2.732.088	2.327.171
Novos processos	1.654	9.964	98.764	-	-	110.382	370.471
Mudança de prognósticos e valor pedido	(4.274)	(522.603)	(154.744)	(26.028)	267	(707.382)	(52.561)
Encerramento de processos	(5.542)	(89.866)	(69.999)	-	(1.720)	(167.127)	(76.804)
Atualização monetária	6.427	70.476	110.236	1.114	1.164	189.417	163.811
Saldo em 2025 e 2024	53.442	1.199.723	876.828	567	26.818	2.157.378	2.732.088

Seguem os comentários de nossos consultores jurídicos referente às ações consideradas com riscos possíveis:

Trabalhista

Ações judiciais de natureza trabalhista referem-se aos seguintes objetos: discussões de empregados que requerem recebimento de horas extras, adicional de periculosidade, sobreaviso, indenizações por danos decorrentes de acidente de trabalho, bem como ações de ex-empregados de prestadores de serviços contratados pelas controladas, reclamando responsabilidade solidária por verbas rescisórias.

Cível

As ações judiciais de natureza cível, têm majoritariamente as seguintes discussões: (i) reclamação de consumo; (ii) cobrança por irregularidades; (iii) indenizações por danos materiais/morais, decorrentes da suspensão do fornecimento de energia elétrica por falta de pagamento, por irregularidades nos aparelhos de medição, variações de tensão elétrica, falta momentânea de energia, acidentes na rede, faixas de domínio; (iv) indenização por danos elétricos e (v) inscrição no Serasa, basicamente referente negativação e atraso na regularização/positivação de clientes.

Principais processos:

Empresa	Tipo de Ação	Nº Processo/ação	Objeto	2025	2024
EMS	Ação cível coletiva	00651268720144013800	Ação por meio da qual a Associação de Defesa dos Consumidores de Energia, objetivando a devolução em dobro de valores supostamente cobrados de forma indevida. O impacto no caso de perda do processo é eventual recálculo das tarifas praticadas, implicando na alteração das bases contratuais do contrato de concessão e toda metodologia de fixação das tarifas elaboradas pelo Poder concedente.	244.865	234.552
EMS	Ação cível pública	0008192-37.2003.4.03.6000	Por meio da qual o Ministério Público Federal, pleiteia a anulação do reajuste tarifário autorizado pela Resolução Homologatória em 2003.	86.558	82.913

Empresa	Tipo de Ação	Nº Processo/ação	Objeto	2025	2024
EMT	Ação de Cobrança	1004068-45.2018.4.01.3600	Onde autor requer declaração de legalidade e exigibilidade da cobrança de contraprestação pelo uso das faixas de domínio da rodovia concedida à CRO para a implantação de redes de distribuição de energia elétrica, com a condenação da EMT ao pagamento das parcelas vencidas e vincendas em razão do referido uso, bem como a assinar os contratos pendentes e a apresentar o projeto executivo da área de ocupação. Processo teve o prognóstico de risco alterado de possível para remoto, após decisões proferidas pelo judiciário.	-	419.787
EMT	Ação de indenização	17436-75.2014.811.0041	Ação ajuizada objetivando o ressarcimento por danos materiais e morais, fundamentada em suposta rescisão imotivada pela ré do contrato de prestação de serviços.	101.429	97.157
EMT	Ação de indenização	54570-73.2013.811.0041	Objetivando o ressarcimento de valores em razão de onerosidade excessiva dos contratos de prestação de serviço e de descumprimento de obrigações previstas nos contratos.	57.479	55.058
EMT	Ação de indenização	13549-66.2015.811.0003	Discute matéria relacionada a danos morais e materiais, envolvendo discursões sobre prejuízos decorrentes da execução de contratos.	49.645	47.554
EMT	Ação de indenização	1005691-76.2017.8.11.0041	Discute matéria relacionada a cláusulas contratuais. A requerente pretende o recebimento de verbas não pagas por ocasião da execução dos contratos de prestação e serviços decorrentes da execução de serviços adicionais.	41.268	39.530
EMT	Ação de indenização	0009533-77.2003.4.01.3600	Ação de Indenização envolvendo discussão sobre ressarcimento de rede.	69.800	66.860
ETO	Ação Judicial	0007336-94.2008.4.01.3400	Discute questões contratuais envolvendo reintegração/desapropriação de área para construção de linhas de distribuição de alta tensão e subestações.	48.349	46.313
ETO	Ação Judicial	1071554-42.2018.8.26.0100	Ação proposta para discussão sobre indenização vinculada a acidente envolvendo rede elétrica. Processo encerrado após pagamento da condenação.	-	11.522
ESS	Ação Declaratória	1019659-89.2020.8.26.0482	Ação ajuizada pela concessionária de rodovia com objetivo de cobrança de anuidade pelo uso e ocupação de faixa de domínio de rodovias. Além do pedido do reconhecimento da legalidade da cobrança, a Fernão Dias pleiteia o pagamento retroativo da ocupação. Pela distribuidora, entendemos que a cobrança é ilegal, por se tratar de ocupação de bem público (rodovias), com finalidade de prestação de serviço público (fornecimento de energia). Processo teve o prognóstico alterado para remoto após reavaliação de risco realizada pelo consultor externo.	-	51.644
CTCE	Processo de arbitragem	07_2021	Processo de arbitragem movido para o pagamento de multa pela suposta rescisão injustificada de contrato mantido entre as partes. A administração entende que havendo condenada o pagamento se submete aos termos do Plano de Recuperação Judicial da CTCE. Processo encerrado.	-	44.736

Fiscal

As ações de natureza fiscais e tributárias referem-se basicamente a discussões sobre: (i) PIS e COFINS incidentes sobre as faturas de energia elétrica; (ii) compensação e aproveitamento de créditos de ICMS; (iii) imposto de renda e contribuição social sobre o lucro; (iv) cobrança de ISS sobre prestação de serviços oriundos da concessão; (v) compensação e aproveitamento de créditos de ICMS de equipamentos para prestação dos serviços de distribuição e transmissão de energia alocados no ativo permanente da empresa; (vi) escrituração de documento fiscal; (vii) multa não escrituração CIAP; (viii) ICMS em razão da glosa de créditos nas operações de aquisição de óleo diesel para industrialização por encomenda; e (ix) os reflexos das perdas não técnicas na base de cálculo do PIS, COFINS, IRPJ e CSLL.

Principais processos:

Empresa	Tipo de Ação	Processo	Objeto	2025	2024
EMT	Execução Fiscal	0010774-95.2017.4.01.3600	Envolve discussão sobre execução fiscal proposta pela União Federal, em razão da exclusão da EMT no parcelamento previsto na Lei nº 11.941/09, ocorrido em 2011, com a respectiva perda dos benefícios concedidos. Processo teve o prognóstico alterado de possível para remoto, após decisão proferida pelo TRF.	-	170.314
EMT	Processo administrativo	14094.720008/2018-36	Relacionado a não homologação das alterações realizadas nas DCTF do período de 2014 a 2016.	132.990	116.669
EMT	Processo administrativo	14041.720061/2020-77	Proposto pela Receita Federal para discussão sobre IRPJ, CSLL, PIS E COFINS sobre perdas não técnicas.	39.524	34.674
EMT	Execução Fiscal	1026238-64.2022.8.11.0041	Processo envolvendo discussão sobre recolhimento de ICMS DIFAL.	79.482	69.727
ESS	Auto de Infração	4.034.268-2	Questionamento sobre a incidência de ICMS sobre valores recebidos a título de subvenção econômica da subclasse Baixa Renda (ICMS da subclasse baixa-renda 2008/2009, cujo valor é depositado em ação coletiva.	36.146	31.710
ESS	Auto de Infração	4.140.041-0	Auto de infração lavrado em razão do suposto creditamento indevido de ICMS, mediante escrituração em seu registro de entradas de notas fiscais emitidas a título de apropriação de crédito pela aquisição de bens integrados ao Ativo Imobilizado (CFOP 1.604), sem comprovação de origem, pois não localizados os documentos fiscais e/ou seus itens correspondentes. Discussão encerrada na esfera administrativa e iniciada na esfera judicial no processo 1076078-82.2025.8.26.0053.	-	23.892

Regulatório

Processos de contingências regulatórias junto à ANEEL, referente a suposto descumprimento de preceito regulatório.

Ambiental

Processos relacionados em sua grande maioria a suposto descumprimento de preceitos ambientais.

26. Outros passivos

Descrição	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Participações de empregados e administradores	-	53	61.216	68.417
Outros benefícios a empregados	-	13	5.119	21.997
Entidades seguradoras - prêmios de seguros	-	-	4.366	1.296
Créditos de consumidores	152	152	77.157	131.105
Retenção de caução contratual	-	-	13.143	12.461
Parcelamentos de multas regulatórias	-	-	2.825	3.515
Encargos tarifários	-	-	16.822	16.822
Ressarcimento EBP - Salto Paraíso ⁽¹⁾	-	-	57.136	58.548
Bônus de redução voluntária do consumo	-	-	3.196	3.256
Efeitos da Redução do ICMS na base de cálculo do PIS e COFINS ⁽²⁾	-	-	526.448	967.290
Credores Recuperação Judicial	-	-	128.085	110.344
Outras contas a pagar ⁽³⁾	3.484	280	265.797	165.895
Total	3.636	498	1.161.310	1.560.946
Circulante	3.484	346	483.991	576.374
Não Circulante	152	152	677.319	984.572

⁽¹⁾ Ressarcimento EBP - Salto Paraíso - refere-se à incorporação da conexão das usinas na SE Salto Paraíso com ressarcimento a ser pago pela controladora EMT à EBP (Enel Brasil Participações) por meio de compensação com crédito decorrente do contrato de uso do sistema de distribuição (CUSD). O saldo é atualizado mensalmente com aplicação da variação do índice IPCA com liquidações mensais, iniciadas em junho de 2018.

⁽²⁾ **Efeitos da Redução do ICMS na base de cálculo do PIS e COFINS - Consolidado**

Em março de 2017 o Supremo Tribunal Federal - STF, decidiu em repercussão geral (tema 69) e confirmou que o ICMS não compõe a base de cálculo para a incidência do PIS e da COFINS. Contudo, a União Federal apresentou embargos de declaração buscando a modulação dos efeitos e a definição do valor do ICMS que será excluído da base de cálculo das contribuições.

Em 13 de maio de 2021 o Supremo Tribunal Federal (STF) manteve integralmente tese firmada em Repercussão Geral (Tema 69 - "O ICMS não compõe a base de cálculo para fins de incidência do PIS e da COFINS"), consolidando o entendimento no qual o valor do ICMS destacado nas notas fiscais deve ser excluído da base de cálculo das contribuições para o PIS e a COFINS.

Em observância da tese firmada, a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN) emitiu o Parecer SEI nº 7698/2021/ME, corroborado pelo Despacho nº 246/2021/PGFN-ME, que dispensa os Procuradores a recorrerem e contestarem quaisquer ações que tenham como fundamento o Tema 69.

Transitaram em julgado em seus respectivos Tribunais Regionais Federais decisões favoráveis nos processos das subsidiárias, tendo ocorrido em julho de 2019 referente a ETO, em maio de 2020, agosto de 2021, fevereiro de 2022 e maio de 2023 referente a ESS, em setembro de 2021, referente a EMT e em março de 2022 referente a EMS. O processo da EDEVP (incorporada em 2017) no qual discutimos a exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e COFINS está em andamento.

Amparada nas avaliações de seus assessores legais e baseando na melhor estimativa da Administração, as controladas diretas ETO, ESS, EMT e EMS reconheceram em 2021 o montante de R\$2.427.300 no consolidado, líquido de honorários devidos aos advogados e de tributos incidentes. A constituição do passivo decorre do entendimento que os montantes a serem recebidos como créditos fiscais das contribuições deverão ser integralmente repassados aos consumidores nos termos das normas regulatórias do setor elétrico.

Em 27 de junho de 2022 foi promulgada a Lei 14.385 que disciplinou a devolução de tributos recolhidos a maior pelas prestadoras de serviço público de distribuição de energia elétrica.

O Art 3º da referida Lei também prevê que a Aneel deverá promover, nos processos tarifários, a destinação integral, em proveito dos usuários de serviços públicos afetados na respectiva área de concessão ou permissão, dos valores objeto de repetição de indébito pelas distribuidoras de energia elétrica relacionados às ações judiciais transitadas em julgado que versam sobre a exclusão do Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS) da base de cálculo da Contribuição para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público (Contribuição para o PIS/PASEP) e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS).

Para a destinação dos valores acima, a ANEEL considerará, nos processos tarifários, a integralidade do crédito a ser ressarcido em favor da distribuidora de energia elétrica deduzidos dos custos administrativos e tributários correspondentes e a capacidade de compensação desse crédito (pela distribuidora) perante a Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil (RFB).

A destinação dar-se-á nos processos tarifários anuais, após o requerimento realizado perante a Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil (RFB).

O resumo dos impactos são como segue:

	Consolidado	
	2025	2024
Saldos em 2024 e 2023	967.290	1.303.505
Atualização dos Outros passivos Efeitos da Redução do ICMS na base de cálculo do PIS e COFINS	25.637	71.447
Repassse de custos com honorários, consultoria e tributos	(1.929)	(3.304)
Baixa Transito em Julgado EVP ⁽⁴⁾	(29.314)	-
(-) Transferência para passivo financeiro setorial – repasse aos Consumidores ^(*)	(435.236)	(404.358)
Saldos em 2025 e 2024	526.448	967.290
Circulante	234.465	290.236
Não circulante	291.983	677.054

^(*) Vide nota explicativa nº 10

⁽³⁾ No consolidado, inclui o valor dos créditos relacionados a geração distribuída.

⁽⁴⁾ Em novembro de 2025, a Companhia realizou uma baixa de créditos de Pis e Cofins sobre a base de ICMS devido ao trânsito em julgado do processo nº 5002300-62.2017.4.03.6100, o qual determinou uma glosa parcial dos créditos que haviam sido apurados pela Companhia, gerando uma baixa de R\$ 54.530, sendo R\$ 29.314 referentes ao registro inicial e R\$ R\$25.216 referentes a atualização monetária." Para os créditos registrados, a Companhia possuía passivo correspondente, referente aos montantes a serem repassados aos consumidores, o qual também foi baixado na mesma proporção não impactando o resultado da Companhia.

27. Patrimônio líquido

27.1. Capital Social

O capital social subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2025 é de R\$5.567.568 (R\$3.223.218 em 2024), representando por 2.568.204.239 (2.110.323.374 em 2024) ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal.

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada no dia 19 de dezembro de 2025, foi aprovado o aumento de capital no montante de R\$2.344.350, mediante a emissão de 457.880.865 novas ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal, pelo preço de emissão de R\$5,12 por ação. O montante do Aumento de capital considera a subscrição de ações pela EPM integralizadas por meio de bens e créditos, tendo em vista: (i) o valor das ações de emissão da EMT, de titularidade da EPM, conforme apurado nos termos do Laudo de Avaliação – EMT; e (ii) o saldo de crédito líquido, vencido e exigível, detido pela EPM em face da Companhia, decorrente de contrato de mútuo celebrado entre as partes, no valor de R\$321.261, conforme devidamente contabilizado no período encerrado em 30/09/2025. O capital social passou de R\$3.223.218 para R\$5.567.568.

27.2. Reserva de capital

	2025	2024
Transação entre sócios ⁽¹⁾	(410.440)	(14.554)
Incentivos fiscais de Reinvestimentos(reflexo) ⁽²⁾	15.213	15.213
Programa de remuneração variável (ILP) ⁽³⁾	13.740	10.209
Total	(381.487)	10.868

⁽¹⁾ Inclui ganhos e perdas apurados pelo aumento de percentual de participação no capital social de controladas e de distribuição de dividendos diferenciados atribuídos as ações ordinárias e preferencias de controladas.

Transações entre sócios	2025	2024
Saldo em 2024 e 2023	(14.554)	(14.576)
Transações entre sócios ^(*)	(395.886)	22
Saldo em 2025 e 2024	(410.440)	(14.554)

^(*) inclui parcela reflexa do percentual de participação nas controladas ESS, EMS, Rede Power, EMT, ETO, Multi Energisa, QMRA e CTCE, referente a transações contabilizadas diretamente no patrimônio líquido, bem como diferença entre valor justo e patrimonial referentes à aquisição de ações da Energisa Mato Grosso conforme demonstrado na nota explicativa 15.

(2) Incentivos fiscais de reinvestimentos (reflexo) – refere-se incentivos federais deduzidos do Imposto de Renda das controladas, destinados as pessoas jurídicas detentoras de empreendimentos nas áreas de atuação da SUDAM, na forma de depósitos para reinvestimentos de 30% (trinta por cento) do Imposto devido, aplicados em projetos de modernização ou complementação de equipamento, até o ano de 2021.

Os recursos liberados, deduzidos da quantia correspondente a 2%, a título de taxa de administração do projeto, conforme dispõe o artigo 19, parágrafo 2o, da Lei nº 8.167/1991, foram contabilizados em "Outras Reservas de Capital" e, após aprovações pelas Superintendências e liberação dos recursos pelo Banco Oficial (BASA), serão capitalizados em até 180 (cento e oitenta) dias, contados do encerramento do período das efetivas liberações.

(3) Programa de remuneração variável (ILP) – refere-se à implementação do Programa de Remuneração Variável através de concessão de ações, denominada Incentivo de Longo Prazo (ILP) (vide nota explicativa nº 12).

27.3.Reserva de lucros – reserva legal

Constituída com 5% do lucro líquido do exercício antes de qualquer outra destinação e limitada a 20% do capital social, de acordo com o artigo 193 da Lei nº 6.404/76.

27.4.Reserva lucros – reserva de retenção de lucros

O montante destinado para reserva de retenção de lucros no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 foi de R\$116.620 (R\$125.994 em 2024) e foram retidos com base no orçamento de capital, a ser aprovado pelo Conselho de Administração.

27.5.Reserva de lucros – reserva de Incentivos fiscais de imposto de renda (controladas)

As controladas EMT e ETO por atuarem no setor de infraestrutura na região Centro Oeste e Norte, obtiveram a redução do imposto de renda devido para fins de investimentos em projetos de ampliação da sua capacidade instalada, conforme determina o artigo 551, § 3º, do Decreto nº 3.000, de 26 de março de 1999.

Esta redução foi aprovada através de Laudos Constitutivos, que impõe algumas obrigações e restrições:

- O valor apurado como benefício não pode ser distribuído aos acionistas;
- O valor deve ser contabilizado como reserva de lucros e poderá ser utilizado para absorção de prejuízos, desde que anteriormente já tenham sido totalmente absorvidas as demais reservas de lucros, com exceção da reserva legal ou aumento de capital capitalizado até 31 de dezembro do ano seguinte com aprovação em AGO/AGE; e
- O valor deve ser aplicado em atividades diretamente relacionadas com a produção na região incentivada.

Os incentivos fiscais passaram a ser contabilizados no resultado dos exercícios com posterior transferência para reservas de lucros – reserva de redução de imposto de renda.

Segue as informações dos incentivos obtidos pelas controladas:

Controladas	Órgão Governamental	Nº do laudo constitutivo	Redução de Imposto de Renda	
			2025	2024
EMT	SUDAM	0176/2023	153.666	150.196
ETO	SUDAM	0150/2023	109.737	73.472
Total			263.403	223.668

Em 2025, não foram apurados valores nas controladas ETO e EMT referente ao Incentivo fiscal de Reinvestimento. Em 31 de dezembro de 2024 o saldo contabilizado era de R\$5.688 (R\$1.649 da controlada EMT e R\$4.039 da ETO).

Esses valores foram registrados diretamente no resultado do exercício na rubrica “imposto de renda e contribuição social corrente” no consolidado e foram destinados a reserva de incentivo fiscais no patrimônio líquido das controladas.

27.6.Dividendos

O Estatuto Social determina a distribuição de um dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do artigo 202 da Lei nº 6.404/76 e permite a distribuição de dividendos apurados com base em resultados intermediários.

A Administração está propondo a seguinte distribuição de dividendos:

	2025	2024
Lucro líquido do exercício ^(*)	1.203.331	1.476.129
Dividendos prescritos	2.270	3.456
Reclassificação ORA - ganhos e perdas atuariais	-	(430)
Reserva legal (5%)	(60.167)	(73.806)
Lucro líquido ajustado	1.145.434	1.405.349
Dividendos obrigatórios 25%	286.359	351.337
. Valores pagos em 24 de julho de 2024 - R\$0,233293968 por ação ordinária	-	492.326
. Valores pagos em 25 de novembro de 2024 - R\$0,127942477	-	270.000
. Valores pagos em 30 de junho de 2025 - R\$0,05 por ação ordinária ⁽¹⁾	105.516	-
. Valores pagos em 07 de agosto de 2025 - R\$0,24 por ação ordinária ⁽¹⁾	506.478	-
. Valores pagos em 27 de novembro de 2025 - R\$0,07581776 por ação ordinária ⁽¹⁾	160.000	-
. Dividendos adicionais propostos - correspondem a R\$0,100000000 (R\$0,1686945254 em 2024) por ação ordinária ⁽²⁾	256.820	517.029
Total dos dividendos	1.028.814	1.279.355
% sobre o lucro líquido ajustado	90%	91%

⁽¹⁾ Os dividendos antecipados aprovados nas Reuniões do Conselho de Administração de 16 de junho, 07 de agosto e 06 de novembro de 2025, foram calculados sobre o resultado apurado com base no balanço patrimonial de 31 de março, 30 de junho e 30 de setembro de 2025, respectivamente.

⁽²⁾ Os dividendos adicionais propostos declarados com montantes superiores aos dividendos mínimos obrigatórios após o exercício contábil a que se refere às demonstrações financeiras, por não se constituírem uma obrigação presente, são apresentados destacados no patrimônio líquido, não sendo constituído o respectivo passivo até sua efetiva aprovação, de acordo com as normas do ICPC-08. Os dividendos foram quitados em 25 de março de 2025.

27.7.Participação de acionistas não controladores

A divulgação da participação em controladas, de acordo com a IFRS 12 e CPC 45, é como segue:

	Participação acionária e no capital votante	Saldo em 2024	Resultado atribuído aos acionistas não controladores	Dividendos	Outros resultados abrangentes	Transações entre sócios	Saldo em 2025
EMT	42,32%	1.864.367	372.575	(509.701)	-	(1.626.787)	100.454
ETO	23,33%	311.380	100.686	(68.429)	471	247	344.355
EMS	0,07%	853	234	(296)	5	-	796
REDEPW	0,01%	48	13	-	-	(61)	-
ESS	0,75%	4.722	1.042	(248)	32	5	5.553
CTCE	0,02%	(52)	(2)	-	-	54	-
MULT	0,10%	(15)	20	(10)	-	2	(3)
		2.181.303	474.568	(578.684)	508	(1.626.540)	451.155

	Participação acionária e no capital votante	Saldo em 2023	Resultado atribuído aos acionistas não controladores	Dividendos	Outros resultados abrangentes	Transações entre sócios	Saldo em 31/12/2024
EMT	42,32%	1.671.121	442.624	(254.534)	5.243	(87)	1.864.367
ETO	23,33%	269.756	87.760	(48.426)	2.265	25	311.380
EMS	0,07%	853	363	(369)	6	-	853
REDEPW	0,01%	49	21	(22)	-	-	48
ESS	0,75%	4.637	1.099	(1.091)	77	-	4.722
CTCE	0,02%	(49)	(3)	-	-	-	(52)
MULT	0,10%	(27)	12	-	-	-	(15)
		1.946.340	531.876	(304.442)	7.591	(62)	2.181.303

28. Receita operacional – consolidado

	2025			2024		
	Nº de consumidores (*)	MWh (**)	R\$	Nº de consumidores (*)	MWh (**)	R\$
Residencial	3.819.767	8.578.682	8.983.623	3.716.208	9.097.656	9.145.171
Industrial	26.877	560.953	670.042	27.193	812.002	903.201
Comercial	272.783	2.241.360	2.648.054	277.651	2.797.871	3.082.037
Rural	329.669	2.089.671	2.192.509	335.323	2.327.743	2.301.031
Poder público	39.296	994.749	1.041.481	38.430	1.135.042	1.120.905
Iluminação pública	6.307	788.862	494.474	5.472	806.401	476.232
Serviço público	5.857	369.110	356.306	5.707	437.386	401.556
Consumo próprio	979	26.318	-	968	27.126	-
Subtotal	4.501.535	15.649.705	16.386.489	4.406.952	17.441.227	17.430.133
Suprimento de energia a concessionárias	-	1.505.930	315.128	-	1.425.669	135.023
Fornecimento não faturado líquido	-	(60.278)	(6.028)	-	(10.299)	(84.430)
Disponibilidade do sistema de transmissão e de distribuição	7.085	-	3.083.214	4.649	-	2.422.400
Receita de construção da infraestrutura (1)	-	-	3.539.272	-	-	2.888.473
Serviços Especializados	-	-	34.341	-	-	29.830
Penalidades regulatórias	-	-	(109.058)	-	-	(104.317)
Valor justo do ativo financeiro indenizável da concessão	-	-	455.599	-	-	453.078
Ativos e passivos financeiros setoriais – constituição e amortização	-	-	1.292.184	-	-	409.601
Subvenções vinculadas ao serviço concedido	-	-	2.180.408	-	-	1.562.429
Outras receitas operacionais	-	-	265.299	-	-	245.872
Total – receita operacional bruta	4.508.620	17.095.357	27.436.848	4.411.601	18.856.597	25.388.092
Deduções da receita operacional:						
ICMS	-	-	3.459.066	-	-	3.466.727
PIS	-	-	329.711	-	-	306.143
COFINS	-	-	1.518.634	-	-	1.410.122
CPRB	-	-	1.891	-	-	2.143
ISS	-	-	2.781	-	-	2.548
Programa de Eficiência Energética – PEE	-	-	60.976	-	-	57.628
Encargos de consumidor – Procel	-	-	15.243	-	-	14.407
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE	-	-	2.554.131	-	-	2.146.803
Pesquisa e Desenvolvimento – P&D	-	-	29.722	-	-	28.813
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FNDCT	-	-	30.489	-	-	28.813
Ministério das Minas e Energisa – MME	-	-	15.243	-	-	14.407
Taxa de Fiscalização dos Serviços de Energia Elétrica – TFSEE	-	-	26.912	-	-	24.584
Total – deduções da receita operacional	-	-	8.044.799	-	-	7.503.138
Total – receita operacional líquida	4.508.620	17.095.357	19.392.049	4.411.601	18.856.597	17.884.954

(*) Informações não examinadas pelos auditores independentes.

(**) MWh – refere-se ao mercado cativo, sem a parcela compensada de MMDG do tipo II/III.

- (1) A receita de construção da infraestrutura está representada pelo mesmo montante em custo de construção da infraestrutura. Tais valores são de reconhecimento obrigatório pela ICPC 01 – Contratos de Concessão e correspondem a custo de construção das obras de ativos da concessão de distribuição de energia elétrica.

29. Custos e despesas operacionais

Os custos e despesas operacionais especificados na demonstração do resultado do exercício possuem a seguinte composição por natureza de gasto:

Controladora		
Natureza do Gasto		Total

	Despesas Operacionais Gerais e Administrativas	2025	2024
Pessoal e administradores	358	358	257
Programa remuneração variável (ILP)	-	-	104
Benefícios pós emprego	-	-	3
Serviços de terceiros	372	372	408
Provisões para contingências	-	-	40.200
Outras	425	425	505
	1.155	1.155	41.477

Consolidado						
	Custo do Serviço			Despesas Operacionais Gerais e Administrativas	Total	
	Com Energia Elétrica	Custo de Operação	Prestado a Terceiros		2025	2024
Energia elétrica comprada para revenda	6.451.881	-	-	-	6.451.881	6.440.422
Encargo de uso de sistema de transmissão e distribuição	2.083.658	-	-	-	2.083.658	1.635.494
Pessoal e administradores	-	545.783	46	284.750	830.579	819.640
Programa de remuneração variável (ILP)	-	-	-	4.174	4.174	42
Benefícios pós emprego	-	16.283	(22)	8.025	24.286	24.518
Material	-	107.302	2.006	45.968	155.276	151.586
Serviços de terceiros	-	448.872	73	400.203	849.148	817.108
Amortização e depreciação	-	920.870	-	76.671	997.541	876.069
Provisão para perdas esperadas de créditos de liquidação duvidosa (PPECLD)	-	258.269	-	-	258.269	254.578
Provisão para riscos trabalhistas, cíveis, fiscais, regulatórias e ambientais	-	(173)	-	83.579	83.406	191.063
Custo de construção da infraestrutura	-	-	3.539.272	-	3.539.272	2.888.472
Outras	-	(15.815)	63	103.190	87.438	125.508
	8.535.539	2.281.391	3.541.438	1.006.560	15.364.928	14.224.500

Energia elétrica comprada para revenda - consolidado

Consolidado	MWh ⁽¹⁾		R\$	
	2025	2024	2025	2024
Energia de Itaipu - Binacional	3.123.997	3.214.991	871.782	820.474
Energia de leilão ⁽²⁾	9.803.425	10.538.884	3.130.183	3.009.336
Energia bilateral e outros suprimentos	3.047.146	3.182.208	1.129.733	1.143.888
Reembolso CCC	-	-	(21.381)	(16.120)
Cotas de Angra Resolução Normativa nº 530/12 ⁽³⁾	720.368	728.021	222.175	246.016
Energia de curto prazo - CCEE	261.989	523.917	754.109	842.107
Cotas Garantia Física-Res. Homologatória nº 1.410	2.969.451	3.691.575	708.835	725.599
Programa Incentivo Fontes Alternativas Energia - PROINFA	362.492	392.618	301.355	234.787
(-) Parcela a compensar crédito PIS/COFINS não cumulativo	-	-	(644.910)	(565.665)
Total	20.288.868	22.272.214	6.451.881	6.440.422

⁽¹⁾ Informações não examinadas pelos auditores independentes;

⁽²⁾ Em 2025 inclui o valor de R\$61.323 (R\$333.671 em 2024) de créditos relacionados a geração distribuída;

⁽³⁾ Inclui demais custos sendo: os efeitos das CCEARs, liminares/ajuste de energia de leilão, efeito de cotas de garantia física, efeito cotas de energia nuclear, exposição de cota Itaipu, Encargos de Serviços de Sistema - ESS e Encargo de Energia de Reserva - EER.

30. Outros resultados

	Consolidado	
	2025	2024
Outras Receitas		
Ganhos na desativação	26.930	14.940
Total Outras Receitas	26.930	14.940
Outras Despesas		
Perdas na alienação/desativação	(226.461)	(136.819)
Impostos sobre ganhos (PIS/COFINS/ICMS)	(25.845)	(22.607)
Provisão/Perda ICMS geração distribuída	(58.924)	(30.015)
Recompra de créditos cedidos ao FDIC	(10.984)	(12.778)
Outras	(2.651)	(35.134)
Total Outras Despesas	(324.865)	(237.353)

31. Receitas e despesas financeiras

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Receitas Financeiras				
Receita de aplicações financeiras	7.448	3.073	401.012	302.552
Variação monetária e acréscimo moratório de energia vendida	-	-	264.559	262.413
Atualização dos contratos de mútuo	75	55	-	-
Atualização monetária de depósitos judiciais	65	505	24.294	12.954
Recuperação de crédito CDE/CCEE	-	-	926	260
Juros Selic s/ impostos a recuperar	2.736	761	58.464	112.172
Atualização financeira - Ativos financeiros setoriais	-	-	66.752	8.635
Tributos sobre receita financeira - Pis e Cofins	(480)	(277)	(45.251)	(38.658)
Atualização sobre os efeitos da redução do ICMS da base de PIS e COFINS	-	-	41.499	85.556
Outras receitas financeiras	9	6	115.559	45.201
Total de Receitas Financeiras	9.853	4.123	927.814	791.085
Despesas Financeiras				
Encargos de dívidas - Juros	(4.444)	(4.468)	(1.559.627)	(1.124.808)
Encargos de dívidas Variação monetária e cambial	-	-	56.418	(967.149)
(-) Transferências para ordens em curso	-	-	43.570	31.323
Marcação a mercado da dívida	(12.003)	-	(232.615)	422.298
Marcação a mercado derivativos	-	-	252.567	(471.279)
Instrumentos Financeiros	-	-	(769.614)	551.428
Atualização dos contratos de mútuos	(39.960)	(30.383)	(40.919)	(44.104)
Ajuste a valor presente	(55.186)	(48.197)	(75.760)	(64.061)
Comissão de aval	-	-	(80.291)	-
Atualização PEE e P&D	-	-	(11.595)	(9.901)
Despesas com IOF	(7.160)	(4.208)	(35.921)	(16.380)
Atualização monetária de provisão para risco	-	-	2.182	4.327
Juros e multas	-	(2)	(12.323)	(13.302)
Juros de incorporação de redes	-	-	(16.759)	(35.714)
Atualização financeira - Passivos financeiros setoriais	-	-	(65.303)	(74.985)
Atualização sobre os efeitos da redução do ICMS da base de PIS e COFINS	-	-	(25.638)	(71.447)
Plano de saúde - Atuário	-	-	(8.316)	(11.576)
Outras despesas financeiras	12.000	(305)	(40.092)	(59.876)
Total Despesas Financeiras	(106.753)	(87.563)	(2.620.036)	(1.955.206)
Despesas financeiras líquidas	(96.900)	(83.440)	(1.692.222)	(1.164.121)

32. Lucro por ação

	2025	2024
Numerador		
Lucro líquido do exercício – controladora	1.203.331	1.476.129
Denominador (em milhares de ações)		
Média ponderada de número de ações	2.148.480	2.110.323
Lucro líquido básico e diluído por ação em Reais - R\$⁽¹⁾	0,56	0,70
Lucro líquido do exercício – consolidado	1.677.899	1.973.843
Resultado da operação continuada		
Acionistas da controladora	1.203.331	1.476.128

⁽¹⁾ A Companhia não possui instrumento diluidor

33. Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos

Hierarquia de valor justo

Os diferentes níveis foram assim definidos:

- Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos.
- Nível 2 - Inputs, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- Nível 3 - Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

Em função das controladas de distribuição terem classificados o ativo financeiro indenizável da concessão como melhor estimativa de valor justo por meio do resultado e como os fatores relevantes para avaliação ao valor justo não são publicamente observáveis, a classificação da hierarquia de valor justo é de nível 3. A movimentação e respectivos ganhos no resultado do exercício foram de R\$455.599 (R\$453.078 em 2024), assim como as principais premissas utilizadas, estão divulgadas na nota explicativa nº 14.

Abaixo, são comparados os valores contábeis, valor justo e níveis hierárquicos dos principais ativos e passivos de instrumentos financeiros:

Controladora					
	Nível	2025		2024	
		Contábil	Valor Justo	Contábil	Valor justo
Ativos					
Custo amortizado:					
Caixa e equivalentes de caixa		210	210	63	63
Créditos com partes relacionadas		602	602	531	531
		812	812	594	594
Valor justo por meio do resultado					
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	2	139.998	139.998	11.837	11.837
		139.998	139.998	11.837	11.837
Passivos					
Custo amortizado:					
Fornecedores		197	197	188	188
Empréstimos, financiamentos, encargos de dívidas e debêntures		448.619	448.619	393.447	393.447
Débitos com partes relacionadas		9.689	9.689	293.091	293.091
		458.505	458.505	686.726	686.726

Consolidado					
	Nível	2025		2024	
		Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
Ativos					
Custo amortizado:					
Caixa e equivalentes de caixa		352.971	352.971	225.695	225.695
Clientes, consumidores e concessionárias		2.818.464	2.818.464	2.833.623	2.833.623
Títulos de créditos a receber		10.092	10.092	11.378	11.378
Ativos financeiros setoriais		993.401	993.401	248.592	248.592
		4.174.928	4.174.928	3.319.288	3.319.288
Valor justo por meio do resultado					
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	2	2.546.091	2.546.091	3.357.855	3.357.855
Ativo financeiro indenizável da concessão	3	12.849.413	12.849.413	10.592.044	10.592.044
Instrumentos financeiros derivativos	2	405.353	405.353	818.087	818.087
		15.800.857	15.800.857	14.767.986	14.767.986
Passivos					
Custo amortizado:					
Fornecedores		1.625.942	1.625.942	1.399.581	1.399.581
Empréstimos, financiamentos, encargos de dívidas e debêntures		9.532.532	9.547.537	12.387.988	12.387.988
Débitos com partes relacionadas		16.774	16.774	299.337	299.337
Passivos financeiros setoriais		790.837	790.837	703.982	703.982
Arrendamentos operacionais		30.031	30.031	24.033	24.033
		11.996.116	12.011.121	14.814.921	14.814.921
Valor justo por meio do resultado:					
Empréstimos, financiamentos, encargos de dívidas e debêntures	2	9.588.548	9.588.548	3.524.146	3.572.816
Instrumentos financeiros derivativos	2	426.121	426.121	475.320	475.320
		10.014.669	10.014.669	3.999.466	4.048.136

33.1. Categoria dos instrumentos financeiros

Hedge Accounting

A Companhia efetuou a designação formal de parte de suas operações de proteção do tipo *swap* (instrumento de *hedge*) para troca de variação cambial e juros, para variação do CDI, como *hedge accounting*. Em 31 de dezembro de 2024 essas operações, assim como as dívidas (objeto do *hedge*) estão sendo avaliadas de acordo com a contabilidade de *hedge* de valor justo. Em tais designações de *hedge* a Companhia documentou: (i) a relação de *hedge*; (ii) o objetivo e estratégia de gerenciamento de risco; (iii) a identificação do instrumento financeiro; (iv) o objeto ou transação coberta; (v) a natureza do risco a ser coberto; (vi) a descrição da relação de cobertura; (vii) a demonstração da correlação entre o *hedge* e o objeto de cobertura; e (viii) a demonstração da efetividade do *hedge*.

Os contratos de *swap* são designados e efetivos como *hedge* de valor justo em relação à taxa de juros e/ou variação cambial, quando aplicável. Durante o exercício, o *hedge* foi altamente efetivo na exposição do valor justo às mudanças de taxas de juros e, como consequência, o valor contábil das dívidas designadas como *hedge* foi impactado em R\$187.329 (R\$389.785 em 2024) e reconhecido no resultado financeiro no mesmo momento em que o valor justo de *swap* de taxa de juros era reconhecido no resultado.

Fair Value Option

A Companhia e suas controladas optaram pela designação formal de dívidas contratadas, para as quais possuem instrumentos financeiros derivativos de proteção do tipo *swap* para troca de variação cambial e juros, como mensuradas ao valor justo. A opção pelo valor justo *Fair Value Option* tem o intuito de eliminar ou reduzir uma inconsistência de mensuração ou reconhecimento de determinados passivos, no qual de outra forma, surgiria. Assim, tanto os *swaps* quanto as respectivas dívidas passam a ser mensuradas ao valor justo e tal opção é irrevogável, bem como deve ser efetuada apenas no registro contábil inicial da operação. Em 2025 tais dívidas e derivativos, assim como os demais ativos e passivos mensurados ao valor justo por meio do resultado tem quaisquer ganhos ou perdas resultantes de sua re-mensuração reconhecidos no resultado da Companhia.

Durante o exercício, o valor contábil das dívidas designadas como *Fair Value Option* foi impactado em R\$45.286 (R\$32.513 em 2024) e reconhecido no resultado financeiro no mesmo momento em que o valor justo de *swap* de taxa de juros era reconhecido no resultado.

33.2. Gerenciamento de riscos

Administração financeira de risco

O Conselho de Administração tem responsabilidade geral pelo estabelecimento e supervisão do modelo de administração de risco da Companhia e suas controladas. Assim, fixou limites de atuação da Companhia com montantes e indicadores preestabelecidos na “Política de Gestão de Riscos decorrentes do Mercado Financeiro” (revista anualmente e disponível no website da Companhia) e nos regimentos internos da diretoria da Companhia e suas controladas.

O Comitê de Gestão de Riscos, composto pela Diretoria Financeira e Consultor externo especializado, acompanha, através do Relatório Trimestral de Gestão de Riscos, a adequação das operações à “Política de Gestão de Riscos decorrentes do Mercado Financeiro”.

Adicionalmente, a gestão de risco da Companhia e de suas controladas visam identificar, analisar e monitorar riscos enfrentados, para estabelecer limites e mesmo checar a aderência aos mesmos. Para tanto, a Companhia e suas controladas contam com serviços de empresa especializada e independente na gestão de risco de caixa e dívida, de modo que é procedido monitoramento diário sobre o comportamento dos principais indicadores macroeconômicos e seus impactos nos resultados, em especial nas operações de derivativos. Este trabalho permite definir estratégias de contratação e reposicionamento, visando menores riscos e melhor resultado financeiro.

a) Risco de Capital

O índice de endividamento no final do exercício é como segue:

	Consolidado	
	2025	2024
Dívida ⁽¹⁾	19.121.080	15.912.134
Partes Relacionadas ⁽²⁾	-	299.337
Caixa e equivalentes de caixa	(352.971)	(225.695)
Dívida líquida	18.768.109	15.985.776
Patrimônio líquido ⁽²⁾	6.189.214	4.303.727
Índice de endividamento líquido	3,03	3,71

⁽¹⁾ A dívida é definida como empréstimos, financiamentos e debêntures de curto e longo prazos e encargos de dívidas (excluindo derivativos e contratos de garantia financeira), conforme detalhado nas notas explicativas nº 19 e nº 20.

⁽²⁾ O patrimônio líquido inclui todo o capital e as reservas, gerenciados como capital.

b) Risco de liquidez

A Administração, através do fluxo de caixa projetado, programa suas obrigações que geram passivos financeiros ao fluxo de seus recebimentos ou de fontes de financiamentos, de forma a garantir o máximo possível a liquidez, para cumprir com suas obrigações, evitando inadimplências que prejudiquem o andamento das operações da Companhia e de suas controladas.

As maturidades contratuais dos principais passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados até os vencimentos contratuais e excluindo o impacto de acordos de negociação de moedas pela posição líquida, são as seguintes:

	Taxa média de juros efetiva ponderada (%) meses	Controladora					Total
		Até 6 meses	De 6 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Mais de 5 anos	
Fornecedores		197	-	-	-	369	566
Empréstimos e financiamentos, encargos de dívidas e debêntures.	1,00%	-	4.332	10.739	13.367	229.649	258.087
Total		197	4.332	10.739	13.367	230.018	258.653

Consolidado							
	Taxa média de juros efetiva ponderada (%)meses	Até 6 meses	De 6 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Fornecedores		1.542.574	-	-	-	83.368	1.625.942
Empréstimos e financiamentos, encargos de dívidas e debêntures.	10,01%	1.399.133	1.813.247	5.857.604	10.388.414	12.446.712	31.905.110
Instrumentos Financeiros							
Derivativos		133.290	21.740	(67.580)	(15.497)	(51.185)	20.768
Total		3.074.997	1.834.987	5.790.024	10.372.917	12.478.895	33.551.820

Pelo modelo energético brasileiro, a energia elétrica adquirida pelas distribuidoras de energia é produzida majoritariamente por usinas hidrelétricas. Um período de escassez prolongado de chuvas, pode ocasionar, uma redução relevante nos níveis dos reservatórios das usinas, obrigando o acionamento de termelétricas o que pode ocasionar aumento de custos para as distribuidoras. Este cenário pode provocar uma pressão no caixa das distribuidoras a curto prazo, fazendo com que medidas governamentais de equilíbrio ao sistema sejam implementadas, como aumento nas tarifas futuras e de bandeiras tarifárias. Estas ações, aliadas ao constante monitoramento dos compromissos assumidos pelas controladas distribuidoras de energia elétrica em seus contratos de compra de energia, reduzem a exposição dessas controladas quanto a variação no custo da energia.

c) Risco de crédito

A Administração avalia que os riscos de caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras e instrumentos financeiros derivativos são reduzidos, em função de não haver concentração e as operações serem realizadas com bancos de percepção de risco aderentes à "Política de Gestão de Riscos decorrentes do Mercado Financeiro". Constituído no primeiro trimestre de 2010, o Comitê de Auditoria do Conselho de Administração da Energisa S/A tem a função de supervisionar se a Administração do Grupo vem seguindo as regras e princípios estabelecidos na política.

O risco de crédito, principalmente das distribuidoras de energia elétrica controladas, é representado por contas a receber, o que, no entanto, é atenuado por vendas a uma base pulverizada de clientes e por prerrogativas legais para suspensão da prestação de serviços a maioria dos clientes inadimplentes.

O ativo financeiro indenizável da concessão que corresponde a parcela estimada do capital investido na infraestrutura do serviço público que não será totalmente amortizada até o final da concessão, será um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do Poder Concedente, a título de indenização pela reversão da infraestrutura.

Para os ativos financeiros setoriais referem-se aos ativos decorrentes das diferenças temporárias entre os custos homologados da Parcela A e outros componentes financeiros, constitui um direito a receber da Companhia. Esses valores são efetivamente liquidados por ocasião dos próximos períodos tarifários ou, em caso de extinção da concessão com a existência de saldos apurados que não tenham sido recuperados, serão incluídos na base de indenização já prevista quando da extinção por qualquer motivo da concessão.

Exposição a riscos de crédito

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do risco do crédito na data das demonstrações financeiras, são como segue:

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2025	2024	2025	2024
Ativos					
Caixa e equivalentes de caixa	6.1	210	63	352.971	225.695
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	6.2	139.998	11.837	2.546.091	3.357.855
Clientes, consumidores e concessionárias.	7	-	-	2.818.464	2.833.623
Títulos de créditos a receber	-	-	-	10.092	11.378
Ativo financeiro setorial	10	-	-	993.401	248.592
Ativo financeiro indenizável da concessão	14	-	-	12.849.413	10.592.044
Instrumentos financeiros derivativos	33	-	-	405.353	818.087
Créditos com partes relacionadas	12	602	531	-	-

d) Risco de mercado: taxa de juros e de câmbio

As dívidas da Companhia e suas controladas são compostas por recursos captados, principalmente, através de agentes de fomento nacional, mercado de capitais (debêntures e notas promissórias) e empréstimos bancários, denominados em real e moedas estrangeiras, resultando em exposição a riscos de variações cambiais, de taxas de juros e índices de preços. Como parte de sua estratégia de gestão de riscos, a Companhia e suas controladas utilizam instrumentos financeiros derivativos com o objetivo de proteção econômica e financeira contra essas variações.

O montante consolidado das dívidas bancárias e de emissões da Companhia e suas controladas em 2025, excluídos os efeitos dos custos com captação é de R\$19.378.726 (R\$16.048.328 em 2024), cerca de R\$2.296.203 (R\$3.524.146 em 2024) estão representados em moedas estrangeiras conforme notas explicativas nº 20 e nº 21.

Para os contratos suscetíveis a variações ao dólar norte-americano, a taxa de câmbio encerrou o período findo em 31 de dezembro de 2025 com redução de 11,14% sobre 31 de dezembro de 2024, cotado a R\$5,5024/ USD. A volatilidade histórica do dólar norte-americano em 31 de dezembro de 2025 era de 10,12%, enquanto 31 de dezembro de 2024 foi de 14,51%.

O balanço patrimonial da controladora e o consolidado apresentam os seguintes saldos a título de marcação a mercado dos instrumentos financeiros derivativos atrelados ao câmbio e às taxas de juros, que são originados da combinação de fatores usualmente adotados para precificação a mercado de instrumentos dessa natureza, como volatilidade, cupom cambial, taxa de juros e cotação cambial.

	Consolidado	
	2025	2024
Ativo circulante	79.284	228.477
Ativo não circulante	326.069	589.610
Total do ativo	405.353	818.087
Passivo circulante	234.314	261.261
Passivo não circulante	191.807	214.059
Total do passivo	426.121	475.320

Os saldos apresentados acima, não se trata de valores materializados, pois refletem os valores da reversão dos derivativos em 2025, o que não corresponde ao objetivo de proteção das operações de *hedge*.

A Companhia e suas controladas possuem proteção contra variação cambial adversa de 100% dos financiamentos atrelados a moedas estrangeiras, protegendo o valor principal e dos juros até o vencimento. As proteções acima estão divididas nos instrumentos descritos a seguir:

Operação	Notional (USD)	Custo Financeiro (% a.a.)		Vencimento	Designação
		Ponta Ativa	Ponta Passiva		
ETO					
Resolução 4131 – Merrill Lynch	20.070	USD + 6,3882%	CDI + 1,35%	20/03/2026	Fair Value Option
Resolução 4131 – Scotiabank	31.071	USD + 5,5755%	CDI + 1,40%	16/08/2027	Fair Value Option
Resolução 4131 – Scotiabank	21.466	USD + 5,1955%	CDI + 1,10%	16/12/2027	Fair Value Option
EMT					
Resolução 4131 – Scotiabank	44.265	USD + 6,31%	CDI + 1,57%	09/03/2026	Fair Value Option
Resolução 4131 – Scotiabank	49.201	USD + 5,9150%	CDI + 1,40%	09/08/2027	Fair Value Option
Resolução 4131 – Citibank	58.824	SOFR + 1,50%	CDI + 1,25%	14/06/2028	Fair Value Option
EMS					
Resolução 4131 – Bank of America	36.495	USD + 6,2824%	CDI + 1,25%	24/07/2026	Fair Value Option
Resolução 4131 – Scotiabank	28.744	USD + 5,9150%	CDI + 1,40%	09/08/2027	Fair Value Option
Resolução 4131 – Citibank	47.089	SOFR + 1,50%	CDI + 1,25%	14/06/2028	Fair Value Option
ESS					
Resolução 4131 – Santander	18.007	USD + 6,38%	CDI + 1,25%	23/07/2026	Fair Value Option
Resolução 4131 – Scotiabank	45.784	USD + 5,9150%	CDI + 1,40%	09/08/2027	Fair Value Option
Resolução 4131 – Scotiabank	8.271	USD + 5,3160%	CDI + 1,10%	16/12/2027	Fair Value Option

Adicionalmente, a Companhia possui operações de swap de taxa de juros (taxas pré-fixadas, CDI) associada ao "Notional" de seu endividamento em moeda local (Reais). As operações de swap de juros estão relacionadas a seguir:

Operação	Notional (BRL)	Custo Financeiro (% a.a.)		Vencimento	Designação
		Ponta Ativa	Ponta Passiva		
EMT					
J.P. Morgan	3.657	IPCA + 5,1074%	103,50% CDI	15/10/2027	Fair Value Hedge
Itaú	181.887	IPCA + 4,88%	CDI + 0,02%	15/10/2026	N.A
BR Partners	351.475	IPCA + 6,0872%	CDI + 0,705%	15/10/2031	Fair Value Hedge
BR Partners	164.437	IPCA + 6,1566%	CDI + 0,717%	15/04/2029	Fair Value Hedge
BR Partners	95.563	IPCA + 6,2770%	CDI + 0,880%	15/04/2032	Fair Value Hedge
Bradesco	365.535	IPCA + 6,1076%	CDI + 0,7275%	17/02/2031	Fair Value Hedge
XP	85.807	IPCA + 4,4744%	CDI - 1,54%	15/10/2030	Fair Value Hedge
BTG Pactual	200.000	IPCA + 7,0292%	CDI - 0,67%	15/12/2034	Fair Value Hedge
Itaú	360.000	BRL + 13,70%	CDI - 0,16%	17/05/2032	Fair Value Hedge
BTG Pactual	550.000	IPCA + 7,0999%	CDI - 0,22%	17/09/2035	Fair Value Hedge
BTG Pactual	450.000	IPCA + 6,9467	CDI - 0,16%	17/09/2040	Fair Value Hedge
Bradesco	198.000	IPCA + 7,2318%	CDI - 0,25%	15/10/2035	Fair Value Hedge
Bradesco	132.000	IPCA + 7,1146%	CDI - 0,19%	15/10/2040	Fair Value Hedge
ETO					
J.P. Morgan	3.304	IPCA + 5,1074%	103,50% CDI	15/10/2027	Fair Value Hedge
J.P. Morgan	82.000	IPCA + 6,0872%	CDI + 0,93%	15/10/2031	Fair Value Hedge
BR Partners	55.689	IPCA + 6,1566%	CDI + 0,717%	15/04/2029	Fair Value Hedge
BR Partners	34.311	IPCA + 6,2770%	CDI + 0,880%	15/04/2032	Fair Value Hedge
Bradesco	387.235	IPCA + 7,30%	CDI + 0,078%	15/05/2035	Fair Value Hedge
ESS					
J.P. Morgan	2.977	IPCA + 5,1074%	103,50% CDI	15/10/2027	Fair Value Hedge
BR Partners	81.000	IPCA + 6,0996%	CDI + 0,814%	15/01/2032	Fair Value Hedge
ABC	193.617	IPCA + 7,30%	CDI + 0,055%	15/05/2035	Fair Value Hedge
Bradesco	144.000	IPCA + 7,2318%	CDI - 0,25%	15/10/2035	Fair Value Hedge
Bradesco	96.000	IPCA + 7,1146%	CDI - 0,19%	15/10/2040	Fair Value Hedge
EMS					
J.P. Morgan	3.733	IPCA + 5,1074%	103,50% CDI	15/10/2027	Fair Value Hedge
Itaú	148.501	IPCA + 4,88%	CDI + 0,02%	15/10/2026	N.A
J.P. Morgan	320.000	IPCA + 6,0872%	CDI + 0,85%	15/10/2031	Fair Value Hedge
XP	365.535	IPCA + 6,1076%	CDI + 0,72%	17/02/2031	Fair Value Hedge
ABC Brasil	254.932	IPCA + 6,4364%	CDI + 0,04%	15/09/2034	Fair Value Hedge
Itaú	410.000	BRL + 13,70%	CDI - 0,16%	17/05/2032	Fair Value Hedge
Safra	540.000	IPCA + 7,0461%	CDI - 0,31%	17/09/2035	Fair Value Hedge
BTG Pactual	360.000	IPCA + 6,9467	CDI - 0,16%	17/09/2040	Fair Value Hedge

De acordo com o CPC 40, apresentam-se abaixo os valores dos instrumentos financeiros derivativos da Companhia e suas controladas, cujos valores foram contabilizados como *fair value option*, vigentes em 31 de dezembro 2025:

Fair Value Option	Valor de referência		Descrição	Valor Justo	
	2025	2024		2025	2024
Dívida designada para <i>Fair Value Option</i>	2.253.561	3.059.675	Moeda Estrangeira - USD	(2.296.101)	(3.523.801)
			Posição ativa:		
			Moeda Estrangeira - USD	2.296.101	3.523.801
Swap Cambial (derivativo)	2.253.561	3.059.675	Posição passiva: Taxa de Juros CDI	(2.348.868)	(3.179.330)
			Posição Líquida Swap	(52.767)	344.471
			Posição Líquida Dívida + Swap	(2.348.868)	(3.179.330)

A Companhia e suas controladas designam certos instrumentos de *hedge* relacionados a risco com variação cambial e taxa de juros dos empréstimos como *hedge* de valor justo, *fair value hedge*, conforme demonstrado abaixo:

Fair Value Hedge	Valor de referência		Descrição	Valor Justo	
	2025	2024		2025	2024
Dívida (Objeto de Hedge) ⁽¹⁾	6.621.197	3.256.563	Taxa Pré e Pós-fixada	(6.816.403)	(2.972.796)
			Posição ativa: Taxa Pré e Pós-Fixada	7.204.035	3.433.976
			Posição passiva: Taxa de Juros CDI	(7.172.036)	(3.435.680)
Swap de Juros (Instrumentos de Hedge)	6.621.197	3.256.563	Posição Líquida Swap	31.999	(1.704)
			Posição Líquida Dívida + Swap	(6.784.404)	(2.974.500)

⁽¹⁾ Os empréstimos designados formalmente como "Fair Value Hedge" são reconhecidos a valor justo na proporção da parcela efetiva em relação ao risco que está sendo protegido.

O valor justo dos derivativos contratados pelas controladas em 2025 e 2024 foi apurado com base nas cotações de mercado para contratos com condições similares. Suas variações estão diretamente associadas às variações dos saldos das dívidas relacionadas na nota explicativa nº 20 e ao bom desempenho dos mecanismos de proteção utilizados, descritos acima. A Companhia e suas controladas não têm por objetivo liquidar esses contratos antes dos seus vencimentos, bem como possuem expectativa distinta quanto aos resultados apresentados como valor justo – conforme abaixo demonstrado. Para uma perfeita gestão, é procedido monitoramento diário, com o intuito de preservar menores riscos e melhores resultados financeiros.

A Marcação a Mercado (MtM) das operações da Companhia e de suas controladas foi calculada utilizando metodologia geralmente empregada e conhecida pelo mercado. A metodologia consiste basicamente em calcular o valor futuro das operações, utilizando as taxas acordadas em cada contrato, descontando a valor presente pelas taxas de mercado. Os dados utilizados nesses cálculos foram obtidos de fontes consideradas confiáveis. As taxas de mercado, como a taxa Pré e o Cupom cambial, foram obtidas diretamente do site da BM&F (Taxas de Mercado para Swaps). A taxa de câmbio (Ptax) foi obtida do site do Banco Central. No caso das opções, as volatilidades implícitas de moedas estrangeiras também foram obtidas na BM&F.

33.3. Análise de sensibilidade

De acordo com o CPC 40, a Companhia e suas controladas realizaram análise de sensibilidade dos principais riscos aos quais os instrumentos financeiros e derivativos estão expostos, como segue:

a) Variação cambial

Considerando a manutenção da exposição cambial de 2025, com a simulação dos efeitos nas demonstrações financeiras futuras, por tipo de instrumento financeiro e para três cenários distintos, seriam obtidos os seguintes resultados (ajustados a valor presente para a data base das demonstrações financeiras):

Operação	Exposição	Risco	Cenário I (Provável) ⁽¹⁾	Cenário II (Deterioração de 25%)	Cenário III (Deterioração de 50%)
Dívida Moeda Estrangeira	(2.253.561)		(2.032.252)	(2.550.950)	(3.069.648)
Variação Dívida			221.309	(297.389)	(816.087)
Swap Cambial					
Posição Ativa					
Instrumentos Financeiros Derivativos	2.296.101		2.074.792	2.593.490	3.112.188
Variação			(221.309)	297.389	816.087
Posição Passiva					
Instrumentos Financeiros Derivativos – Taxa de Juros CDI	(2.348.868)	Alta do Câmbio	(2.348.868)	(2.348.868)	(2.348.868)
Subtotal	(52.767)		(274.076)	244.622	763.320
Total Líquido	(2.306.328)		(2.306.328)	(2.306.328)	(2.306.328)

⁽¹⁾ O cenário provável é calculado a partir da expectativa do câmbio futuro do último boletim Focus divulgado para a data de cálculo. Os cenários de deterioração de 25% e de deterioração de 50% são calculados a partir da curva do cenário provável. Nos cenários a curva

de câmbio é impactada, a curva de CDI é mantida constante e a curva de cupom cambial é recalculada. Isto é feito para que a paridade entre spot, CDI, cupom cambial e câmbio futuro seja sempre válida.

Os derivativos no “Cenário Provável”, calculados com base na análise líquida das operações acima apresentadas até o vencimento das mesmas, ajustadas a valor presente pela taxa prefixada brasileira em reais para 31 de dezembro de 2025, apresenta o cenário base para avaliação da efetividade na mitigação das variações cambiais adversas das dívidas existentes. Neste sentido, quanto maior a deterioração do câmbio (variável de risco considerada), maiores serão os resultados positivos dos swaps. Com os cenários de deterioração do real frente ao câmbio, de 25% e 50%, o valor presente da dívida mais derivativos seria de R\$2.306.328 em ambos os casos.

b) Variação das taxas de juros

Considerando a manutenção da exposição às taxas de juros em 2025 com a simulação dos efeitos nas demonstrações financeiras futuras, por tipo de instrumento financeiro seriam obtidos os seguintes resultados (ajustados a valor presente para a data base das demonstrações financeiras):

Operação	Exposição	Risco	Cenário I (Provável)	Cenário II (Deterioração de 25%)	Cenário III (Deterioração de 50%)
Dívida Moeda Local – Taxa de Juros	(6.621.197)		(6.621.197)	(6.621.197)	(6.621.197)
Variação Dívida			-	-	-
Swap de Juros					
Posição Ativa					
Instrumentos Financeiros Derivativos – Pré e Pós	7.204.035	Alta CDI	7.204.035	7.204.035	7.204.035
Variação – Taxa de Juros			-	-	-
Posição Passiva					
Instrumentos Financeiros Derivativos – CDI	(7.172.036)		(7.172.036)	(8.358.522)	(9.816.218)
Variação – CDI			-	(1.186.486)	(2.644.182)
Subtotal	31.999		31.999	(1.154.487)	(2.612.183)
Total Líquido	(6.589.198)		(6.589.198)	(7.775.684)	(9.233.380)

Considerando que o cenário de exposição dos instrumentos financeiros indexados às taxas de juros de 2025 seja mantido e que os respectivos indexadores anuais acumulados sejam os apresentados na tabela abaixo, caso ocorram oscilações nos índices de acordo com os três cenários definidos, o resultado financeiro líquido seria impactado em:

Instrumentos	Exposição (R\$ mil)	Risco	Cenário I (Provável) (1)	Cenário II (Deterioração de 25%)	Cenário III (Deterioração de 50%)
Instrumentos financeiros ativos:					
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	2.546.091	Alta CDI	311.896	389.870	467.844
Instrumentos financeiros passivos:					
Swap	(2.348.868)	Alta CDI	(287.736)	(359.670)	(431.604)
Empréstimos, financiamentos e debêntures	(5.272.852)	Alta CDI	(645.924)	(807.405)	(968.886)
	(9.897.219)	Alta IPCA	(421.622)	(527.028)	(632.433)
	(27.725)	Alta INPC	(1.081)	(1.351)	(1.622)
	(646.197)	Alta TR	(12.730)	(15.913)	(19.095)
Subtotal (2)	(18.192.861)		(1.369.093)	(1.711.367)	(2.053.640)
Total – perdas (2)	(15.646.770)		(1.057.197)	(1.321.497)	(1.585.796)

(1) Considera o CDI de 31 de dezembro de 2026 (12,25% ao ano), cotação das estimativas apresentadas pela recente Pesquisa do BACEN, data de 31 de dezembro de 2025, TR 1,97% ao ano, INPC 3,90% ao ano e IPCA 4,26% ao ano.

(2) Não incluem as demais operações pré-fixadas no valor de R\$1.185.865.

34. Benefícios pós-emprego – consolidado

Composição dos passivos de benefício pós-emprego relacionados aos planos de aposentadoria e pensão, prêmio/gratificação de aposentadoria e plano de saúde:

Empresas	Prêmio / Gratificação Aposentadoria	Plano de Saúde	Plano de Previdência			Total	
			Contratos de dívida		Total Plano de Previdência		
			Plano BD	Plano CD		2025	2024
EMT	-	12.350	1.355	10.143	11.498	23.848	27.442
EMS	-	8.485	-	-	-	8.485	18.118
ESS	-	20.201	2.596	9.480	12.076	32.277	37.200
ETO	486	13.097	1.723	2.428	4.151	17.734	19.386
MUTI	-	359			-	359	6
Total Consolidado	486	54.492	5.674	22.051	27.725	82.703	102.152
Circulante	41	7.237	416	3.995	4.411	11.689	14.553
Não circulante	445	47.255	5.258	18.056	23.314	71.014	87.599
Benefícios pós-emprego						54.978	71.698
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas						27.725	30.454

34.1. Plano de suplementação de aposentadoria e pensão

A Companhia e suas controladas são patrocinadoras de planos de benefícios previdenciários aos seus empregados, nas modalidades de benefício definido, contribuição variável, um plano exclusivamente para benefícios de risco vinculado a plano de contribuição variável e plano de contribuição definida.

Os planos de benefício definido, contribuição variável e de risco são avaliados atuarialmente ao final de cada exercício, visando verificar se as taxas de contribuição estão sendo suficientes para a formação de reservas necessárias aos compromissos de pagamento atuais e futuros. Já os planos na modalidade contribuição definida não estão sujeitos à avaliação atuarial para mensuração e reconhecimento de obrigação no âmbito do CPC 33(R1).

A administração desses planos é realizada pela Energisaprev - Fundação Energisa de Previdência, entidade fechada de previdência complementar, multipatrocinada, constituída como fundação, sem fins lucrativos, com autonomia administrativa e financeira, com funcionamento autorizado pela Portaria nº 47, de 24 de outubro de 2003, do Ministério da Previdência Social – Secretaria de Previdência Complementar.

Os planos de benefício patrocinados pela Companhia e suas controladas são:

Plano	Modalidade do plano	Patrocinadora (as)	Status	Data Instituição	Benefício
Plano Elétricas BD	BD	ETO e ESS	Fechado	01/08/1986	Assegura benefícios suplementares: • Aposentadoria por tempo de serviço/idade; • Aposentadoria por invalidez, auxílio-doença; • Aposentadoria especial; • Abono anual; • Pensão por morte e pecúlio por morte.
Plano Elétricas OP	CV	ETO, ESS e EMS	Fechado	01/01/1999	• Renda Mensal, com reversão aos beneficiários; • Pecúlio por Invalidez ou Morte. • Complementação de aposentadoria por tempo de contribuição; • Complementação de aposentadoria especial;
Plano Cemat BD-I	BD	EMT	Fechado	01/01/1994	• Complementação de aposentadoria por idade; • Complementação de aposentadoria por invalidez; • Complementação de pensão por morte; e • Complementação de abono anual.
Plano Cemat OP	CV	EMT	Fechado	01/01/1999	• Renda Mensal, com reversão aos beneficiários; • Pecúlio por Invalidez ou Morte.

Plano	Modalidade do plano	Patrocinadora (as)	Status	Data Instituição	Benefício
Plano I	BD	EMS	Fechado	18/07/1989	• Complementação de aposentadoria por tempo de contribuição; • Complementação de aposentadoria especial; • Complementação de aposentadoria por idade; • Complementação de aposentadoria por invalidez; • Complementação de pensão por morte; e • Complementação de abono anual.
Plano II	CV	EMS	Fechado	01/05/2002	• Aposentadoria normal ou antecipada; • Aposentadoria por invalidez; • Pensão por morte de ativo; e • Pensão por morte de aposentado.
Plano Risco	BD	ETO, ESS, EMS e EMT	Fechado	01/08/1986	• Suplementação da aposentadoria por invalidez; • Suplementação do auxílio-doença; • Abono Anual; • Suplementação da pensão por morte; e • Pecúlio por morte.
Plano Energisa Sudeste	CV	EMT, ETO, ESS e EMS	Fechado	01/07/1981	• Complementação de aposentadoria por tempo de serviço; • Complementação de aposentadoria por idade; • Complementação de aposentadoria por invalidez; • Complementação de pensão por morte; • Complementação de abono anual; • Aposentadoria; • Benefício por Invalidez; • Pensão por Morte.
Plano Energisa CD	CD	EMT, ETO, ESS, EMS e MULTI	Aberto	07/04/2017	• Aposentadoria; • Benefício por invalidez; • Pensão por morte.

Os planos têm seu custeio compartilhado entre Participantes e Patrocinadora, considerando a participação definida em cada regulamento.

No exercício, a despesa de patrocínio a esses planos foi de R\$22.583 (R\$20.170 em 2024), registrada na rubrica de benefícios pós-emprego na demonstração de resultado do exercício.

Em 2025 foi reconhecido um crédito na despesa de pessoal em contrapartida um ativo a receber do Fundo Patronal do plano de previdência, no montante de R\$630 (R\$503 em 2024), valor originado da parcela das contribuições patronais não recebidas pelos participantes que optaram pelo resgate de saldo e que possuía alguma restrição desse resgate das contribuições patronais.

Número de participantes/beneficiários

Atualmente apenas o Plano Energisa CD está aberto para novas adesões e o número de participantes do plano está apresentado a seguir:

	Consolidado	
	2025	2024
Ativos	5.612	6.354
Autopatrocinados	17	21
Benefício Proporcional Diferido - BPD	155	126
Assistidos	1369	1.037
Total	7.153	7.538

Retirada de patrocínio

Em 31 de janeiro de 2023 as controladas distribuidoras de energia elétrica ETO, EMT, EMS, ESS solicitaram à EnergisaPrev a retirada de patrocínio dos planos de benefício, Elétricas BD, Elétrica OP, Plano R, Plano I, Plano II

e Plano Funasa CD, em face ao reduzido número de participantes remanescentes nesses planos, após os movimentos de migrações concluídos em 2022, tornando-os inviáveis em termos de custeio administrativo.

Em 18 de janeiro de 2024 a PREVIC-Superintendência Nacional de Previdência Complementar comunicou a EnergisaPrev quanto ao arquivamento da solicitação de retirada de patrocínio, baseada na publicação e entrada em vigor da nova resolução que dispõe sobre a retirada de patrocínio “Resolução CNPC/MPS nº 59, de 13 de dezembro de 2023”, e orientou a entidade aguardar a edição do normativo que regulamentará a referida resolução para a proposição de novo pedido de retirada de patrocínio.

34.2.Situação financeira dos planos de benefícios definido- avaliação atuarial

Com base na avaliação atuarial elaborada por atuários independentes da Companhia em 31 de dezembro de 2024, seguindo os critérios requeridos pelo CPC 33 (R1) - Benefício a empregados, os planos apresentam a seguinte situação:

a. Número de participantes/beneficiários:

	Consolidado	
	2025	2024
Ativos	105	105
Assistidos	289	295
Beneficiários Pensionistas	134	130

b. Premissas utilizadas nesta avaliação atuarial:

	Avaliação atuarial 2025						
	CEMAT BD-I	CEMAT OP	RISCO	ELÉTRICAS BD	ELÉTRICAS OP	Plano I	Plano II
I - Premissas Biométricas ⁽¹⁾							
Tábua de Mortalidade ⁽²⁾	BR-EMS 2021 por sexo	BR-EMS 2021 por sexo	BR-EMS 2021 por sexo	BR-EMS 2021 por sexo	BR-EMS 2021 por sexo	BR-EMS 2021 por sexo	BR-EMS 2021 por sexo
Tábua de Entrada em Invalidez	LIGHT (Frac)	N/A	LIGHT (Frac)	LIGHT (FRACA)	Não Aplicável	LIGHT (FRACA)	LIGHT (FRACA)
Tábua de Mortalidade de Inválidos ⁽²⁾	MI-85 por sexo	N/A	MI-85 por sexo	MI 85	Não Aplicável	MI 85	MI 85
Composição Familiar (Ativos)	N/A	N/A	Família Média Padrão	Família média padrão	Família média padrão	Não Aplicável	Família média padrão
Composição Familiar (Assistidos)	Família Real	Família Real	Família Real	Família Real	Família Real	Família Real	Família Real
II - Variáveis Econômicas							
Taxa Real de Desconto da Obrigação Atuarial	7,12%	7,33%	7,12%	7,33%	7,33%	7,54%	7,12%
Expectativa de Inflação Futura ⁽³⁾	4,00%	4,00%	4,00%	4,00%	4,00%	4,00%	4,00%
Taxa de Rendimento Esperado dos Ativos	11,40%	11,62%	10,97%	11,62	11,62%	11,40%	11,40%
Fator Capacidade Salarial e de Benefício	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Taxa de Crescimento Real de Salários	N/A	N/A	2,19%	N/A	N/A	Não Aplicável	2,19%
Taxa de Rotatividade	0% a.a.	0% a.a.	0% a.a.	0% a.a.	0%	0%	0% .
III - Regime Financeiro de Capitalização							
	Crédito Unitário Projetado	Crédito Unitário Projetado	Crédito Unitário Projetado	Crédito Unitário Projetado	Crédito Unitário Projetado	Crédito Unitário Projetado	Crédito Unitário Projetado

	Avaliação atuarial 2024						
	CEMAT BD-I	CEMAT OP	RISCO	ELÉTRICAS BD	ELÉTRICAS OP	Plano I	Plano II
I – Premissas Biométricas ⁽¹⁾							
Tábua de Mortalidade ⁽²⁾	BR-EMS 2021 por sexo	BR-EMS 2021 por sexo	BR-EMS 2021 por sexo (4)	BR-EMS 2021 por sexo	BR-EMS 2021 por sexo	BR-EMS 2021 por sexo	BR-EMS 2021 por sexo
Tábua de Entrada em Invalidez	LIGHT (Frac)	N/A	LIGHT (Frac)	LIGHT (Frac)	N/A	LIGHT (Frac)	LIGHT (Frac)
Tábua de Mortalidade de Inválidos ⁽²⁾	MI-85 por sexo	N/A	MI-85 por sexo	MI-85 por sexo	N/A	MI-85 por sexo	MI-85 por sexo
Composição Familiar (Ativos)	N/A	N/A	Família média padrão	N/A	N/A	N/A	Família média padrão
Composição Familiar (Assistidos)	Família Real	Família Real	Família Real	Família Real	Família Real	Família Real	Família Real
II – Variáveis Econômicas							
Taxa Real de Desconto da Obrigação Atuarial	6,71%	6,79%	6,71%	6,79%	6,79%	6,85%	6,79%
Expectativa de Inflação Futura ⁽³⁾	4,00%	4,00%	4,00%	4,00%	4,00%	4,00%	4,00%
Taxa de Rendimento Esperado dos Ativos	10,97%	11,06%	10,97%	11,06%	11,06%	11,13%	11,06%
Fator Capacidade Salarial e de Benefício	10,97%	11,06%	10,97%	11,06%	11,06%	100%	100%
Taxa de Crescimento Real de Salários	2,19%	N/A	2,19%	2,19%	N/A	Não Aplicável	2,19%
Taxa de Rotatividade	0%	0%	0%	0%	N/A	0,00%	0,00%
III – Regime Financeiro de Capitalização	Crédito Unitário Projetado	Crédito Unitário Projetado	Crédito Unitário Projetado	Crédito Unitário Projetado	Crédito Unitário Projetado	Crédito Unitário Projetado	Crédito Unitário Projetado

(1) Relatório de Estudo de aderência Biométrico

(2) Tábuas específicas por sexo

(3) Relatório de Boletim FOCUS.

As premissas atuariais adotadas são imparciais e mutuamente compatíveis. A taxa de desconto é baseada no rendimento do título público NTN-B, indexado ao IPCA. O título foi utilizado pois apresenta características condizentes com as características dos benefícios. A taxa de rendimento esperado sobre os ativos do plano reflete as expectativas de mercado relativas a rendimentos dos ativos do plano. A taxa de crescimento salarial real é baseada na experiência histórica da Companhia.

Para a apuração do valor presente das obrigações de benefício definido é empregado o método do crédito unitário projetado. Esse método é obrigatório segundo CPC 33 (R1).

O método do crédito unitário projetado considera cada período de serviço como fato gerador de uma unidade adicional de benefício, que são acumuladas para o cômputo da obrigação final. Adicionalmente são utilizadas outras premissas atuariais, tais como hipóteses biométricas e econômicas e, também, dados históricos de gastos incorridos e de contribuição dos empregados.

Quando o saldo da obrigação se mostrar superior ao valor justo dos ativos do plano, o déficit é reconhecido no passivo da patrocinadora. Podem ser aplicadas reduções ao valor presente da obrigação atuarial com base no conceito de compartilhamento de riscos com participantes e assistidos, em linha com o Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1) e com orientações emitidas pelo Instituto Brasileiro de Atuários.

As remensurações ou ganhos e perdas atuariais gerados por alterações nas premissas atuariais dos planos de benefícios de pensão e aposentadoria ou decorrentes do ajuste pela experiência do plano são reconhecidos integralmente em outros resultados abrangentes no patrimônio líquido.

c. Conciliação da posição dos planos

A seguir apresentamos a conciliação e movimentação dos ativos e obrigações dos planos de aposentadoria e pensão das controladas:

Conciliação entre o saldo de abertura e de fechamento – Ativo	2025					2024				
	EMT	E M S	ETO	ESS	TOTAL	EMT	E M S	ETO	ESS	TOTAL
Valor justo dos ativos em 2024 e 2023	34.727	87.375	6.248	29.907	158.257	40.800	92.015	5.715	25.315	163.845
Ganhos/(Perdas) dos ativos	(1.194)	(9.870)	(382)	1.874	(9.572)	(7.950)	(9.333)	184	3.789	(13.310)
Retorno esperado dos ativos do plano	3.671	9.341	672	3.191	16.875	4.538	8.789	630	2.829	16.786
Contribuições do empregador	205	-	4	329	538	366	-	195	508	1.069
Contribuições dos participantes do plano	180	-	23	503	706	183	-	23	410	616
Benefícios pagos	(3.305)	(4.281)	(502)	(3.489)	(11.577)	(3.210)	(4.096)	(499)	(2.944)	(10.749)
Valor justo dos ativos em 2025 e 2024	34.284	82.565	6.063	32.315	155.227	34.727	87.375	6.248	29.907	158.257

Conciliação entre o saldo de abertura e de fechamento – Obrigação	2025					2024				
	EMT	E M S	ETO	ESS	TOTAL	EMT	E M S	ETO	ESS	TOTAL
Valor presente das obrigações em 2024 e 2023	32.943	66.198	6.156	26.594	131.891	38.624	67.965	6.784	25.424	138.797
Custo do serviço corrente	3	1	5	1	10	5	1	5	1	12
Custo dos juros	3.474	6.991	662	2.825	13.952	4.285	6.389	762	2.840	14.276
Contribuições de participantes	180	-	23	503	706	183	-	23	410	616
(Ganhos)/Perdas atuariais	(1.594)	(9.659)	(528)	2.411	(9.370)	(6.944)	-4.061	(919)	863	(11.061)
Benefícios pagos	(3.305)	(4.281)	(502)	(3.489)	(11.577)	(3.210)	-4096	(499)	(2.944)	(10.749)
Valor presente das obrigações em 2025 e 2024	31.701	59.250	5.816	28.845	125.612	32.943	66.198	6.156	26.594	131.891

Posição Líquida dos planos	2025					2024				
	EMT	EMS	ETO	ESS	TOTAL	EMT	EMS	ETO	ESS	TOTAL
Valor justo dos ativos	34.284	82.565	6.063	32.315	155.227	34.727	87.375	6.248	29.907	158.257
Valor presente das obrigações	(31.701)	(59.250)	(5.816)	(28.845)	(125.612)	(32.943)	(66.198)	(6.156)	(26.594)	(131.891)
Posição Líquida	2.583	23.315	247	3.470	29.615	1.784	21.177	92	3.313	26.366
Limite do Ativo	(2.583)	(23.315)	(247)	(3.474)	(29.619)	(2.372)	(21.177)	(267)	(3.502)	(27.318)
Déficit/Superávit passível de reconhecimento	-	-	-	(4)	(4)	(588)	-	(175)	(189)	(952)

Valor líquido reconhecido nas demonstrações financeiras das controladas.

Movimentação dos Saldos	2025	2024
Posição líquida em 2024 e 2023	952	5.196
Efeito em outros resultados abrangentes (ORA)	(856)	(4.384)
Contribuição do empregador	(211)	(473)
Limite do ativo	4	
Efeito no resultado do exercício	115	613
Posição líquida em 2025 e 2024 ⁽¹⁾	4	952

⁽¹⁾ O saldo dos contratos de dívidas firmados para cobertura dos déficits contratados, apresentados na nota explicativa nº20, é superior ao valor líquido do passivo de benefício definido - déficit, nas controladas EMS, ETO e ESS, portanto, em 2022 não há saldo na rubrica de benefício pós emprego - previdência para essas controladas.

Demonstração das despesas para o exercício de 2026 segundo os critérios do CPC 33 (R1):

	2026
Custo do Serviço Corrente	6
Custo dos juros	2.068
Retorno dos Ativos do Plano	(2.070)
Total da despesa a ser reconhecida	4

d. Alocação percentual do valor justo dos ativos dos planos:

	2025						
	ELÉTRICAS BD	ELÉTRICAS PO	RISCO	CEMAT BD-I	CEMAT OP	PLANO I	PLANO II
Investimentos:							
Títulos públicos	77,61%	78,05%	70,29%	77,31%	90,50%	89,46%	84,79%
Créditos privados e depósitos	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	1,95%
Fundos de investimento	22,37%	21,75%	29,21%	21,86%	9,39%	10,41%	13,20%
Operações com participantes	0,02%	0,20%	0,50%	0,83%	0,11%	0,13%	0,06%
Total	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%

	2024						
	ELÉTRICAS BD	ELÉTRICAS PO	RISCO	CEMAT BD-I	CEMAT OP	PLANO I	PLANO II
Investimentos:							
Títulos públicos	75,07%	74,03%	73,96%	74,19%	85,52%	90,53%	85,32%
Créditos privados e depósitos	1,02%	1,35%	0,73%	1,80%	0,89%	0,00%	3,15%
Fundos de investimento	23,89%	23,87%	24,66%	23,04%	13,44%	9,32%	11,47%
Operações com participantes	0,02%	0,75%	0,65%	0,97%	0,15%	0,15%	0,20%
Total	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%

e. Análise de Sensibilidade

A premissa atuarial significativa para a determinação da obrigação atuarial é a taxa de desconto. Para demonstrar como a obrigação do benefício definido teria sido afetada por mudança significativa da taxa de desconto, a análise de sensibilidade foi realizada considerando alteração da taxa de desconto em 0,25% de aumento ou redução, mantendo-se todas as demais premissas adotadas. A seguir são apresentados os resultados:

	2025			
Empresas	Plano Beneficiário	Valor presente das obrigações Atuariais Real	Valor presente das obrigações Atuariais com redução de 0,5%	Valor presente das obrigações Atuariais com aumento de 0,5%
EMT	CEMAT BD-I	2.445	2.524	2.370
EMT	CEMAT OP	18.568	19.162	18.002
EMT	RISCO	10.690	11.034	10.361
ESS	ELÉTRICAS BD	17.472	18.032	16.941
ESS	ELÉTRICAS OP	7.693	7.939	7.458
ESS	RISCO	3.680	3.799	3.567
ETO	ELÉTRICAS BD	1.287	1.328	1.248
ETO	ELÉTRICAS OP	32	33	31
ETO	RISCO	4.497	4.642	4.359
EMS	PLANO I	31.863	32.012	31.716
EMS	PLANO II	27.387	27.516	27.260

2024				
Empresas	Plano Beneficiário	Valor presente das obrigações Atuariais Real	Valor presente das obrigações Atuariais com redução de 0,5%	Valor presente das obrigações Atuariais com aumento de 0,5%
EMT	CEMAT BD-I	2.471	2.552	2.394
EMT	CEMAT OP	19.374	20.006	18.773
EMT	RISCO	11.098	11.460	10.752
ESS	ELÉTRICAS BD	18.022	18.378	17.676
ESS	ELÉTRICAS OP	4.952	5.113	4.798
ESS	RISCO	3.620	3.739	3.508
ETO	ELÉTRICAS BD	1.407	36	4.713
ETO	ELÉTRICAS OP	1.435	37	4.867
ETO	RISCO	1.379	35	4.567
EMS	PLANO I	39.901	40.932	37.378
EMS	PLANO II	28.850	30.213	27.582
EMS	RISCO	-	-	-

34.3. Prêmio e Gratificação de aposentadoria

A controlada ETO, em Acordo Coletivo de Trabalho, concede aos seus colaboradores, uma gratificação por aposentadoria a ser pago quando do requerimento das aposentadorias do Instituto Nacional da Seguridade Social (INSS).

Na controlada ETO a gratificação varia de 2,0 a 5,5 salários base, em razão do tempo de serviço prestado (mínimo de 5 anos e teto de 35 anos), quando do direito do benefício – aposentadoria requerida. Os colaboradores admitidos após 1º de maio de 1997, não terão direito à essa gratificação.

Reconciliação	2025	2024
Posição líquida em 2024 e 2023	598	609
Efeito em ORA	(139)	(7)
Benefícios pagos	(26)	(57)
Efeito no resultado do exercício	53	53
Posição líquida em 2025 e 2024	486	598
Circulante	41	53
Não Circulante	445	545

Demonstração das despesas para os exercícios de 2025, segundo critérios do CPC33 (R1) (IAS 19):

	2026
Custo do serviço corrente	3
Custos dos juros	38
Total da despesa a ser reconhecida	41

34.4. Plano de saúde

As controladas mantêm benefício pós emprego, de Assistência Médico-Hospitalar para os empregados ativos, aposentados, pensionistas e seus dependentes legais, nas modalidades de pré e pós pagamento:

- Pós pagamento: As contribuições mensais da companhia para o público de ativos correspondem as despesas médicas de utilização mais a taxa de administração, caracterizado como modalidade de Pós Pagamento. Já para o público de inativos, são realizados encontros de contas na qual é avaliado a receita arrecada (mensalidades e coparticipações) e, deste total, descontado os custos de utilizações. Os custos de ativos e inativos são reajustados anualmente em função da variação dos custos médicos e hospitalares, dos custos de comercialização, e de outras despesas incidentes sobre a operação.
- Pré pagamento: As contribuições mensais da Companhia correspondem aos prêmios médios e por faixa etária, calculados pela operadora/seguradora, multiplicado pelo número de vidas. Esses prêmios são reajustados anualmente, em função da sinistralidade, pela variação dos custos médicos e hospitalares, dos

custos de comercialização, e de outras despesas incidentes sobre a operação, com o objetivo de manter o equilíbrio técnico-atuarial. As contribuições arrecadadas dos aposentados, pensionistas e ex-funcionários são reajustadas da mesma forma supracitado

As controladas participam do custeio de planos de saúde a seus empregados, administrados por operadoras/seguradoras reguladas pela ANS. No caso de rescisão e/ou aposentadoria, os empregados podem permanecer no plano, desde que assumam a totalidade do custeio e que façam direto, conforme legislação (Lei nº 9.656/98). No exercício findo em 2025 as despesas com o plano de saúde foram de R\$99.512 (R\$83.095 em 2024) no consolidado. Inclui R\$2.376 (R\$4.658 em 2024) referente a cálculo atuarial do plano de benefício pós emprego. A seguir demonstramos a conciliação dos saldos reconhecidos no balanço do exercício e o total da despesa reconhecida na demonstração do resultado.

	2025	2024
Valor presente das obrigações em 2024 e 2023	71.100	115.999
Custo do serviço corrente	2.376	4.658
Custos dos juros	8.316	11.576
(Ganhos)/Perdas atuariais -ORA	(27.300)	(61.133)
Valor das obrigações calculadas em 2025 e 2024	54.492	71.100
Circulante	7.237	10.692
Não Circulante	47.255	60.408

Demonstração das despesas para os exercícios de 2026, segundo critérios do CPC33 (IAS 19):

	2026
Custo do serviço corrente	93
Custos dos juros	6.298
Total da despesa a ser reconhecida	7.237

Os ganhos e perdas atuariais gerados por ajustes e alterações nas premissas atuariais dos planos de assistência médico são reconhecidos integralmente em outros resultados abrangentes no patrimônio líquido.

a. Principais hipóteses atuariais utilizadas:

	2025			2024		
	UNIMED NACIONAL	BRADESCO	HAPVIDA	UNIMED NACIONAL	BRADESCO	HAPVIDA
I VARIÁVEIS ECONOMICAS						
Taxa Real de Desconto da Obrigação Atuarial	7,27%	7,27%	7,27%	7,40%	7,40%	7,46%
Expectativa de Inflação Futura	4,00%	4,00%	4,00%	4,50%	4,50%	4,50%
Taxa de desconto da Obrigação Atuarial	11,56%	11,56%	11,56%	11,70%	11,70%	12,30%
Taxa de Crescimento de Benefícios	4,00%	4,00%	4,00%	4,00%	4,00%	4,00%
Taxa Real de Crescimento de Custos Médicos	4,50%	4,50%	4,50%	4,50%	4,50%	4,00%
Taxa de Crescimento de Custos Médicos	8,68%	8,68%	8,68%	8,68%	8,68%	8,68%
Taxa de Rotatividade	(*)	(*)	28,00%	(*)	(*)	28,00%
Permanência no Plano na aposentadoria	75,00%	75,00%	75,00%	75,00%	75,00%	75,00%
Fator Envelhecimento	3,00%	3,00%	3,00%	3,00%	3,00%	3,00%
TÁBUAS BIOMÉTRICAS						
Tábua de Mortalidade	BR-EMS 2021	BR-EMS 2021	BR-EMS 2021	BR-EMS 2021	BR-EMS 2021	BR-EMS 2021
Tábua de Inválidos	MI-85 por sexo	MI-85 por sexo	MI-85 por sexo	MI-85 por sexo	MI-85 por sexo	MI-85 por sexo
Entradas de Invalidez	LIGHT (Frac)	LIGHT (Frac)	LIGHT (Frac)	LIGHT (Frac)	LIGHT (Frac)	LIGHT (Frac)
	Crédito	Crédito	Crédito	Crédito	Crédito	Crédito
Método de Financiamento	Unitário	Unitário	Unitário	Unitário	Unitário	Unitário
	Projetado	Projetado	Projetado	Projetado	Projetado	Projetado

(*) As taxas de rotatividade entre as empresas com o mesmo plano apresentam variações. Em 2025 o intervalo foi de 6,00% a 11,50% e, em 2024 a variação foi de 6,00% a 18,50%;

35. Cobertura de seguros

As principais coberturas são:

Ramos	Data de vencimento	Importância Segurada (R\$ mil)	Consolidado	
			2025	2024
Responsabilidade Civil Geral	23/06/2027	90.000	4.246	3.491
Auto – Frota	23/10/2026	Até 1.000 / veículo	710	765
Risco operacional	22/06/2026	90.000	4.563	7.407
Responsabilidade Civil Ambiental	20/10/2026	20.000	418	418
Seguro de proteção de dados e responsabilidade Cibernética	25/08/2026	50.000	699	815
Vida em Grupo e Acidentes Pessoais	31/01/2028	184.135	1.664	1.620
Transporte Nacional	30/07/2026	Até 5.000 / viagem	80	111
Riscos Diversos (RD) Equipamentos	-	-	-	1.629
Responsabilidade Civil Administradores e Diretores (D&O)	05/08/2026	100.000	120	274
Responsabilidade do Explorador ou Transporte – R.E.T.A (Drones)	30/06/2026	1.158 / drone	34	33
			12.534	16.563

36. Compromissos – consolidado

As controladas possuem os seguintes compromissos relacionados a contratos de longo prazo com a venda de energia:

	Contrato de compra de energia ⁽¹⁾					
	Vigência	2026	2027	2028	2029	Após 2029
ESS	2026 a 2054	862.630	816.288	810.803	807.010	7.190.755
EMT	2026 a 2054	2.550.456	2.351.210	2.240.203	2.170.894	20.758.141
ETO	2026 a 2054	572.821	549.210	541.672	538.330	6.604.016
EMS	2026 a 2054	1.283.816	1.177.318	1.126.295	1.129.589	13.194.933
		5.269.723	4.894.026	4.718.973	4.645.823	47.747.845

⁽¹⁾ Não estão incluídos os valores referentes à Quota do Proinfa e Itaipu.

Os valores relativos aos contratos de compra de energia, com vigência de 8 a 30 anos, representam o volume contratado pelo preço médio corrente exercício, foram homologados pela ANEEL.

37. Informações adicionais aos fluxos de caixa

Em 2025 e 2024 as movimentações patrimoniais que não afetaram o fluxo de caixa da Companhia, são:

	2025	2024
Outras transações não caixa		
Ativo financeiro indenizável da concessão – bifurcação de Ativos	1.886.557	1.678.811
Ativo financeiro indenizável da concessão – valor justo ativo indenizável	455.599	453.078
Atividades operacionais		
Fornecedores a prazo	232.633	224.034
Incorporação de redes	141.169	151.812
Arrendamento mercantil – IFRS 16	16.000	26.490
Atividades de investimentos		
Aquisição de intangível com pagamento a prazo	232.633	224.034
Ativo Contratual – Infra-estrutura em construção	141.169	151.812
Intangível – IFRS 16	16.000	26.490
Incorporação – Rede Power Holding de Energia S.A		
Caixa e Equivalente de Caixa	132	-
Aplicação Financeiras no Mercado Aberto	37.333	-
Devedores Diversos	173	-
Tributos a Recuperar	5.364	-
Participações societárias permanentes	430.775	-
Tributos e Contribuições	51	-
Outras contas a pagar	3.205	-
Fornecedores	361	-
Imposto de renda diferido	14.761	-
Contribuição social diferido	5.314	-

38. Eventos subsequentes

38.1. Bandeira tarifária

A ANEEL definiu para as controladas distribuidoras de energia elétrica, a aplicação da Bandeira Verde a ser aplicada para os meses de janeiro, fevereiro e março de 2026, resultado de análises do cenário hidrológico do país.

38.2. Emissão de Debêntures

- (1) Em 20 de fevereiro de 2026, a controlada EMT, efetuou a 27ª emissão de debêntures, em série única, no montante de R\$ 370.000, com vencimento em 15 de dezembro de 2045 e remuneração de IPCA mais 7,47% ao ano. Os recursos foram destinados ao financiamento futuro dos projetos de investimentos em infraestrutura de distribuição de energia elétrica de titularidade da Emissora.
- (2) Em 10 de março de 2026, a controlada EMT, efetuou a 28ª emissão de debêntures incentivadas no montante de R\$ 1.000.000 em duas séries, sendo (i) 1ª série com vencimento em 15 de fevereiro de 2036, e remuneração de IPCA + 6,67% a.a.; (ii) a 2ª série com vencimento em 15 de fevereiro de 2041 e remuneração de IPCA + 6,55% a.a..
- (3) Em 20 de fevereiro de 2026, a controlada indireta ETO, efetuou a 14ª emissão de debêntures, em série única, o montante de R\$ 460.000, com vencimento em 15 de dezembro de 2045 e remuneração de IPCA mais 7,50% ao ano. Os recursos foram destinados ao financiamento futuro dos projetos de investimentos em infraestrutura de distribuição de energia elétrica de titularidade da Emissora.

- (4) Em 10 de março de 2026, a controlada ETO, efetuou a 15ª emissão de debêntures incentivadas no montante de R\$ 330.000 em duas séries, sendo (i) a 1ª série com vencimento em 15 de fevereiro de 2036 e remuneração de IPCA + 6,67% a.a.; (ii) a 2ª série com vencimento em 15 de fevereiro de 2041 e remuneração de IPCA + 6,55% a.a..

38.3. **Empréstimos – Liberação de recursos (Controlada)**

Em 03 de março de 2026 a controlada direta Energisa Mato Grosso do Sul Distribuidora de Energia S/A teve a liberação de R\$144.000 referente à segunda parcela do contrato N° 23.2.0329-1 de financiamento junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES firmado em 06 de fevereiro de 2024

38.4. **Pagamento de dividendos**

O Conselho de Administração da Companhia em reunião realizada em 12 de março de 2026, aprovou a distribuição de dividendos à conta do lucro do exercício de 2025, no montante de R\$ 256.820, equivalentes a R\$ 0,10 por ação ordinária do capital social. Os pagamentos serão efetuados no dia 11 de abril de 2026, com base na posição acionária da Companhia em 17 de março de 2026, respeitadas as negociações deste dia, inclusive.

38.5. **Pagamento de dividendos - controladas**

Em 12 de março de 2026, a Administração das controladas aprovou a distribuição de dividendos com base no lucro do exercício findo em 31 de dezembro de 2025, conforme demonstrado a seguir:

Controladas	Valor de dividendos	Valor dos dividendos por ação (R\$)	Tipo de Ação	Data de Pagamento
QMRA	220.497,92	0,050441423	ON	a partir de 13/03/2026
Energisa Mato Grosso	166.873.761,46	0,762182715	ON e PN	10/04/2026
Energisa Sul-Sudeste	16.864.293,95	173,658187969	ON	a partir de 13/03/2026
Multi Energisa	19.608.650,92	19608,650920000	ON	a partir de 13/03/2026

Declaração dos Diretores da Rede Energia Participações S.A. ("Companhia") sobre as Demonstrações Financeiras do período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2025

Os diretores da Companhia abaixo assinados declaram, nos termos dos incisos V e VI do artigo 27 da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, que, em reunião realizada na presente data, revisaram, discutiram e concordam, ressalvados os limites específicos das respectivas competências, com as Demonstrações Financeiras da Companhia, tendo aprovado o referido documento.

Cataguases, 12 de março de 2026.

Ricardo Perez Botelho

Diretor Presidente

Mauricio Perez Botelho

Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Daniele Araújo Salomão Castelo

Diretora de Assuntos Regulatórios e Estratégia

Rodolfo da Paixão Lima

Diretor Contábil, Tributário e Patrimonial

Contador - CRC RJ 107.310/O-0 "S" MG

Declaração dos Diretores da Rede Energia Participações S.A. ("Companhia") sobre o Parecer dos Auditores Independentes

Os diretores da Companhia abaixo assinados declaram, nos termos dos incisos V e VI do artigo 27 da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, que, em reunião realizada na presente data, revisaram, discutiram e concordam, ressalvados os limites específicos das respectivas competências, com as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes, tendo aprovado o referido documento.

Cataguases, 12 de março de 2026.

Ricardo Perez Botelho

Diretor Presidente

Mauricio Perez Botelho

Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Daniele Araújo Salomão Castelo

Diretora de Assuntos Regulatórios e Estratégia

Rodolfo da Paixão Lima

Diretor Contábil, Tributário e Patrimonial

Contador – CRC RJ 107.310/O-0 "S" MG

Conselho de Administração

Omar Carneiro da Cunha

Presidente

Ricardo Perez Botelho

Vice-Presidente

Hélio Tito Simões de Arruda

Conselheiro

Maurício Perez Botelho

Suplente

Diretoria Executiva

Ricardo Perez Botelho

Diretor Presidente

Mauricio Perez Botelho

Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Daniele Araújo Salomão Castelo

Diretora de Assuntos Regulatórios e Estratégia

Rodolfo da Paixão Lima

Diretor Contábil, Tributário e Patrimonial

Contador - CRC RJ 107.310/O-0 "S" MG

Rede Energia S.A.

Demonstrações Financeiras
Individuais e Consolidadas
Referentes ao Exercício Findo em
31 de Dezembro de 2025 e
Relatório do Auditor Independente

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Administradores e Acionistas da
Rede Energia S.A.
Cataguases - MG

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Rede Energia S.A. (“Companhia”), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Rede Energia S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e a suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras de entidades de interesse público no Brasil. Nós também cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Faturamento e recebimento da energia elétrica fornecida e disponibilidade da rede de energia

Por que é um PAA?

Conforme descrito nas notas explicativas nº 3.1 e nº 28 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, as controladas concessionárias de distribuição registram mensalmente no consolidado o fornecimento de energia elétrica faturada e disponibilidade da rede de energia por meio da emissão das faturas de contas de energia elétrica, conforme prevê o calendário de medição, bem como a realização das contas a receber na medida em que estas são arrecadadas.

A Deloitte refere-se a uma ou mais empresas da Deloitte Touche Tohmatsu Limited (“DTTL”), sua rede global de firmas-membro e suas entidades relacionadas (coletivamente, a “organização Deloitte”). A DTTL (também chamada de “Deloitte Global”) e cada uma de suas firmas-membro e entidades relacionadas são legalmente separadas e independentes, que não podem se obrigar ou se vincular mutuamente em relação a terceiros. A DTTL, cada firma-membro da DTTL e cada entidade relacionada são responsáveis apenas por seus próprios atos e omissões, e não entre si. A DTTL não fornece serviços para clientes. Por favor, consulte www.deloitte.com/about para saber mais.

A Deloitte oferece serviços profissionais de ponta para quase 90% das empresas listadas na Fortune Global 500® e milhares de outras organizações. Nossas pessoas entregam resultados mensuráveis e duradouros que ajudam a reforçar a confiança pública nos mercados de capitais e permitir que os clientes se transformem e prosperem. Com seus 180 anos de história, a Deloitte está hoje em mais de 150 países e territórios. Saiba como os cerca de 470 mil profissionais da Deloitte em todo o mundo geram um impacto que importa em www.deloitte.com.

Esse assunto foi considerado como um principal assunto de auditoria devido ao grande volume e pulverização das transações que ocorrem mensalmente, tendo relevância significativa para as operações e dependência de processamentos sistêmicos complexos, que garantam a inclusão da totalidade dos consumidores. Além disso, a valorização da quantidade de energia faturada deve estar em conformidade com os critérios regulatórios específicos das classes de consumidores e tarifas determinadas pelo Órgão Regulador do setor.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nossos procedimentos de auditoria sobre o registro do faturamento e recebimento da energia elétrica fornecida pelas controladas incluíram, entre outros: (a) entendimento e avaliação do desenho e implementação das atividades de controles internos relevantes relacionados ao processo do faturamento e reconhecimento de energia elétrica; (b) envolvimento de auditores especialistas da área de Tecnologia da Informação - TI para a identificação dos sistemas relevantes utilizados no processamento da medição e faturamento da energia elétrica fornecida, interface de sistemas e controles automatizados relacionados aos fluxos relevantes do faturamento, bem como os controles internos existentes para garantir a precisão e integridade do registro do faturamento com o sistema contábil; (c) execução de teste que compreendeu desenvolver, a partir de nosso conhecimento da indústria, uma expectativa independente do montante faturado e sua comparação com as receitas efetivamente reconhecidas; (d) confrontação das tarifas utilizadas nos faturamentos com aquelas aprovadas pelo Órgão Regulador do setor; (e) confronto dos montantes recebidos ao longo do exercício com o nível de perda esperada apurado pela Administração; e (f) avaliação das divulgações efetuadas pela Administração nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Como resultado dos procedimentos de auditoria, consideramos que os valores contabilizados referentes ao faturamento da energia elétrica e à disponibilização da rede de energia estão consistentes com as políticas internas e diretrizes usualmente aplicadas no setor, bem como as divulgações em notas explicativas são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

Provisão para riscos trabalhistas, cíveis, fiscais, ambientais e regulatórios

Por que é um PAA?

Conforme descrito nas notas explicativas nº 3.1 e nº 25 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Companhia e suas controladas possuem diversos processos e/ou questionamentos trabalhistas, cíveis, fiscais, ambientais e regulatórios (doravante “provisão para riscos”), cujos desfechos não estão totalmente sob controle destas e deverão ser solucionados quando um ou mais eventos futuros ocorrerem ou deixarem de ocorrer. A Administração, em conjunto com seus advogados, precisa exercer um elevado grau de julgamento na avaliação dos riscos envolvidos e na definição das estimativas de perda de cada disputa em andamento. A partir desse julgamento, a Administração define uma provisão para os processos e/ou questionamentos, cujas perdas são consideradas prováveis.

Esse assunto foi considerado como um principal assunto de auditoria em virtude do elevado grau de julgamento necessário para determinar os prognósticos de perda, a mensuração da provisão para riscos e elaboração das divulgações requeridas nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nossos procedimentos incluíram, entre outros: (a) avaliação do desenho e implementação de controles internos relevantes sobre as provisões para riscos e divulgação dos passivos contingentes; (b) envio de confirmação independente para os advogados responsáveis pelos principais processos e/ou questionamentos em curso, em base amostral; (c) conciliação e verificação da consistência das informações existentes no relatório de inventário de processos e de riscos da Companhia e de suas controladas com as respostas dos advogados; (d) discussões com a Administração e seus advogados sobre as premissas adotadas na definição dos prognósticos de perda dos processos representativos; e (e) avaliação das divulgações efetuadas pela Administração nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Como resultado da execução desses procedimentos, foram identificadas deficiências nos controles internos relacionadas ao reconhecimento de provisão para riscos. Em razão disso, planejamos nossos procedimentos substantivos alterando a sua natureza e extensão para obtermos evidência de auditoria suficiente e apropriada.

Com base nos procedimentos de auditoria anteriormente descritos e nas evidências de auditoria obtidas, consideramos aceitáveis os valores contabilizados de provisões para riscos e a avaliação dos passivos contingentes, bem como as respectivas divulgações em notas explicativas no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individuais e consolidadas do valor adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS Accounting Standards, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e os registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e o seu conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa norma e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração e o Balanço Social.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e o Balanço Social, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esses relatórios.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e o Balanço Social e, ao fazê-lo, considerar se esses relatórios estão, de forma relevante, inconsistentes com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparentam estar distorcidos de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração e/ou no Balanço Social, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as IFRS Accounting Standards, emitidas pelo IASB, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e de suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e de suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e de suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócio do grupo como base para formar a opinião sobre as demonstrações financeiras do grupo. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria executado para os propósitos da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com os requisitos éticos pertinentes de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, ações tomadas para eliminar as ameaças ou as respectivas salvaguardas aplicadas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 12 de março de 2026

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8 “F” RJ

Antônio Carlos Brandão de Sousa
Contador
CRC nº 1 RJ 065976/O-4